



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

Exercício de 2019

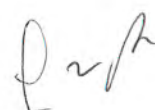
[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized cursive letters, located in the bottom right corner of the page.

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
A Enquadramento macroeconómico	11
B Enquadramento do mercado segurador nacional.....	13
II. FACTOS RELEVANTES EM 2019	16
III. A DINÂMICA EMPRESARIAL	17
A. Síntese	17
1. Produção de seguro direto.....	17
2. Custos com sinistros de seguro direto	17
3. Custos e gastos de exploração de seguro direto	18
4. Resseguro cedido.....	18
5. Gastos por natureza	18
B. A atividade da gestão dos fundos de pensões.....	19
C. Ativos Financeiros	19
D. Margem de solvência.....	19
E. Resultado líquido e capitais próprios	20
F. Recursos humanos.....	20
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
V. PERSPETIVAS PARA 2020.....	21
A. A atividade económica.....	21
B. O enquadramento do mercado segurador	21
C. A estratégia para o triénio 2019-2021	22
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	25
NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS	33
CERTIFICAÇÕES.....	107
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2019	109

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'L' followed by a flourish.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Vice-Presidente	José Joaquim Fragoso
Secretário	O Secretário da Sociedade

Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Vice-Presidente	Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador	Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Efetivo	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Efetivo	Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Efetivo	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Suplente	Maria Fernandes Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas

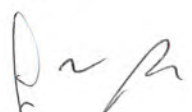
Efetivo	Pricewaterhousecoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia
Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues

Secretários da Sociedade

Secretário de Mesa	Susana Raquel dos Anjos Pacheco
--------------------	---------------------------------



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials and a surname, located at the bottom right of the page.

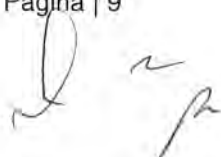
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'L. P.', is located at the bottom right of the page.

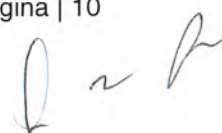
[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'f' followed by a series of loops and a final flourish.

O Conselho de Administração da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.
nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o
Relatório e Contas Consolidado relativo ao exercício de 2019.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'D' followed by a tilde and a 'P'.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

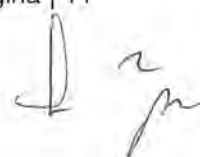
A. Enquadramento macroeconómico

A economia global em 2019 deverá registar um crescimento de 2,9%, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), refletindo uma desaceleração face ao crescimento registado no ano transato. Esta situação é justificada, sobretudo, pelo impacto da persistente guerra comercial entre os EUA e a China.

Nos EUA, em 2019, o crescimento deverá atingir os 2,3%, segundo o FMI, revelando uma desaceleração ao nível dos indicadores de atividade, não tendo a economia beneficiado, neste período, de estímulos fiscais como acontecera no ano transato. Para 2020 estima-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,8% (segundo a média dos analistas na Bloomberg), abaixo do valor atualmente previsto para o fecho do ano de 2019. Apesar de menos expressivo, o avanço do consumo privado, que deverá alcançar os 2,4% em 2020, continuará a ser o principal impulsionador do crescimento da economia norte-americana. O investimento privado, que vinha a ser igualmente uma das rúbricas com maior contribuição para o crescimento, deverá sofrer um abrandamento significativo quer em 2019 quer em 2020, derivado de um maior contexto de incerteza global. A rúbrica de inflação deverá encerrar 2019 com um crescimento de 1,8%, estimando-se para 2020 um valor próximo dos 2,1%, o que constitui uma evolução bastante tímida, dado o contexto expansionista da política monetária.

Na Zona Euro, em 2019, o crescimento económico deverá atingir os 1,2%, segundo o FMI, penalizado essencialmente pelo significativo abrandamento da economia alemã, no contexto das guerras comerciais. A acompanhar a tendência global, estima-se para 2020 um prolongamento da desaceleração económica, esperando-se um crescimento do PIB de 1,0% (segundo a média dos analistas na Bloomberg). Os níveis de consumo, quer público quer privado, deverão manter o seu ritmo de crescimento modesto, alcançando em 2020 os 1,4% e os 1,3%, respetivamente. O mercado laboral deverá permanecer sem grandes alterações, após ter vindo a registar uma recuperação significativa nos últimos anos. A inflação deverá manter-se limitada, em torno dos 1,2%, quer em 2019 quer em 2020, na ausência de fatores que sustentem um avanço mais expressivo do nível de preços.

No contexto global, o reforço das políticas monetárias expansionistas resultou em valorizações expressivas dos mercados acionistas, sobretudo na esfera do bloco norte-



americano, ainda que tanto a Zona-Euro como os países asiáticos tenham igualmente evidenciado ganhos assinaláveis.

Região	Índice	Var. 2019
EUA	S&P 500	28,88%
	Nasdaq 100	37,96%
	Dow Jones Industrial	22,34%
Europa	DAX (Alemanha)	25,48%
	CAC 40 (França)	26,37%
	IBEX 35 (Espanha)	11,82%
	PSI 20 (Portugal)	10,20%
	FTSE MIB (Itália)	28,28%
	FTSE 100 (Reino Unido)	12,10%
Ásia	Nikkei 225 (Japão)	18,20%
	Shangai SE Composite (China)	22,30%

Em Portugal deverá registar-se, em 2019, um aumento do PIB de 2,0%, espelhando a desaceleração no nível de crescimento económico dos últimos anos.

O consumo privado deverá atingir, em 2019, um crescimento de 2,3%, dando assim continuidade ao crescimento registado em 2018. No entanto, deverão confirmar-se as estimativas do Banco de Portugal que previa um abrandamento desta rubrica em 2019, abrandamento esse que se deverá prolongar nos anos seguintes, ainda que a um ritmo inferior.

O consumo público deverá igualmente recuar em 2019, refletindo, segundo o Banco de Portugal, a reversão de um efeito pontual de despesas relacionadas com os incêndios de 2017. Para os anos seguintes prevê-se um crescimento ligeiro desta rubrica, incorporando um cenário de aumento da despesa em bens e serviços de magnitude superior ao crescimento do emprego público.

A formação bruta de capital fixo deverá registar uma aceleração significativa em 2019, alcançando um crescimento de 7,3%, refletindo, em grande medida, a execução de projetos de infraestruturas e o dinamismo da construção residencial.

Em 2019, as exportações deverão registar um abrandamento face a 2018, motivado pelo arrefecimento da procura externa, em linha com o contexto de abrandamento económico global. Também as importações deverão registar uma trajetória progressiva de desaceleração.

O mercado de trabalho deverá continuar a registar uma evolução favorável, ainda que a um ritmo progressivamente menor. Assim, a taxa de desemprego deverá evoluir dos 7,0% em 2018 para 6,3% em 2019.

Em Portugal, como no resto do Mundo, os feitos da pandemia Covid-19 afetaram drasticamente as perspetivas para 2020 e anos seguintes, existindo ainda uma grande incerteza quanto à evolução económica e financeira.

B. Enquadramento do mercado segurador nacional

De acordo com a informação divulgada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o mercado segurador português registou uma redução de 5,8% na produção de Seguro Direto, situando-se nos 12,2 mil milhões de euros, invertendo a tendência de crescimento que se vinha a observar nos últimos anos (variação de -747 milhões de euros).

Evolução dos Prémios



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A diminuição do volume de produção foi influenciada pelo comportamento do segmento Vida, que sofreu uma quebra de 13,9%, atingindo os 7 mil milhões de euros. Este segmento continua a atingir um peso significativo no mercado segurador (57,3%), mas registou uma redução de 5,4 p.p. face ao período homólogo. Esta tendência reflete as condições de mercado para os produtos financeiros do segmento Vida, influenciadas pelas baixas taxas de juro, o que torna esta oferta menos atrativa para os clientes.

Em sentido inverso, o segmento Não Vida apresentou um aumento de produção de 8,0%, com o volume de prémios a atingir os 5,2 mil milhões de euros, mantendo-se a tendência de crescimento dos últimos anos. Este comportamento do ramo Não Vida está fortemente relacionado com o crescimento ocorrido na atividade económica nacional e com a redução da taxa de desemprego no país.

A variação positiva observada em 2019 foi transversal a todas as linhas de negócio, mas com mais expressão ao nível dos Acidentes de Trabalho (+11,8%), Doença (+8,7%) e Automóvel (+7,0%).

No ramo Acidentes e Doença, a modalidade Acidentes de Trabalho continuou a destacar-se, com crescimento pelo sexto ano consecutivo, atingindo os 895 milhões de euros e um peso de 17,2% no total da carteira Não Vida (2018:16,6%).

O desempenho favorável da modalidade Doença reflete a cada vez maior procura dos consumidores pelos seguros de saúde. Em 2019 representou 16,8% do mercado, com um volume de prémios de 877 milhões de euros.

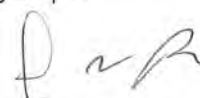
O ramo Automóvel mantém um peso muito significativo no mercado nacional, tendo em 2019 representado 35,3%, do total da produção Não Vida. Este ramo apresentou um valor de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete um crescimento de 7,0%, influenciado pelo aumento do poder de compra, pela contínua redução das taxas de juro referentes ao crédito e pelo crescimento económico nos últimos anos.

Relativamente ao ramo Incêndio e Outros Danos, este apresentou uma evolução de 6,9%, superior em 1,5 p.p. face a 2018, com maior relevância ao nível dos seguros multirriscos, com uma produção global na ordem dos 906 milhões de euros.

Os dados provisórios disponíveis da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) ao nível do mercado segurador, apontam para uma taxa de sinistralidade¹ de 57,0%, inferior em 1,5p.p. face ao ano anterior. Em linha com este indicador os custos com sinistros tiveram um crescimento de 2,6%, situando-se nos 3,4 mil milhões de euros (2018: 3,3 mil milhões).

No ramo Vida assistiu-se a um crescimento dos custos com sinistros em 2,5%, tendo este indicador atingido os 321,8 milhões de euros. A taxa de sinistralidade situou-se nos 23,3%.

¹ Taxa de sinistralidade sobre os prémios adquiridos



Ao nível do ramo Não Vida os custos com sinistros apresentaram um aumento de 2,7%, ascendendo a 3,1 mil milhões de euros. A taxa de sinistralidade situou-se nos 63,1%, verificando-se uma redução de 3,3 p.p.. Os Prémios Adquiridos registaram um aumento de 8,0%.

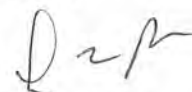
Em Acidentes e Doença, um dos ramos com maior peso no segmento Não Vida, registou-se um volume de custos com sinistros de 1,4 mil milhões de euros, com um aumento da taxa de sinistralidade em 2,0 p.p. (2019: 73,5%, 2018: 71,5%). Apesar do aumento dos custos com sinistros na ordem dos 13,0%, a taxa de sinistralidade foi atenuada pelo aumento dos prémios adquiridos, que atingiu uma variação de 9,9%. As linhas de negócio com maior incremento neste segmento foram os Acidentes de Trabalho e Doença, que registaram aumentos de 17,4% e 9,5%, respetivamente.

No ramo Incêndio e Outros Danos, a taxa de sinistralidade teve uma significativa redução (18,6%), atingindo os 40,0% (2018: 58,7%). Esta evolução deve-se, não só ao aumento de 6,3% dos prémios adquiridos, mas também à forte diminuição dos custos com sinistros, que se situaram em 355,2 milhões de euros (variação de -26,8%). Para este cenário, contribuiu a inexistência durante o ano de 2019 de catástrofes de dimensão igual à verificada em 2018 (tempestade Leslie).

No ramo Automóvel a taxa de sinistralidade decresceu 1,0% face a 2018, apesar dos custos com sinistros terem aumentado 5,4% (2019: 1,3 mil milhões de euros). A diminuição da taxa de sinistralidade resulta, em parte, do aumento dos prémios adquiridos em 7,0%, tendo atingido os 1,2 mil milhões de euros.

Relativamente ao ramo Transportes, registou-se um decréscimo na taxa de sinistralidade de 16,5%, justificado pela diminuição bastante significativa dos custos com sinistros (de 27,5 milhões em 2018 para 20,9 milhões de euros em 2019).

No segmento Responsabilidade Civil a taxa de sinistralidade diminuiu marginalmente (0,6%).

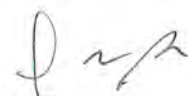


II. FACTOS RELEVANTES EM 2019

No âmbito do acompanhamento dos níveis de solvência das empresas de seguros no perímetro de consolidação da Montepio Seguros, tendo em conta os objetivos estabelecidos por cada uma das Companhias, foram desenvolvidas em 2019 várias iniciativas no sentido de assegurar, em particular no caso da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por Lusitania) e da N Seguros, o cumprimento dos níveis de solvência estabelecidos nas respetivas Políticas de Apetite ao Risco. Nesse âmbito foi deliberado pela Montepio Seguros, em 2019, o reforço de fundos próprios na Lusitania através de Prestações Acessórias sob a forma de Prestações Suplementares de Capital no montante de 30 milhões de euros. Os fundos necessários para o reforço das referidas prestações acessórias pela *holding*, decorrem do reforço das Prestações Acessórias na Montepio Seguros pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Neste contexto, a 11 de dezembro de 2019, a Montepio Seguros vendeu a totalidade do capital Social e das prestações acessórias da N Seguros à Lusitania pelo montante de 2 euros, que a incorporou por fusão de Ativos e Passivos, com a consequente extinção da Sociedade.

O valor dos custos apresentados pela Montepio Seguros SGPS durante o exercício de 2019 resultou essencialmente, de uma revisão ao valor recuperável dos investimentos nas subsidiárias, tendo sido reconhecido perdas por imparidade no valor de Euros 5.237.445 (2018: Euros 23.813.708). As perdas por imparidade reconhecidas em 2019 referem-se à Lusitania, tendo os respetivos valores recuperáveis sido determinados com base nos planos de negócios aprovados pela gestão das duas companhias, mas com ajustamento ao nível dos pressupostos, com incidência nos níveis de solvência exigidos pela atividade seguradora. Com a fusão por incorporação da N Seguros, a imparidade reconhecida foi totalmente anulada por esta operação.



III. A DINÂMICA EMPRESARIAL

A. Síntese

A Montepio Seguros SGPS apresentou um resultado líquido negativo consolidado de 12,4 milhões de euros, registando um agravamento face ao resultado apresentado em 2018 (976 mil euros).

1. Produção de seguro direto

A produção das empresas de seguros apresentou um crescimento de 10,2%, em comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 283,8 milhões de euros.

	(milhares de euros)		
Prémios Seguro Direto	2019	2018	Δ 19/18
Vida	58.336	40.310	44,7%
Não Vida	225.489	217.284	3,8%
Total	283.825	257.594	10,2%

2. Custos com sinistros de seguro direto

Os custos com sinistros de seguro direto, em 2019, atingiram os 200,2 milhões de euros, registando um crescimento de 2,4%, face ao ano anterior.

	(milhares de euros)		
Custos com sinistros	2019	2018	Δ 19/18
Vida	31.514	31.321	0,6%
Não Vida	168.661	164.305	2,7%
Total	200.175	195.626	2,3%

A taxa de sinistralidade de seguro direto consolidada, em função dos prémios emitidos de seguro direto, apresentou uma redução de 5,4 p.p., que se traduz numa taxa de sinistralidade de 70,5% (2018:75,9%).

3. Custos e gastos de exploração de seguro direto

Em 2019, os custos e gastos de exploração de seguro direto situaram-se nos 67 milhões de euros, registando um aumento de 3,2% face ao ano anterior.

	(milhares de euros)		
Custos e gastos de exploração	2019	2018	Δ 19/18
Vida	8.413	8.783	-4,2%
Não Vida	58.555	56.108	4,4%
Total	66.967	64.891	3,2%

As taxas de comissionamento, em função dos prémios brutos emitidos, diminuíram de 18,8% em 2018 para 18,1% em 2019, mantendo a tendência decrescente dos anos anteriores.

4. Resseguro cedido

O resultado de resseguro cedido, em 2019, foi favorável aos resseguradores, em 18,4 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 132,5%, quando comparado com os valores consolidados de 2018.

	(milhares de euros)		
Resultado Resseguro Cedido	2019	2018	Δ 19/18
Vida	-607	-1 021	40,5%
Não Vida	-17 832	-6 910	-158,0%
Total	-18 439	-7 931	-132,5%

5. Gastos por natureza

Os custos por natureza no exercício de 2019 representam 20,3% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, tendo-se verificado um decréscimo de 0,7 p.p. neste rácio face a 2018. O montante global situou-se nos 57,7 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 6,8%, relativamente a 2018.

	(milhares de euros)		
Gastos por natureza	2019	2018	Δ 19/18
Gastos com Pessoal	27 567	26 758	3,0%
Forn. e serviços externos	19 945	18 281	9,1%
Impostos e taxas	2 600	2 125	22,3%
Amortizações do exercício	4 129	4 452	-8,1%
Juros Suportados	2 816	1 834	53,6%
Comissões	626	544	15,0%
Total	57 685	53.994	6,8%

B. A atividade da gestão dos fundos de pensões

Durante o ano de 2019, o total de ativos sob gestão pela Futuro teve um crescimento de 10,0%, com o aumento de ativos dos Fundos Fechados de 8,6% e dos Fundos Abertos de 13,8%, tendo-se observado um acréscimo de 4,5% ao nível das contribuições de Fundos Abertos comercializados pela Futuro e Montepio.

A Lusitania Vida manteve, durante o ano de 2019, o mesmo número de fundos de pensões sob gestão, no total de seis.

Fundos de Pensões	2019		2018		(milhares de euros) Δ 19/18	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Fechados	19	1 279 105	20	1 177 643	-1	8,6%
Abertos	26	472 691	23	415 344	+3	13,8%
Total	45	1 751 796	43	1 592 987	+2	10,0%

C. Ativos Financeiros


Em 2019, a carteira da Montepio Seguros SGPS atingiu o valor de 1.250,3 milhões de euros, mais 216,2 milhões de euros que o valor consolidado do ano anterior, sendo constituída, essencialmente, por obrigações de taxa fixa e variável.

O resultado financeiro alcançou, neste ano, 24,8 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 7 milhões de euros.

D. Margem de solvência

Na Gestão de Capital da *holding*, o rácio de cobertura de requisitos de capital de solvência (SCR), comunicado previamente ao Regulador, encontra-se em linha com o Objetivo de Capital (125% SCR), de acordo com o *target* definido na Política de Appetite ao Risco.

O rácio de SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira, no mês de agosto de 2020.



E. Resultado líquido e capitais próprios

Os capitais próprios atribuíveis à Montepio Seguros registaram um aumento de 70,1 milhões de euros, face aos valores consolidados de 2018, atingindo 175,2 milhões de euros. O resultado líquido situou-se nos -12,4 milhões de euros.

	(milhares de euros)		
Resultado líquido e capitais próprios	2019	2018	Δ 19/18
Capital social	137 750	137 750	0,0%
(Ações próprias)	-5 062	-5 062	0,0%
Outros instrumentos de capital	200 500	170 500	17,6%
Reservas	-30 432	-82 671	63,2%
Resultados transitados	-115 156	-116 449	1,1%
Resultado líquido	-12 405	977	-1370,3%
Total	175 195	105 045	66,8%

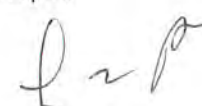
F. Recursos Humanos

O quadro de pessoal das participadas, em 31 de dezembro de 2019, era de 607 colaboradores, registando-se uma redução de 2,1% face a 2018, exercício em que o número de colaboradores se situou em 620.

Sendo a formação um dos objetivos prioritários na gestão de recursos humanos, as ações realizadas em 2019 totalizaram 6.810 horas, sobre temas como IFRS 17, Solvência, Contabilidade, para além de outras áreas relevantes.

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de -12.405.223 euros, seja levado, na totalidade, a Resultados transitados.



V. PERSPETIVAS PARA 2020

A. A atividade económica

No contexto adverso originado pela pandemia COVID-19, Portugal segue a tendência mundial de recessão económica, com as novas projeções do Banco de Portugal a preverem uma contração do PIB de 9,5% em 2020, ou no caso de ocorrência de uma segunda vaga de infeções, um cenário mais severo, com uma redução de 13,1% deste indicador.

Ao nível do mercado de trabalho, estima-se que a taxa de desemprego em 2020 se situe nos 10,1%, com um aumento de 3,6 p.p. face a 2019, apesar das medidas estratégicas que serão desenvolvidas para mitigação do impacto do nível de desemprego.

Relativamente ao consumo privado, estima-se uma redução de 8,9%, 1,1 p.p. acima da zona euro (-7,8%), que reflete o aumento da poupança das famílias numa situação de grande incerteza e uma queda do rendimento disponível real. O consumo público, deverá apresentar um aumento de 0,6% em 2020, como consequência do crescimento acentuado da despesa na área da saúde suportado pela administração pública.

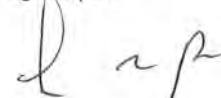
O nível de incerteza relativamente a estes cenários é acentuado, está muito dependente da evolução da pandemia, do impacto das medidas de confinamento adotadas e do comportamento dos mercados financeiros que têm sofrido grandes perturbações.

Segundo, as últimas projeções disponíveis do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial vai contrair 3% em 2020, no entanto a recuperação poderá ser de 5,8% em 2021, dependendo do comportamento da pandemia na segunda metade de 2020.

B. O enquadramento do mercado segurador

O setor segurador nos últimos anos tem vindo a enfrentar grandes desafios que exigem uma abordagem integrada. Com efeito, as baixas taxas de juro, o elevado número de catástrofes naturais, os riscos emergentes, entre os quais se destacam os riscos cibernéticos, constituem variáveis que comportam incerteza e determinam uma maior complexidade na gestão das operações.

As novas tecnologias e a utilização de novos canais de distribuição têm sido fundamentais para a oferta de novos produtos, fidelização de clientes e crescimento. Estas tecnologias



são cada vez mais centradas no cliente, identificando as suas necessidades, o que permite às seguradoras reinventarem novos produtos. O ritmo de inovação tecnológica, à medida que se profundam as ferramentas de Artificial Intelligence, vai determinar uma maior capacidade de resposta que dependerá, também, do capital disponível para investir na inovação.

Os próximos anos constituirão um período de grande exigência para o setor, devido à implementação da nova norma contabilística IFRS 17, que implicará alterações profundas no reporte financeiro e nos elementos que suportam as decisões de negócio. Este novo normativo entrará em vigor em janeiro de 2023.

Numa envolvente cada vez mais exigente, tem sido evidente a perceção do risco a que as companhias de seguros se encontram expostas, o que exige, cada vez mais, uma adequada preparação para a mitigação dos riscos e uma gestão mais eficiente do seu capital.

C. A estratégia para o triénio 2019-2021

A Montepio Seguros SGPS é uma entidade gestora de participações, que centra a sua atividade na alocação, de forma eficiente, do capital necessário para o desenvolvimento das operações das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

Com vista ao cumprimento dos requisitos de capital, a Montepio Seguros SGPS continuará a desenvolver as medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos em termos de níveis de solvência.

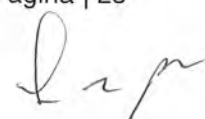
A 11 de março de 2020, foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde, devido à propagação mundial do novo coronavírus – COVID-19 com origem na China. Em face das graves consequências para as pessoas e a dificuldade de resposta dos sistemas de saúde, foram declarados estados de emergência em vários países europeus. Esta situação não tem precedentes, afeta mais de cem países e regista, atualmente, cerca de 9,5 milhões de pessoas infetadas e mais de 0,5 milhões de mortes. Perante o grau de severidade e perigosidade para as pessoas, foi determinado pelas autoridades de saúde o isolamento e distanciamento social como a forma mais eficaz para mitigar e conter os efeitos da pandemia.



Em Portugal foi declarado o estado de calamidade pelo Governo, que entrou em vigor a 3 de maio, deixando Portugal de estar em estado de emergência devido ao COVID19, depois de ter passado por três períodos de estado de emergência, que vigoraram desde 18 de março.

Os fortes efeitos negativos na economia, decorrente do encerramento de atividades e negócios, dos períodos de quarentena, bem como a enorme volatilidade e quebras nos mercados financeiros, conduziram a respostas económicas e financeiras articuladas entre a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Governos, para estabilizar os mercados, proteger os rendimentos e assegurar as condições para ultrapassar a crise.

Apesar dos impactos extremamente negativos na economia, é convicção do Conselho de Administração que a continuidade das operações das suas participadas não será colocada em questão, tendo presente a sua resiliência.



VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Sociedade, destacando especialmente:

- . As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade da Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 24 de julho de 2020

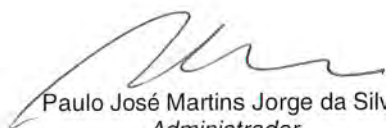
O Conselho de Administração



Virgílio/Manuel Boavista Lima
Presidente



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2019

8

[Handwritten signature]

(PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO)

2

[Handwritten signature]

**Demonstração da posição financeira consolidada
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

valores em euros

Notas do anexo	ATIVO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	2019	2018
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	13,162,464	-	13,162,464	30,570,429
4	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	779,052	-	779,052	256,705
7	Ativos financeiros detidos para negociação	24,326	-	24,326	17,460
7	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11,187,298	-	11,187,298	9,671,185
7	Ativos financeiros disponíveis para venda	1,142,192,667	-	1,142,192,667	894,923,563
7	Empréstimos concedidos e contas a receber	32,575,182	2,698,493	29,876,689	44,138,137
	Depósitos junto de empresas cedentes	357,557	-	357,557	298,429
	Outros depósitos	29,283,126	-	29,283,126	43,448,661
	Empréstimos concedidos	2,934,499	2,698,493	236,006	391,047
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
8	Terrenos e edifícios	63,302,034	10,246,227	53,055,807	54,499,553
	Terrenos e edifícios de uso próprio	46,282,502	10,246,227	36,036,275	37,464,284
	Terrenos e edifícios de rendimento	17,019,532	-	17,019,532	17,035,269
9	Outros ativos tangíveis	24,820,539	23,241,443	1,579,096	3,613,104
10	Inventários	1,073,150	-	1,073,150	1,113,762
9.2	Ativos sob direito de uso	3,258,056	1,033,008	2,225,048	-
11	Goodwill	-	-	-	-
11	Outros ativos intangíveis	30,319,659	10,649,285	19,670,374	17,824,315
5.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	35,630,763	-	35,630,763	69,610,278
	Provisão para prémios não adquiridos	10,593,325	-	10,593,325	7,928,943
	Provisão matemática	186,120	-	186,120	192,965
	Provisão para sinistros	24,486,063	-	24,486,063	60,815,045
	Provisão para participação nos resultados	365,256	-	365,256	673,325
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	531,941	-	531,941	533,411
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	41,603,508	5,173,903	36,429,605	30,138,414
	Contas a receber por operações de seguro direto	26,690,145	3,495,595	23,194,550	16,795,294
	Contas a receber por operações de resseguro	3,481,014	709,483	2,771,532	4,051,503
	Contas a receber por outras operações	11,432,349	968,825	10,463,524	9,291,617
16	Ativos por impostos e taxas	15,392,183	-	15,392,183	14,759,636
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	720,200	-	720,200	1,512,694
	Ativos por impostos diferidos	14,671,983	-	14,671,983	13,246,942
14	Acréscimos e diferimentos	1,502,846	-	1,502,846	2,638,626
	TOTAL ATIVO	1,417,355,669	53,042,358	1,364,313,311	1,174,308,578

Lisboa, 24 de julho de 2020

O Contabilista Certificado

Conceição Clemente
Mária da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 e 2018

valores em euros

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2019	2018
	PASSIVO		
5	Provisões técnicas	532,751,797	505,258,790
	Provisão para prémios não adquiridos	51,011,756	48,183,732
	Provisão matemática do ramo vida	132,686,735	108,625,631
	Provisão para sinistros	320,625,031	324,694,714
	De vida	28,156,758	27,352,117
	De acidentes de trabalho	185,213,105	161,092,316
	De outros ramos	107,255,167	136,250,281
	Provisão para participação nos resultados	16,585,222	11,376,449
	Provisão para desvios de sinistralidade	9,073,663	8,446,044
	Provisão para riscos em curso	2,769,390	3,932,220
7.3	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	494,575,834	441,697,738
7.4	Outros passivos financeiros	72,143,733	66,152,838
	Passivos subordinados	58,500,000	51,000,000
	Depósitos recebidos de resseguradores	13,643,733	15,152,838
	Outros	-	-
24	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	803,407	983,382
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	29,809,390	28,432,381
	Contas a pagar por operações de seguro direto	17,735,271	18,644,544
	Contas a pagar por operações de resseguro	8,182,982	4,867,017
	Contas a pagar por outras operações	3,891,138	4,920,820
16	Passivos por impostos e taxas	39,165,133	17,561,848
	Passivos por impostos correntes	15,830,972	14,184,862
	Passivos por impostos diferidos	23,334,162	3,376,986
9.2	Passivos de locações	2,231,274	-
14	Acréscimos e diferimentos	6,193,884	6,157,920
15	Outras provisões	11,005,000	3,257,378
	TOTAL PASSIVO	1,188,679,453	1,069,502,275
	CAPITAL PRÓPRIO		
27	Capital	137,750,000	137,750,000
	(Ações Próprias)	(5,061,605)	(5,061,605)
27	Outros instrumentos de capital	200,500,001	170,500,001
28	Reservas de reavaliação	89,033,977	14,400,177
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	89,033,977	14,400,177
28	Reserva por impostos diferidos e correntes	(24,635,423)	(2,298,010)
28	Outras reservas	(94,830,951)	(94,773,146)
	Resultados transitados	(115,155,517)	(116,448,675)
	Resultado líquido do exercício	(12,405,223)	976,553
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	175,195,258	105,045,295
4	Interesses que não controlam	438,600	(238,992)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	175,633,858	104,806,303
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM E CAPITAL PRÓPRIO	1,364,313,311	1,174,308,578

Lisboa, 24 de julho de 2020

O Contabilista Certificado

Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Conta de ganhos e perdas consolidados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

valores em euros

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	2019	2018
17	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	54 877 245	182 712 390	-	247 589 635	223 972 231
17	Prémios brutos emitidos	58 336 460	225 488 613	-	283 825 073	257 593 540
2	Prémios de resseguro cedidos	3 459 215	31 756 980	-	35 216 175	33 968 907
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	3 683 645	-	3 683 645	(592 001)
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	2 664 382	-	2 664 382	(244 403)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1 939 631	-	-	1 939 631	1 858 208
5	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	29 825 402	160 255 263	-	190 090 665	174 762 459
	Montantes pagos	28 583 717	133 177 928	-	161 761 645	160 876 037
	Montantes brutos	30 709 280	177 665 799	-	208 375 079	220 503 084
	Parte dos resseguradores	2 125 563	44 497 871	-	46 613 434	59 627 047
	Provisão para sinistros (variação)	1 241 685	27 087 335	-	28 329 020	13 886 422
	Montante bruto	804 641	(9 004 250)	-	(8 199 609)	(24 877 324)
	Parte dos resseguradores	(437 044)	(36 091 555)	-	(36 528 629)	(38 763 746)
5	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	23 290 660	-	-	23 290 660	3 521 225
	Montante bruto	23 284 015	-	-	23 284 015	3 489 215
	Parte dos resseguradores	6 843	-	-	6 845	32 010
5	Participação nos resultados, líquida de resseguro	931 554	-	-	931 554	916 746
5	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	(535 211)	-	(535 211)	(221 836)
22	Custos e gastos de exploração líquidos	7 248 666	55 690 353	-	62 939 418	59 471 777
	Custos de aquisição	5 838 370	45 586 455	-	51 404 825	48 549 369
5	Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(855 621)	-	(855 621)	(50 848)
	Gastos administrativos	2 574 204	13 843 788	-	16 417 992	16 392 235
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	1 163 709	2 864 069	-	4 027 778	5 418 979
19	Rendimentos	20 153 611	6 176 844	24 233	26 354 688	23 226 759
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	18 664 087	5 719 049	(24 483)	24 358 652	22 042 575
	Outros	1 489 524	457 796	48 716	1 996 036	1 184 184
19	Gastos financeiros	624 977	3 443 965	85 888	4 154 811	2 961 053
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	82 621	-	82 621	70 255
	Outros	624 977	3 361 344	85 888	4 072 190	2 890 798
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(9 887 089)	11 661 741	48 301	2 040 973	975 663
	De ativos disponíveis para venda	(30 163)	11 660 731	48 301	11 678 869	10 037 600
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a detet até à maturidade	-	1 008	-	1 009	2 017
7.3	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(9 836 906)	-	-	(9 636 906)	(9 775 979)
	De outros	-	-	-	-	112 025
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	452 802	(10 232)	1 347	443 917	(1 608 263)
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	452 802	(10 232)	1 347	443 917	(1 608 263)
	Diferenças de câmbio	-	(151 478)	7 468	(144 010)	50 869
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	201 009	1 800	202 809	-
7	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(113 501)	62 482	-	(51 019)	1 309 014
	De ativos disponíveis para venda	-	(2 527)	-	(2 527)	1 299 375
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a detet até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	(113 501)	65 009	-	(48 492)	9 639
25	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	703 254	271 229	-	974 484	442 544
15	Outras provisões (variação)	-	-	8 541 224	8 541 224	886 315
26	Outros rendimentos/gastos	-	-	(1 160 733)	(1 160 733)	3 462 779
	Rendimentos da prestação de serviços	-	-	7 797 204	7 797 204	7 732 943
	Gastos com prestação de serviços	-	-	4 914 972	4 914 972	4 672 168
	Outros rendimentos/gastos	-	-	(4 042 965)	(4 042 965)	402 004
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	19 599	19 599	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	6 651 316	(8 065 548)	(9 667 076)	(11 101 308)	8 173 817
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	-	3 603 610	-	3 603 610	2 432 644
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	(655 428)	(3 373 018)	1 314 124	(2 714 321)	4 638 672
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	7 306 744	(4 692 531)	(14 604 810)	(11 990 596)	1 102 501
4	Interesses que não controlam	-	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL	7 306 744	(4 692 531)	(15 019 437)	(12 405 223)	976 553

Lisboa, 24 de julho de 2020

O Contabilista Certificado

Conceição Clemente
 Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
 Virgílio Manuel Boavista Lima
 Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
 Maria Manuela Traquina Rodrigues
 Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
 Paulo José Martins Jorge da Silva
 Administrador

Demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2019 e 2018

valores em euros

	Notas do Anexo	2019			2018		
		Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total
Resultado líquido do exercício		(12,405,223)	414,627	(11,990,596)	976,553	125,948	1,102,501
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		52,296,386	254,778	52,551,164	(12,166,152)	(171,911)	(12,338,063)
Reserva do justo valor	28	74,633,799	343,917	74,977,716	(18,284,535)	(213,136)	(18,497,671)
Impostos diferidos e correntes	16	(22,337,413)	(89,139)	(22,426,552)	6,118,383	41,225	6,159,608
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		(57,806)	(1,364)	(59,170)	138,991	3,280	142,271
Reconhecimento dos desvios actuariais		(57,806)	(1,364)	(59,170)	131,266	3,280	134,546
Impostos diferidos e correntes					7,725		7,725
Outro rendimento integral		52,238,581	253,414	52,491,994	(12,027,161)	(168,631)	(12,195,792)
Rendimento integral do exercício		39,833,357	668,040	40,501,398	(11,050,608)	(42,683)	(11,093,291)

Lisboa, 24 de julho de 2020

O Contabilista Certificado

Conceição Clemente
 Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
 Virgílio Manuel Boavista Lima
 Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
 Maria Manuela Traquina Rodrigues
 Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
 Paulo José Martins Jorge da Silva
 Vogal

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2019 e 2018

valores em euros

	Notas do Anexo	Capital	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos e Correntes	Outras reservas	Resultados Transfidos	Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da empresa-mãe	Total de Capital Próprio atribuído aos acionistas da empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		137 750 000	135 500 001	(5 061 605)	32 664 136	(8 411 146)	(94 912 137)	(104 315 547)	(11 190 826)	82 021 876	(852 432)	81 169 444
Aplicação de resultados de resultados		-	-	-	-	-	-	(11 190 826)	11 190 826	-	-	-
Prestações suplementares	27	-	35 000 000	-	-	-	-	-	-	35 000 000	-	35 000 000
Variação de desvios actuariais		-	-	-	-	-	138 991	-	-	138 991	3 280	142 271
Outras variações de reservas	28	-	-	-	-	-	-	(65 673)	-	(65 673)	(88 938)	(154 611)
Transacções com NCI		-	-	-	20 576	(5 247)	-	(875 629)	-	(860 300)	745 061	(115 239)
Alterações de justo valor	7	-	-	-	(18 284 535)	6 118 383	-	-	-	(12 166 152)	(171 911)	(12 338 063)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	976 553	976 553	125 948	1 102 501
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		137 750 000	170 500 001	(5 061 605)	14 400 177	(2 298 010)	(94 773 146)	(116 448 675)	976 553	105 045 295	(238 992)	104 806 303
Aplicação de resultados de resultados		-	-	-	-	-	-	976 553	(976 553)	-	-	-
Prestações suplementares	27	-	30 000 000	-	-	-	-	-	-	30 000 000	-	30 000 000
Variação de desvios actuariais		-	-	-	-	-	(57 806)	-	-	(57 806)	(1 364)	(59 170)
Outras variações de reservas	28	-	-	-	-	-	-	318 605	-	318 605	9 552	328 157
Alterações de justo valor	7	-	-	-	74 633 799	(22 337 413)	-	-	-	52 296 386	254 778	52 551 164
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(12 405 223)	(12 405 223)	414 627	(11 990 596)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		137 750 000	200 500 001	(5 061 605)	89 033 976	(24 635 423)	(94 830 952)	(115 155 517)	(12 405 223)	175 195 257	436 600	175 633 857

Lisboa, 24 de julho de 2020

O Contabilista Certificado

Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018

		Euros	
	Notas do anexo	2019	2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(12,405,223)	976,553
Realocação de juros com empréstimos obrigacionistas	7.3	1,566,048	-
Depreciações e amortizações do exercício	8/9/11	5,222,046	4,444,049
Variação das provisões técnicas de seguro direto	5	27,493,007	(21,102,252)
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	5	33,979,515	39,061,911
Variação de passivos por contratos de investimento e passivos financeiros	7.3	52,878,096	59,297,190
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	12	(966,269)	11,539
Variação de justo valor dos imóveis de rendimento e imparidade uso próprio			
Variação de outras provisões	15	7,747,622	(53,904)
Variação de ativos de negociação	7	(6,866)	(2,493)
Variação de empréstimos e contas a receber	7.2	14,460,574	32,495
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	12	(5,524,048)	4,842,354
Variação de outros ativos e passivos por impostos	16	(1,050,069)	5,272,261
Variação de outros ativos e passivos		(507,350)	(1,467,275)
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	13	1,377,009	(114,517)
		124,264,091	91,197,911
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	7.1	(1,516,113)	(1,554,760)
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	7.1	(172,635,305)	(206,466,830)
Variação nos ativos financeiros a deter até à maturidade		-	86,078,104
Reavaliações/write-offs, aquisições e alienações de ativos tangíveis, intangíveis e imóveis	9/11	(2,583,053)	208,267
Efeito da alteração de interesses em subsidiárias e associadas	4	155,245	(246,860)
		(176,579,226)	(121,982,079)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Operações de locação (IFRS 16)	9.2	(1,026,782)	-
Recebimentos de prestações suplementares		30,000,000	35,000,000
Variação de passivos subordinados	7.4	7,500,000	10,000,000
Juros com empréstimos obrigacionistas	7.4	(1,566,048)	-
		34,907,170	45,000,000
Variação líquida em caixa e equivalentes		(17,407,965)	14,215,832
Caixa e equivalentes no início do exercício		30,570,429	16,354,597
Caixa e equivalentes no fim do exercício	6	13,162,464	30,570,429

Lisboa, 24 de julho de 2020

O Contabilista Certificado

Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

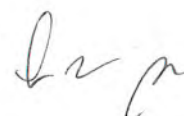
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Mandela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS

[[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]]



Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1. Informações gerais

A Montepio Seguros SGPS, SA, adiante designada por Montepio Seguros ou Grupo, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais e dedica-se à gestão de participações sociais do setor segurador e gestão de fundos de pensões.

A Montepio Seguros tem a sua sede na Rua de São Domingos à Lapa, 35, em Lisboa.

As Notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2020, e encontram-se sujeitas à aprovação da Assembleia-Geral dos acionistas.

As demonstrações financeiras apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, entidade que controla a Montepio Seguros.

2. Informação por segmentos da atividade seguradora

O Grupo explora maioritariamente o negócio segurador e todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizado pela ASF.

Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que (i) é passível de gerar proveitos ou levar ao incorrimento em gastos, estando sujeita a riscos e benefícios distintos de outras componentes que operem em ambientes económicos distintos, (ii) cujos resultados operacionais são revistos regularmente pelo responsável pela tomada da decisão ao nível operacional do segmento, de modo a efetuar a alocação de recursos ao mesmo e a avaliar o seu desempenho e (iii) para a qual existe informação financeira individualizada. É um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

O Grupo efetua o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos são: Vida, Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

O relato por segmentos operacionais em 2019 e 2018 pode ser analisado como se segue:

Rubrica	Euros						
	Total 2019	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	283,825,073	58,336,460	225,488,613	82,744,929	46,997,528	83,361,836	12,384,320
Prémios de resseguro cedido	35,216,175	3,459,215	31,756,960	3,435,720	18,531,334	5,511,681	4,278,225
Prémios brutos adquiridos	280,141,429	58,336,460	221,804,969	80,702,700	45,131,934	83,575,066	12,395,269
Resultado dos investimentos	24,799,304	10,427,868	14,371,436	9,285,971	1,234,809	3,352,794	497,862
Custos com sinistros brutos	200,175,470	31,513,921	168,661,549	73,023,195	24,027,871	69,499,828	2,110,655
Custos de exploração brutos	66,967,196	8,412,575	58,554,621	20,254,097	12,407,862	21,925,397	3,967,265
Resultado técnico	(1,414,232)	6,651,316	(8,065,548)	(16,366,406)	4,322,104	(179,912)	4,158,666
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	1,141,859,239	683,699,462	458,159,777	301,315,058	41,936,345	101,262,864	13,645,510
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	1,027,327,631	672,004,549	355,323,082	198,135,157	41,936,345	101,262,864	13,988,716

Rubrica	Euros						
	Total 2018	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	257,593,540	40,309,777	217,283,763	76,223,885	43,793,471	84,378,777	12,887,630
Prémios de resseguro cedido	33,968,907	4,856,145	29,112,762	1,803,970	15,505,352	6,342,503	5,460,937
Prémios brutos adquiridos	258,185,541	40,309,777	217,875,764	76,408,152	44,309,590	84,438,459	12,719,563
Resultado dos investimentos	15,336,598	7,987,252	7,349,346	8,232,817	(246,440)	(560,140)	(76,891)
Custos com sinistros brutos	195,625,760	31,321,231	164,304,529	62,714,400	34,387,235	65,880,885	1,322,009
Custos de exploração brutos	64,890,756	8,782,753	56,108,003	17,995,258	12,122,469	22,346,616	3,643,660
Resultado técnico	3,532,869	4,693,953	(1,161,084)	2,590,430	1,493,938	(9,626,805)	4,381,353
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	953,803,525	605,465,498	348,338,027	188,759,544	60,885,127	85,751,993	12,941,363
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	946,956,528	589,051,935	357,904,593	172,279,066	74,001,501	96,273,072	15,350,954

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") da Montepio Seguros reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), emitido pela ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2019, a Montepio Seguros adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2019. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Apesar da sua entrada em vigor ter ocorrido em 1 de janeiro de 2018, o Grupo não aplica ainda a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros', ao abrigo da isenção prevista para as seguradoras durante a vigência da IFRS 4.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Montepio Seguros não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento.

Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Montepio Seguros efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos, rendimentos e gastos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente (nota 3.2.).

3.1. Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Montepio Seguros e das suas subsidiárias ("Grupo"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

(i) Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização). O Grupo controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("*step acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Montepio Seguros detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente, é presumido que a Montepio Seguros exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas: (i) representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente; (ii) participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições; (iii) transações materiais entre o Grupo e a participada; e, (iv) intercâmbio de pessoal de gestão; (v) fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as empresas subsidiárias e associadas incluídas na consolidação estão referidas na Nota 4.

(ii) **Goodwill e valor da carteira adquirida**

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo, resultante de aquisições, é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição adicionado do justo valor de participações detidas anteriormente e o justo valor da quota-parte proporcional dos ativos adquiridos e dos passivos contingentes assumidos.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido, anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

O valor da carteira adquirida (*value in force*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O valor da carteira adquirida corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte, por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Montepio Seguros amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

(iv) Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

(v) Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

b) Contratos de seguroClassificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos

quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

c) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Montepio Seguros realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma n.º 19/94-R, da ASF, (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma n.º 3/96-R, da ASF).

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R, da ASF, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros Não Vida.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

De acordo com a Norma Regulamentar n. 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, os custos com pessoal de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros, a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

- Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e elaborada por métodos atuariais;
- Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2019, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;
- A Montepio Seguros calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou por 90% das tábuas de mortalidade TD 88-90 e TV 88-90 para os géneros masculino e feminino, respetivamente. Em 2018 foi considerado 95% destas mesmas tábuas de mortalidade. A taxa técnica considerada em 2019 foi de 2,50%, independentemente do ano de ocorrência dos sinistros. Em 2018 as taxas técnicas utilizadas foram de 2,75% para sinistros ocorridos após 2017 e 3% para sinistros ocorridos antes de 2017. A taxa de gestão considerada foi de 1,75% (1,5% em 2018);
- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT;
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (*Incurring But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Montepio Seguros em 31 de dezembro de 2019, IBNR (*Incurring But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para uma pequena parte dos ramos, tendo-se optado por métodos atuariais nos ramos Doença, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e na modalidade Acidentes de Trabalho. O ramo Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo atuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos negócios Acidentes de Trabalho, Automóvel e Incêndio e Outros Danos é calculado pela extrapolação por *run-off* semelhante ao supra exposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtendo-se a provisão atuarial para sinistros não declarados.

O Grupo procedeu ao teste de adequação das responsabilidades tendo por base os *cash-flows* dos ativos a cobrir responsabilidades bem como os *cash-flows* dos passivos associados à responsabilidade do ramo de acidentes de trabalho, de acordo com os requisitos da IFRS 4.



iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atômico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de Fenómenos Sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Montepio Seguros.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

vii) Provisão para participação nos resultados a atribuir ("*Shadow accounting*")

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

O registo efetuado das mais-valias potenciais líquidas das menos-valias, apuradas no âmbito da reavaliação dos ativos afetos aos seguros com participação nos resultados é refletida na Demonstração de Resultado Integral como 'Provisão para participação nos resultados a atribuir ("shadow")'.

viii) Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

ix) Teste de adequação das responsabilidades

De acordo com os requisitos da IFRS 4, à data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato re, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados.

x) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição estão, direta ou indiretamente, relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Justo Valor**d) Ativos financeiros (IAS 39)****i) Classificação**

A Montepio Seguros classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; e,
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Montepio Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Montepio Seguros se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Montepio Seguros ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Montepio Seguros tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Montepio Seguros tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (*bid price*) publicado pela *Bloomberg* ou, na falta desta pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Montepio Seguros estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Montepio Seguros avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- Para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e o Grupo efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.
- Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.
- Para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Investimentos detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou,
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 7.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;

- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e,
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e sua materialidade).

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e, (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

h) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas Anuais	Vida útil
Equipamento administrativo	8% - 100%	2 a 12 anos
Máquinas e ferramentas	10% - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25% - 33,33%	3 a 4 anos
Instalações interiores	10% - 13%	8 a 10 anos
Equipamento de transporte	25%	4 anos
Outro equipamento	10% - 25%	4 a 10 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Montepio Seguros. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os gastos incorridos em imóveis arrendados são também classificados como ativos tangíveis.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional do Grupo.

Os imóveis de uso próprio são valorizados pelo modelo do custo, ou seja, registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, segundo o método das quotas constantes, como segue:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

Os terrenos não são depreciados. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

iii) Ativos intangíveis

O *software* é contabilizado ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
<i>Software</i>	10% - 33%	3 a 10
Despesas em edifícios arrendados	20% - 33,33%	3 a 5 anos

Nesta rubrica é reconhecido o VIF de carteiras adquiridas ao nível do Grupo [ver nota 3 alíneas a) e i)].

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos

fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

i) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da variação de justo valor de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e na medida em que o Grupo controla a reversibilidade de tais diferenças.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na Nota 16

j) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, o Grupo concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente das subsidiárias do setor segurador, admitidos até 31/12/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/05/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo atribuiu um plano de benefício definido aos membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo, pré-reformados e Administradores calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

Relativamente à subsidiária Futuro, o Grupo assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, o Grupo adquiriu unidades de participação do Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pelo Grupo, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Quanto às alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos dos Fundos de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) Remensurações de planos de benefícios atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Montepio Seguros reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Com base na decisão do tribunal a Montepio Seguros procede ao reconhecimento da responsabilidade relativa aos trabalhadores associados da SINAPSA de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Montepio Seguros são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

As remensurações (desvios atuariais) determinadas são registadas por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Montepio Seguros tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

m) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos

financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando atribuídos, conforme deliberação da Assembleia Geral dos acionistas, da respetiva entidade.

n) Relato por segmentos da atividade seguradora

A Montepio Seguros não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada relativa a segmentos (ramos de negócio) respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF. Ver Nota 2.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

p) Propriedades de investimento

A Montepio Seguros classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Montepio Seguros venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

r) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

De acordo com a circular 9/2008 da ASF as empresas de seguros devem avaliar, à data de cada balanço, se existe qualquer evidência objetiva de que as contas a receber estejam com imparidade, devendo reconhecer perdas por imparidade nos termos da IAS 39.

Para o cálculo, o Grupo avaliou se existia evidência objetiva de imparidade em base individual para os recibos emitidos que sejam individualmente significativos, e em base individual ou coletiva para os recibos emitidos que não sejam individualmente significativos.

Os fluxos monetários considerados para efeito de imparidade apurada numa base coletiva foram estimados com base na experiência de perdas históricas, ajustada considerando os dados observáveis correntes, para contas a receber com características de risco de crédito semelhantes às do Grupo. Para efeitos da determinação dos fluxos monetários, o Grupo teve em consideração, para cada um dos ramos, os recibos dos prémios por cobrar que ainda não tinham sido anulados pelo facto de o Grupo se encontrar a guardar, dentro dos prazos legais e contratualmente aplicáveis, a conformação de cobrança, corrigidos mediante a aplicação de coeficientes médios que expressem o comportamento histórico da proporção desses prémios efetivamente não cobrados. O montante dos recibos dos prémios por cobrar foi apurado tendo em consideração os correspondentes prémios não adquiridos por cobrar, líquidos de resseguro, a provisão matemática, as comissões e as taxas de imposto.

s) Locações

A 1 de janeiro de 2019 entrou a vigor a norma IFRS 16, que altera de forma substancial o modo de contabilização e reconhecimento das locações face à IAS 17. O impacto mais significativo ocorre na contabilização por parte dos locatários que reconhecem agora (i) um passivo de locação que reflete o valor atualizado dos futuros pagamentos que serão feitos no âmbito da locação, e (ii) um ativo de "direito de uso" que representa o valor económico do benefício subjacente à locação. A norma prevê algumas exceções, nomeadamente locações de curta duração (inferior a 12 meses) e/ou de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".

No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. A Montepio Seguros aplicou a abordagem retrospectiva modificada.

t) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

u) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe um direito executório legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

w) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

x) Gastos por natureza imputados às funções

Em cumprimento com as regras da ASF, o Grupo procede à imputação dos custos por funções.

Os custos são imputados diretamente às funções (sinistros, investimentos, aquisição e administrativa) na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

y) Rédito de serviços prestados

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma: (i) Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem; (ii) Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

3.2. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda (nota 7)

A Montepio Seguros determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Montepio Seguros, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cashflows* futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, a Montepio Seguros avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Montepio Seguros.

Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro (nota 5)

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Montepio Seguros e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (iv) provisão matemática de contratos vida, (v) provisão para participação nos resultados atribuída, (vi) provisão para participação nos resultados a atribuir e (vii) teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Montepio Seguros é reconhecido como perda nos resultados.

A Montepio Seguros estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Montepio Seguros avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Montepio Seguros regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Montepio Seguros de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Alterações a estes pressupostos e metodologias poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados (nota 24)

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros (nota 16)

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Assim sendo, é possível que haja correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade do goodwill

O valor recuperável do goodwill registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Perímetro de consolidação e Investimentos em associadas

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

	2019		2018		Atividade
	% de interesse económico	Método de consolidação	% de interesse económico	Método de consolidação	
Subsidiárias					
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	97.69%	Integral	97.69%	Integral	Seguros não vida
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	99.79%	Integral	99.79%	Integral	Seguros vida
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	76.77%	Integral	76.77%	Integral	Gestão de fundos de pensões
N Seguros, S.A.	--	Integral	100.00%	Integral	Seguros não vida
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	95.70%	Integral	95.70%	Integral	Gestão de condomínios
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	99.79%	Integral	99.79%	Integral	Imobiliária
Associadas					
Clinica Serv. Médicos Comp. Belém, S.A.	24.50%	Eq. Patrimonial	24.50%	Eq. Patrimonial	Cuidados de saúde
Moçambique Companhia de Seguros	19.76%	Eq. Patrimonial	17.97%	Eq. Patrimonial	Seguros não vida

No final de 2019, existiu uma reorganização ao nível do Grupo Montepio Seguros, tendo a Montepio Seguros alienado a participação detida, na N Seguros, S.A. ("N Seguros") à Lusitania Companhia de Seguros, S.A. ("Lusitania Seguros"), pelo valor de 2 euros. Posteriormente a esta aquisição a Lusitania procedeu à fusão por incorporação da N Seguros com efeitos económicos a 31 de dezembro de 2019.

Esta operação não teve qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

No exercício de 2019, a Lusitania Seguros aumentou a sua participação na associada Moçambique Companhia de Seguros para 19,76%.

No final do exercício de 2016, a Montepio Seguros aumentou a sua participação nas subsidiárias Lusitania Seguros para 96,78%, e na N Seguros para 100% como resultado da aquisição da totalidade da participação à Lusitania Seguros, pelo montante de Euros 17.500.000. Esta transação foi efetuada ao valor contabilístico, de acordo com as opções permitidas pelos IFRS considerando que se trata de uma transação entre entidades sob o mesmo controlo.

No exercício de 2015, a Montepio Seguros aumentou a sua participação na subsidiária Sociedade Portuguesa de Administrações ("SPA") para 94,95%.

Ainda no exercício de 2015, a Montepio Seguros alienou a totalidade da participação que detinha na Lykeion – Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda, tendo reconhecido uma menos valia realizada de Euros 50.000.

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como se segue:

							Euros
2019	Fração de Capital Detida	Valor contabilístico	Empresa-mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado
Clinica Serv. Médicos Comp Belém, S.A.	24.5%	256,706	José Melo Saúde	José Melo Saúde	2,016,184	2019	- 116,686
Moçambique Companhia de Seguros	19.8%	522,346	Grupo Montepio	Grupo Montepio	2,643,378	2019	99,185

							Euros
2018	Fração de Capital Detida	Valor contabilístico	Empresa-mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado
Clinica Serv. Médicos Comp Belém, S.A.	24,5%	256,706	José Melo Saúde	José Melo Saúde	2,132,870	2018	113,711

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os interesses que não controlam, podem ser analisados como segue:

Subsidiária	Interesses que não controlam (balanço)		Interesses que não controlam (resultados)	
	2019	2018	2019	2018
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(2,127,440)	(2,166,073)	(310,438)	(77,388)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	246,659	158,568	10,162	11,508
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2,285,814	1,746,345	723,829	193,065
N Seguros, S.A.	-	-	-	-
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	31,932	27,259	(9,191)	(1,501)
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	1,635	(5,091)	266	264
TOTAL	438,600	(238,992)	414,627	125,948

A Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., beneficiou de um aumento das comissões recebidas pela gestão de fundos de pensões, em virtude das fortes valorizações verificadas no ano de 2019 nos mercados financeiros.

A Lusitania Seguros manteve a sua situação estável face ao período homólogo.

5. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

5.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

As provisões técnicas são analisadas como segue:

	2019		2018	
	Seguro direto	Resseguro cedido	Seguro direto	Resseguro cedido
Provisão matemática ramo vida	132,686,735	(186,120)	108,625,631	(192,965)
Provisão para sinistros	320,625,031	(24,486,063)	324,694,714	(60,815,045)
Provisão para prémios não adquiridos	51,011,756	(10,593,325)	48,183,732	(7,928,943)
Provisão para participação nos resultados	16,585,222	(365,256)	11,376,449	(673,325)
Provisão para riscos em curso	2,769,390	-	3,932,220	-
Provisão para desvios de sinistralidade	9,073,663	-	8,446,044	-
Total	532,751,797	(35,630,763)	505,258,790	(69,610,278)

A provisão para sinistros de seguro direto é analisada como segue:

Seguro Direto	Balançaço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2019	2018	2019	2018
Vida	28,156,758	27,352,117	804,641	3,674,605
Risco	25,197,060	23,312,079	1,884,981	976,163
Capitalização	2,959,699	4,040,038	(1,080,339)	2,698,442
Não Vida	292,468,273	297,342,597	(4,874,325)	(27,730,239)
Acidentes de Trabalho	185,332,155	161,101,485	24,230,670	12,061,841
Acidentes Pessoais e Doença	4,580,128	4,563,867	16,262	130,496
Incêndio e outros danos	16,428,335	50,836,596	(34,408,261)	(39,129,753)
Automóvel	75,408,331	68,795,297	6,613,034	3,343,693
Marítimo, Aéreo e Transportes	3,603,014	4,417,919	(814,905)	(2,035,590)
Responsabilidade civil geral	6,383,624	6,255,517	128,106	(1,456,775)
Crédito e Caução	717,837	420,394	297,442	(183,256)
Proteção jurídica	13,965	16,807	(2,842)	14,044
Assistência	835	-	835	(6,491)
Outros	50	934,715	(934,666)	(468,448)
Total	320,625,031	324,694,714	(4,069,684)	(24,055,634)

No quadro anterior, a variação de ganhos e perdas do ramo Não Vida, não inclui a variação de reembolsos de sinistros a reembolsar, que em 2019 ascendeu a Euros 3.822.647 (2018: Euros 688.478).

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Balançaço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2019	2018	2019	2018
Vida	8,972,271	9,409,315	(437,044)	(447,824)
Não Vida	15,513,792	51,405,730	(35,891,938)	(38,314,472)
Acidentes de Trabalho	48,331	21,282	27,049	(20,363)
Acidentes Pessoais e Doença	416,866	414,361	2,504	20,823
Incêndio e outros danos	7,440,901	42,751,655	(35,310,754)	(36,274,729)
Automóvel	4,555,226	4,122,384	432,842	39,715
Marítimo, Aéreo e Transportes	1,937,326	2,039,086	(101,760)	(1,338,383)
Responsabilidade civil geral	630,718	964,003	(333,286)	(264,823)
Crédito e Caução	484,349	254,620	229,729	(27,223)
Proteção jurídica	76	-	76	(76)
Assistência	-	-	-	-
Outros	-	838,338	(838,338)	(449,414)
Total	24,486,063	60,815,045	(36,328,981)	(38,762,296)

Na modalidade Acidentes de Trabalho, o montante de Euros 159.110.680 (2018: Euros 140.683.951) diz respeito à provisão matemática de Acidentes de Trabalho e assistência vitalícia. O incremento ocorrido, deveu-se essencialmente aos seguintes fatores: aumento em 25pb da taxa de inflação considerada nos gastos anuais com os pensionistas com Assistência Vitalícia, diminuição da mortalidade considerada nas tábuas utilizadas em 5% (redução em linha com a redução feita no período homólogo, que também foi de 5%), e aumento em 25pb, para 1,75%, da taxa de encargos considerada (incluindo a reserva para pagamentos futuros ao FAT). A Companhia efetua o teste de adequação das responsabilidades ("LAT") conforme previsto na IFRS 4.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de Euros 8.386.497 (2018: Euros 7.236.679) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2019 e ainda não reportados (IBNR), assim como uma reserva para sinistros declarados, mas suscetíveis de incremento de Euros 4.257.236 (Euros 979.371 em 2018). Inclui ainda uma estimativa no montante de Euros 5.899.609 (2018: Euros 5.437.316) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as outras provisões técnicas são analisadas como segue:

	2018	Dotações / reduções	Euros 2019
Provisão para desvios de sinistralidade	8,446,044	627,619	9,073,663
Provisão para riscos em curso	3,932,220	(1,162,830)	2,769,390
Total	12,378,264	(535,211)	11,843,053

A libertação verificada na provisão para riscos em curso ocorreu ao nível do ramo automóvel.

A evolução dos custos com sinistros dos ramos não vida pode ser analisada como segue:

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
2010	82,713,823	33,485,554	22,631,468	17,415,082	13,828,668	11,483,721	9,929,643	9,601,306	7,695,157	8,362,722
2011		85,602,010	38,828,193	28,949,974	20,184,749	14,966,940	13,403,418	11,043,403	11,338,595	9,053,943
2012			65,509,306	31,899,003	19,457,270	12,300,074	9,329,079	7,594,859	6,088,924	6,145,314
2013				60,290,537	23,170,519	15,455,521	10,903,949	8,481,715	7,349,012	8,941,418
2014					59,597,397	27,105,241	17,194,192	14,284,268	13,381,399	14,643,291
2015						63,400,359	23,929,289	15,800,471	11,226,604	12,239,299
2016							64,163,900	22,414,305	13,682,374	13,817,135
2017								128,220,138	54,786,890	17,641,478
2018									66,235,075	30,626,670
2019										69,087,494
Montantes Pagos para os anos de corréncia	90,526,197	148,956,386	155,485,424	136,882,833	122,319,757	130,325,294	128,138,205	126,076,903	173,243,788	165,531,910

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2010 e 2019.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
2009	46,573,972	43,632,844	24,327,589	20,739,129	16,148,852	13,666,000	12,177,476	11,100,881	10,448,920	9,528,727
2010		90,452,582	35,394,691	23,845,502	18,181,286	14,283,692	11,670,491	10,140,715	9,732,380	7,787,759
2011			92,599,208	40,780,405	30,157,287	21,555,204	15,912,799	14,470,673	11,632,239	11,550,341
2012				70,402,706	32,724,500	19,858,045	12,652,318	9,588,863	7,962,036	6,328,459
2013					64,495,070	24,133,454	16,116,815	11,680,906	9,116,249	8,007,783
2014						63,317,514	28,200,269	17,861,796	14,951,945	14,412,512
2015							67,240,782	25,300,283	16,368,558	11,582,125
2016								68,908,211	23,735,802	14,427,514
2017									132,566,148	56,192,414
2018										70,318,514
Montantes Pagos para os anos de corréncia	52,123,367	147,305,783	172,385,360	175,995,105	150,543,053	134,226,880	140,928,297	137,982,879	138,026,991	191,787,697

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2009 e 2018.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Euros			
	Provisão para sinistros em 31/12/2018 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	27,352,117	29,825,402	19,184,487	21,657,772
ACIDENTES E DOENÇA	165,665,352	28,479,536	166,879,818	29,694,002
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	50,836,596	46,802,302	4,325,639	291,345
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	64,585,594	20,694,634	36,370,295	(7,520,665)
-OUTRAS COBERTURAS	4,209,702	2,468,281	820,004	(921,417)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4,417,919	1,322,216	3,053,428	(42,275)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	6,255,517	930,852	5,421,447	96,782
CRÉDITO E CAUÇÃO	1,354,364	167,753	708,838	(477,773)
PROTECÇÃO JURÍDICA	16,807	3,500	11,103	(2,204)
ASSISTÊNCIA	697	-	693	(4)
DIVERSOS	50	-	50	-
TOTAL GERAL	324,694,715	130,694,476	236,775,802	42,775,563

Ramos / Grupos de ramos	Euros			
	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2018 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	23,677,512	4,031,659	17,752,061	(1,893,792)
ACIDENTES E DOENÇA	153,473,016	25,087,952	142,033,699	13,648,635
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	89,966,349	59,269,624	39,714,225	9,017,500
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	60,275,587	21,174,940	34,632,733	(4,467,914)
-OUTRAS COBERTURAS	5,176,017	2,784,981	1,057,156	(1,333,880)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	6,453,509	2,158,524	3,303,863	(991,122)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	7,712,292	613,977	5,569,610	(1,528,705)
CRÉDITO E CAUÇÃO	603,650	487,992	420,391	304,733
PROTECÇÃO JURÍDICA	2,763	3,039	10,156	10,432
ASSISTÊNCIA	6,490	17,126	696	11,332
DIVERSOS	1,403,164	545,427	281,555	(576,182)
TOTAL GERAL	348,750,349	116,175,241	244,776,145	12,201,037

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

Ramos/Grupos de Ramos	2019				Euros
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)	
SEGURO DIRETO					
VIDA	29,879,209	830,071	804,641	31,513,921	
NÃO VIDA					
ACIDENTES E DOENÇA	46,569,245	5,521,857	20,932,094	73,023,196	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	55,046,639	1,444,857	(34,722,350)	21,769,146	
AUTOMÓVEL	59,477,520	3,946,614	6,075,694	69,499,828	
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2,122,716	82,684	(1,130,486)	1,074,914	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1,191,328	104,115	127,687	1,423,130	
CRÉDITO E CAUÇÃO	167,883	179	(636,527)	(468,465)	
PROTECÇÃO JURÍDICA	3,500	12,543	(2,842)	13,201	
ASSISTÊNCIA	-	67,738	138	67,876	
DIVERSOS	-	-	-	-	
TOTAL	194,458,040	12,010,658	(8,551,951)	197,916,747	
RESSEGURO ACEITE	1,902,197	4,185	352,342	2,258,724	
TOTAL GERAL	196,360,237	12,014,843	(8,199,609)	200,175,471	

Ramos/Grupos de Ramos	2018				Euros
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)	
SEGURO DIRETO					
VIDA	26,856,159	790,467	3,674,605	31,321,231	
NÃO VIDA					
ACIDENTES E DOENÇA	45,812,092	5,099,796	11,802,512	62,714,400	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	70,539,703	1,826,884	(39,153,238)	33,213,349	
AUTOMÓVEL	58,677,820	4,258,068	2,944,997	65,880,885	
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3,190,442	116,008	(2,037,485)	1,268,965	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	957,052	71,061	(1,464,566)	(436,453)	
CRÉDITO E CAUÇÃO	487,992	233	(183,255)	304,970	
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	26,253	14,044	40,297	
ASSISTÊNCIA	-	67,177	(5,793)	61,384	
DIVERSOS	545,427	6,564	(469,145)	82,846	
TOTAL	207,066,687	12,262,511	(24,877,324)	194,451,874	
RESSEGURO ACEITE	1,168,916	4,970	-	1,173,886	
TOTAL GERAL	208,235,603	12,267,481	(24,877,324)	195,625,760	

A provisão matemática do ramo vida decompõe-se como segue:

	2019		2018	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Risco	35,415,590	(186,120)	4,037,076	(192,965)
Capitalização	97,271,145	-	104,588,555	-
Total	132,686,735	(186,120)	108,625,631	(192,965)

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto refletida no passivo é analisada como segue:

Seguro Direto	Balanco		Variação de Ganhos e Perdas	
	2019	2018	2019	2018
Não Vida	51,011,756	48,183,732	2,828,024	(643,849)
Acidentes de Trabalho	3,078,860	3,000,151	78,709	95,341
Acidentes Pessoais e Doença	5,144,015	3,613,563	1,530,451	(237,352)
Incêndio e outros danos	16,908,090	15,192,604	1,715,486	(557,785)
Automóvel	23,135,947	23,637,914	(501,967)	(89,555)
Marítimo, Aéreo e Transportes	343,164	390,409	(47,245)	51,215
Responsabilidade civil geral	1,242,291	1,229,258	13,034	63,290
Crédito e Caução	101,067	108,790	(7,723)	7,281
Proteção jurídica	525,539	537,643	(12,104)	(14,898)
Assistência	532,783	473,400	59,383	38,614
Outros	-	-	-	-
Total	51,011,756	48,183,732	2,828,024	(643,849)

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Balanco		Variação de Ganhos e Perdas	
	2019	2018	2019	2018
Não Vida	10,593,325	7,928,943	2,664,382	(244,403)
Acidentes de Trabalho	21,400	18,866	2,534	1,010
Acidentes Pessoais e Doença	2,382,853	1,332,696	1,050,157	232,761
Incêndio e outros danos	5,763,574	4,010,334	1,753,240	(499,398)
Automóvel	1,516,222	1,661,236	(145,014)	(88,895)
Marítimo, Aéreo e Transportes	145,933	217,946	(72,013)	69,902
Responsabilidade civil geral	222,290	194,053	28,237	10,967
Crédito e Caução	63,123	70,060	(6,936)	(11,761)
Proteção jurídica	(5,084)	(4,044)	(1,040)	(6,936)
Assistência	483,014	427,796	55,218	47,946
Outros	-	-	-	-
Total	10,593,325	7,928,943	2,664,382	(244,403)

A provisão para participação nos resultados refere-se exclusivamente ao ramo Vida e é analisada como segue:

	2019		2018	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Provisão para participação nos resultados atribuída	1,697,212	(365,256)	2,543,868	(673,325)
Provisão para participação nos resultados a atribuir	14,888,009	-	8,832,581	-
Total	16,585,221	(365,256)	11,376,449	(673,325)

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída de seguro direto é como segue:

	Euros	
Participação nos resultados atribuída	2019	2018
Saldo inicial	2,543,868	2,390,045
Participação Distribuída		
- por provisão matemática	(777,756)	(777,651)
- em numerário	(1,007,376)	(5,078)
	(1,785,132)	(782,729)
Participação Atribuída		
- por resultados do exercício	938,476	936,552
	938,476	936,552
Saldo final	1,697,212	2,543,868

5.2. Gestão de riscos

No ano 2016 entrou em vigor o regime Solvência II, após a transposição da Diretiva Solvência II (Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro), para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. No normativo está estabelecido um período transitório de dois anos, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo para implementação plena do regime Solvência II. Estas medidas encontram-se estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, da ASF.

Como referido anteriormente, a Montepio Seguros é a holding do Grupo Montepio para a área seguradora e de gestão de fundos de pensões. Consolida as participações de duas empresas de seguros – Lusitania Seguros e Lusitania Vida – e de uma entidade gestora de fundos de pensões – Futuro SGFP, S.A., bem como duas entidades dedicadas à gestão imobiliária.

A atuação da holding é realizada de forma integrada, centrando-se na gestão do capital necessário para o desenvolvimento das atividades das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

Tendo em consideração as orientações publicadas pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), relativas aos mecanismos de governação no âmbito do regime Solvência II, a Montepio Seguros acompanha os planos individuais das suas participadas do setor segurador, de forma a alinhar o seu posicionamento face às exigências de capital que possam ocorrer, tendo em conta a necessidade de assegurar o cumprimento quanto aos requisitos de capital de solvência.

O Grupo definiu um Plano Diretor de Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que se encontra em implementação, onde estão descritas ações com vista à evolução do modelo de governação e medidas que contemplam aspetos que contribuem para a definição do modelo de gestão integrada do risco. A concretização dessas medidas está refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos do Grupo.

No âmbito do período transitório, foi aprovada pela ASF a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas para o grupo homogéneo de risco Rendas decorrentes de contratos de seguro de natureza não vida e relacionados com responsabilidades de seguro de Acidentes de Trabalho e do ramo Vida, com o objetivo de efetuar a amortização do diferencial entre as provisões técnicas apuradas no regime estatutário (IFRS) face ao valor estimado no regime prudencial Solvência II.

Adicionalmente, foi aprovada pelo Regulador a aplicação do ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco relevante para o apuramento da melhor estimativa das responsabilidades de seguros. A aplicação desta medida permite ao Grupo prevenir o comportamento pró-cíclico nos mercados financeiros, mitigando os efeitos sobre a melhor estimativa das provisões técnicas decorrente de um alargamento extremo dos spreads das obrigações em condições de crise do mercado.

De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o mês de julho através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Estão igualmente definidos, o apetite e os limites de tolerância ao risco incorridos pelo Grupo, e aprovadas as estratégias e políticas que orientam a gestão de risco. O Grupo tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados em um sistema de gestão de riscos.

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira do Grupo, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A. Risco Específico de Seguros

A gestão de riscos do Grupo é efetuada separadamente para o ramo Vida e Não Vida.

Vida

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são os seguintes:

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de longevidade:** risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,
- **Risco de descontinuidade:** risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada dos contratos de seguro.

Não Vida

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,

Risco de descontinuidade: risco de perdas à anulação inesperada dos contratos de seguro. Os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto são os seguintes:

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarifação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O detalhe dos sub-riscos associados a esta categoria de risco encontra-se descrito no capítulo do perfil de risco no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pelo Grupo é transferido para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que o Grupo tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos e zonas geográficas.

O Grupo efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Entendeu-se como relevante efetuar testes de sensibilidade que se passam a descrever:

- O incremento da taxa de inflação dos gastos com sinistrados com assistência vitalícia em 25pb, em conjunto com o incremento da prudência implícita nas tábuas de mortalidade em mais 5,0 p.p. e redução da taxa de desconto em 50pb nas provisões com recurso a técnicas semelhantes ao ramo Vida, acarretaria uma variação das mesmas em Euros 10,6 milhões;
- Uma análise de sensibilidade ao ramo Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros, em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 90,3% para 94,9% dos prémios adquiridos.
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 79,5% para 83,5%.

Por outro lado, o Grupo realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2019 Euros 000		Variação dos custos com sinistros								
Variação dos custos de exploração		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
	-20%	33,986	27,173	20,360	13,547	5,888	(2,453)	(11,179)	(20,315)	(29,476)
	-15%	32,724	25,911	19,099	12,286	4,416	(3,979)	(12,877)	(22,037)	(31,198)
	-10%	31,463	24,650	17,837	11,024	2,944	(5,505)	(14,599)	(23,760)	(32,921)
	-5%	30,201	23,388	16,575	9,658	1,472	(7,161)	(16,322)	(25,483)	(34,644)
	0%	28,939	22,126	15,314	8,229	-	(8,884)	(18,045)	(27,206)	(36,366)
	5%	27,678	20,865	14,052	6,799	(1,560)	(10,606)	(19,767)	(28,928)	(38,089)
	10%	26,416	19,603	12,790	5,370	(3,228)	(12,329)	(21,490)	(30,651)	(39,869)
	15%	25,154	18,341	11,528	3,865	(4,897)	(14,052)	(23,213)	(32,374)	(41,819)
	20%	23,893	17,080	10,267	2,196	(6,614)	(15,775)	(24,936)	(34,096)	(43,770)

2018 Euros 000		Variação dos custos com sinistros								
Variação dos custos de exploração		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
	-20%	36,282	29,518	22,754	14,751	6,484	(2,064)	(10,787)	(19,874)	(29,112)
	-15%	34,935	28,171	21,266	13,187	4,866	(3,688)	(12,469)	(21,707)	(31,087)
	-10%	33,589	26,825	19,740	11,622	3,247	(5,311)	(14,302)	(23,540)	(33,141)
	-5%	32,242	25,478	18,213	10,058	1,623	(6,942)	(16,134)	(25,372)	(35,194)
	0%	30,896	24,132	16,687	8,493	0	(8,729)	(17,967)	(27,205)	(37,248)
	5%	29,549	22,785	15,145	6,921	(1,623)	(10,562)	(19,800)	(29,038)	(39,301)
	10%	28,203	21,439	13,580	5,303	(3,306)	(12,394)	(21,632)	(30,870)	(41,354)
	15%	26,856	20,070	12,016	3,685	(5,085)	(14,227)	(23,465)	(32,703)	(43,408)
	20%	25,510	18,544	10,451	2,055	(6,864)	(16,060)	(25,298)	(34,701)	(45,461)

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial e revistas posteriormente pelo Atuário Responsável de Solvência II, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2019 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade na generalidade dos ramos, à exceção do seguro do Automóvel e Marítimo e Transportes em que se registaram um deficit de exploração

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

	2019	2019*	2018
Acidentes e Doença	83.5%	83.5%	75.4%
Incêndio e Outros Danos	47.2%	47.2%	75.3%
Automóvel	74.7%	78.4%	73.0%
Transportes	28.9%	28.9%	27.7%
Responsabilidade Civil	24.1%	24.7%	-10.2%
Outros	-26.6%	-12.9%	10.4%
Totais	69.5%	70.6%	70.4%

Rácio de cedência de sinistros

	2019	2019*	2018
Acidentes e Doença	0.1%	0.1%	0.1%
Incêndio e Outros Danos	31.0%	31.0%	54.6%
Automóvel	1.8%	1.6%	0.9%
Transportes	62.0%	62.0%	111.2%
Responsabilidade Civil	-11.0%	-10.6%	33.5%
Outros	99.7%	100.0%	86.2%
Totais	5.1%	4.8%	12.6%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

	2019	2019*	2018
Acidentes e Doença	2.6%	2.6%	1.9%
Incêndio e Outros Danos	37.6%	37.6%	110.9%
Automóvel	18.4%	18.3%	9.1%
Transportes	31.2%	31.2%	44.2%
Responsabilidade Civil	-18.4%	-18.4%	-13.5%
Outros	-128.9%	-30.6%	21.5%
Totais	26.6%	25.5%	66.0%

* inclui N Seguros

B. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros do Grupo, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos do Grupo, da política do ALM e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora. Os riscos financeiros encontram-se detalhadas no capítulo do perfil de risco, no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, o Grupo, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR (*Value at Risk*) dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento do Grupo.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

Taxa	2019		2018	
	Euros	Peso	Euros	Peso
Taxa fixa	926,609,292	84%	720,360,803	90%
Taxa variável	97,074,137	9%	57,082,930	7%
Indexada	34,467,822	3%	-	0%
Defaulted	274,190	0%	-	0%
Cupão zero	49,187,371	4%	25,297,122	3%
Total	1,107,612,813	100%	802,740,855	100%

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações

4º T 2019		4º T 2018	
D	C	D	C
9,5	176,7	7,4	104,8

O valor da *duration* da carteira de obrigações global registou um aumento em 2019, refletindo uma maior exposição às variações nas taxas de juro. Esta situação decorre de uma estratégia de investimento em obrigações de maturidades mais elevadas, em face do atual ambiente de baixas taxas de juro.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2019				
-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	Convexidade
1 206 940	1 093 073	998 525	9,5	176,7

Unidade: milhares de euros

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de investimentos financeiros em análise (a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações (b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
2019		-10%	0%	10%	
1 147 929	-0,32%	33 207	36 897	40 586	0,32%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário, depósitos a prazo e nem papel comercial.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de investimentos financeiros em análise (a)	Impacto na Carteira Total	Variação no Valor do Imobiliário (b)			Impacto na Carteira Total
2019		-5%	0%	5%	
1 249 183	-0,31%	73 746	77 627	81 508	0,31%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

O risco de mercado inclui o risco de *spread* que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações financeiras do Grupo com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor no Grupo.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira, a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio e uma entidade especializada em investimentos para entidades institucionais (Companhias de Seguros, Fundos de Pensões, Fundações, Gestão de Patrimónios, ...).

Composição dos investimentos financeiros por setor de atividade

Setor	2019		2018	
	Euros	Peso	Euros	Peso
Dívida Pública	550,245,821	48%	452,048,094	48%
Financeiro	215,244,760	19%	211,691,673	31%
Indústria	158,255,768	14%	120,095,734	12%
Serviços	93,796,854	8%	41,844,265	4%
Transportes e Comunicação	8,185,244	1%	18,513,902	2%
Imobiliário	4,386,775	0%	5,199,568	1%
Setor Público	2,030,658	0%	1,892,416	0%
Supra Nacional	1,707,863	0%	3,362,732	0%
Telecomunicações	9,833,057	1%	8,286,732	0%
Outros	110,496,544	10%	41,916,337	2%
Total	1,154,183,344	100%	904,851,453	100%

À exceção de dois títulos (Moçambique Companhia de Seguros e Acacia Bahrein), a totalidade da carteira do Grupo está denominada em euros.

Rating da carteira de obrigações

Rating	Euros			
	2019	Peso	2018	Peso
AAA	40,240,820	4%	27,731,159	3%
AA+	5,956,029	1%	-	0%
AA	23,089,848	2%	39,142,219	5%
AA-	2,298,065	0%	6,949,533	1%
A+	14,304,090	1%	2,087,341	0%
A	66,317,435	6%	36,824,659	5%
A-	20,644,082	2%	24,523,276	3%
BBB+	19,129,851	2%	10,837,523	1%
BBB	614,535,469	55%	477,941,632	60%
BBB-	132,334,894	12%	44,606,314	6%
BB+	6,256,372	1%	3,696,813	0%
BB	42,842,119	4%	29,624,388	4%
BB-	7,831,342	1%	5,837,212	1%
B+	-	0%	8,475,583	1%
B	3,940,262	0%	8,258,167	1%
B-	-	0%	-	0%
CCC+	-	0%	-	0%
CCC	-	0%	-	0%
D	274,190	0%	-	0%
Sem rating	107,617,943	10%	76,205,036	9%
Total	1,107,612,813	100%	802,740,855	100%

A componente do risco de concentração trata o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande, ou investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas, bem como a determinados setores de atividade e zonas geográficas, resultando na ameaça da situação financeira ou da solvência da empresa.

Composição dos investimentos financeiros, investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país emitente:

Países	Euros			
	2019	Peso	2018	Peso
Alemanha	69,560,148	6%	34,653,548	4%
Austrália	3,381,385	0%	1,088,368	0%
Áustria	8,849,691	1%	7,380,517	1%
Bahrein	1,831,306	0%	1,257,435	0%
Bélgica	5,847,070	1%	12,529,499	1%
Brasil	12,854,952	1%	8,593,043	1%
Dinamarca	2,494,965	0%	1,988,123	0%
Eslováquia	1,066,791	0%	-	0%
Eslovénia	2,940,372	0%	1,988,660	0%
Espanha	179,278,407	16%	128,502,956	14%
Estados Unidos	102,535,964	9%	48,814,224	5%
Finlândia	10,001,642	1%	1,004,727	0%
França	119,518,124	10%	75,379,367	8%
Holanda	22,319,522	2%	29,418,872	3%
Irlanda	22,594,250	2%	69,655,502	8%
Itália	160,766,160	14%	95,707,768	11%
Lituânia	3,573,953	0%	-	0%
Luxemburgo	20,255,301	2%	12,976,961	1%
México	-	0%	993,168	0%
Moçambique	522,346	0%	207,024	0%
Polónia	-	0%	994,958	0%
Portugal	295,479,304	26%	297,951,506	33%
Reino Unido	35,365,650	3%	20,415,841	2%
Roménia	5,674,239	0%	2,934,117	0%
Suécia	3,819,771	0%	955,537	0%
Suiça	5,119,460	0%	542,712	0%
Supra-nacionais	1,707,863	0%	1,690,667	0%
Diversos	56,824,709	5%	47,226,353	5%
Total	1,154,183,344	100%	904,851,453	100%

C. Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

O Grupo tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, o Grupo monitoriza, com elevada regularidade, a maturidade dos seus produtos segundo os princípios definidos na Política de ALM e na Política de Liquidez, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimentos dos seus compromissos registados no passivo.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

	Euros					
Risco de liquidez 2019	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	13,162,464	-	-	-	-	13,162,464
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	24,326	24,326
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	5,167	-	-	2,548,346	8,633,786	11,187,298
Ativos financeiros disponíveis para venda	117,266,086	140,994,436	190,460,303	616,713,502	76,758,339	1,142,192,667
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	29,876,689	-	-	-	-	29,876,689
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	36,429,606	-	-	-	-	36,429,606
Total dos ativos financeiros	196,740,011	140,994,436	190,460,303	619,261,847	85,416,452	1,232,873,050
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	40,804,454	414,615,051	35,165,044	3,991,284	-	494,575,834
Outros passivos financeiros	7,931,453	-	-	-	64,212,280	72,143,733
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3,594,169	-	-	-	26,215,221	29,809,390
Total dos passivos financeiros	52,330,076	414,615,051	35,165,044	3,991,284	90,427,501	596,528,957
Líquido	144,409,935	(273,620,615)	155,295,259	615,270,563	(5,011,049)	636,344,093

	Euros					
Risco de liquidez 2018	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	30,570,429	-	-	-	-	30,570,429
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	17,460	17,460
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	2,250,409	2,840	2,564,438	2,833,156	2,020,342	9,671,185
Ativos financeiros disponíveis para venda	86,790,141	70,963,550	108,780,970	535,861,890	92,527,012	894,923,563
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	44,138,137	-	-	-	-	44,138,137
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	30,138,414	-	-	-	-	30,138,414
Total dos ativos financeiros	193,887,530	70,966,390	111,345,408	538,695,046	94,564,814	1,009,459,188
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	123,533,402	237,010,626	78,129,223	3,024,487	-	441,697,738
Outros passivos financeiros	15,152,838	-	-	-	51,000,000	66,152,838
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28,432,381	-	-	-	-	28,432,381
Total dos passivos financeiros	167,118,621	237,010,626	78,129,223	3,024,487	51,000,000	536,282,957
Líquido	26,768,909	(166,044,236)	33,216,185	535,670,559	43,564,814	473,176,231

D. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que o Grupo se encontra exposto. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para o Grupo, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo rating

Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Covea Coopérations	A
Deutsche Rück	A
Mapfre Re	A
MSAmlin	A+
Münchener Rück	AA-
Nacional de Reaseguros	A-
Odyssey Re	A
Partner Re	A+
QBE Secura Re	A+
R+V Versicherungs	AA-
SCOR Re	AA-
Sirius International	A
Sompo International	A+
XL Re Europe	A

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas.

E. Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

No âmbito da implementação da *framework* de Risco Operacional ao nível do Grupo, com o princípio orientador a gestão descentralizada do Risco, e de modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem como frequências, impactos e respetivos controlos - Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

Em simultâneo, encontra-se em execução um processo de identificação, registo e controlo de irregularidades identificadas num determinado período, com a respetiva quantificação, tendo como objetivo o *input* para um *Datamart* de dados históricos. Através deste modelo, o Grupo monitoriza de forma quantitativa e qualitativa os riscos operacionais não capturados pela fórmula padrão. Os eventos do risco operacional estão associados às perdas resultantes de operações diárias da empresa e das entidades com que se relaciona.

A Plataforma de Registo de Eventos de Risco foi desenvolvida com o objetivo de construir uma base de dados histórica interna que possibilita a identificação de falhas nos controlos e de ações de mitigação dos riscos, bem como a compreensão da exposição corrente ao risco operacional, identificando as áreas com maior incidência.

O reporte das perdas financeiras identificadas nos eventos registados abrange a análise de tendências, das recuperações efetuadas e das perdas por categoria de risco ou linha de negócio. O registo dos eventos promove,

ainda, a qualidade ao nível das operações e constitui um elemento crucial para o futuro desenvolvimento de um modelo interno de gestão integrada de risco operacional através de capital económico.

O Grupo implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo com a norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade do Grupo.

No âmbito da segurança, é realizado periodicamente um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar, sendo que alguns já foram intervencionados e outros estão a ser. Os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável, atestando a validade do PCN.

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem é apresentada como segue:

	Euros	
	2019	2018
Numerário	707,452	1,070,552
Depósitos à ordem	12,455,013	29,499,877
Total	13,162,465	30,570,429

7. Instrumentos financeiros

7.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2019, é apresentada como segue:

	2019					Euros
	C. Aquisição Amortizado	RJV*	Imparidades	Juro	Valor Balanço	
Titulos de dívida						
Dívida pública	466,940,882	67,770,366	-	6,770,127	541,481,375	
Outros emissores	516,692,424	33,823,533	(466,864)	7,277,737	557,326,830	
	983,633,306	101,593,899	(466,864)	14,047,864	1,098,808,205	
Acções	7,399,333	944,866	(4,880,045)	-	3,464,155	
Outros instrumentos de capital e unid. participação	40,316,140	1,728,871	(2,124,703)	-	39,920,308	
	47,715,473	2,673,738	(7,004,748)	-	43,384,463	
Total	1,031,348,779	104,267,637	(7,471,612)	14,047,864	1,142,192,667	

* Reserva de Justo Valor antes do Shadow-Accounting

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Total	Euros
Titulos de dívida						
Dívida pública	521,407,182	6,878,040	13,196,153	-	541,481,375	
Outros emissores	540,982,351	12,578,215	3,766,264	-	557,326,830	
	1,062,389,533	19,456,255	16,962,417	-	1,098,808,205	
Acções	-	-	3,407,624	56,531	3,464,155	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	34,517,153	-	5,403,155	-	39,920,308	
Total	1,096,906,686	19,456,255	25,773,195	56,531	1,142,192,667	

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2018, é apresentada como segue:

	2018					Euros
	C. Aquisição Amortizado	RJV*	Imparidades	Juro	Valor Balanço	
Titulos de dívida						
Dívida pública	398,728,301	21,356,043	-	7,344,046	427,428,390	
Outros emissores	366,297,270	6,031,899	(749,468)	6,280,572	377,860,273	
	765,025,571	27,387,942	(749,468)	13,624,618	805,288,663	
Acções	8,244,147	224,507	(5,463,430)	-	3,005,224	
Outros instrumentos de capital e unid. participação	94,586,647	(4,588,088)	(3,368,883)	-	86,629,676	
	102,830,794	(4,363,581)	(8,832,313)	-	89,634,900	
Total	867,856,365	23,024,361	(9,581,781)	13,624,618	894,923,563	

* Reserva de Justo Valor antes do Shadow -Accounting

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Euros				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Total
Titulos de dívida					
Dívida pública	412,333,598	15,094,792	-	-	427,428,390
Outros emissores	366,026,400	11,558,197	275,676	-	377,860,273
	778,359,998	26,652,989	275,676	-	805,288,663
Acções	-	-	2,948,693	56,531	3,005,224
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	79,923,791	-	6,705,885	-	86,629,676
Total	858,283,789	26,652,989	9,930,254	56,531	894,923,563

A maioria dos ativos contemplados no nível 3 corresponde a unidades de participação em fundos de investimento fechados, cujo valor resultou da divulgação do valor líquido global do fundo determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos e ações de entidades não cotadas. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, com base em metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Caso existisse uma alteração de +/- 10% no justo valor dos ativos mensurados no nível 3, o impacto antes de impostos no capital próprio ascenderia Euros 2.577.319 (2018: Euros 993.025).

À data de 31 de dezembro de 2019, a reserva de justo valor associada aos ativos mensurados no nível 3 ascende a Euros 1.284.522 (2018: Euros 545.859).

A reconciliação da reserva de justo valor para as demonstrações financeiras é apresentada na Nota 28.

A rubrica de Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentada como segue:

	2019			Euros
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço	
Outros emissores	10,536,210	(1,731,599)	8,804,611	
Instrumentos de capital e unidades de participação	3,485,766	(1,103,078)	2,382,688	
Total	14,021,976	(2,834,677)	11,187,298	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Euros			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros emissores	8,804,611			8,804,611
Instrumentos de capital e unidades de participação	2,016,041		366,647	2,382,688
	10,820,652	-	366,647	11,187,298

Euros

	2018		
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço
Outros emissores	11,077,642	(2,704,009)	8,373,633
Instrumentos de capital e unidades de participação	3,485,766	(2,188,214)	1,297,552
Total	14,563,408	(4,892,223)	9,671,185

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros emissores	8,373,633	-	-	8,373,633
Instrumentos de capital e unidades de participação	940,686	-	356,866	1,297,552
	9,314,319	-	356,866	9,671,185

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, na rubrica de Investimentos a deter até à maturidade o Grupo reconheceu 0 Euros.

O Grupo durante 2018 procedeu à alienação de ativos classificados nesta categoria tendo procedido à reclassificação da restante carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 70.609 milhares de Euros (2019: 16.466 milhares de Euros), cujo valor de mercado era, na data da transferência, de 79.101 milhares de Euros (2019: 16.688 milhares de Euros). De acordo com a IAS 39 instrumentos financeiros o Grupo não poderá classificar ativos nesta categoria até ao final de 2020.

7.2 Empréstimos concedidos e contas a receber

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	Euros	
	2019	2018
Depósitos junto de empresas cedentes	357,557	298,429
Outros depósitos	29,283,126	43,448,661
Empréstimos concedidos	236,006	391,047
Total	29,876,689	44,138,137

Os outros depósitos respeitam na totalidade a depósitos a prazo.

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais. Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

7.3 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

	Euros	
	2019	2018
Saldo a 1 de Janeiro	441,697,738	382,400,548
Entradas (líquido de comissões)	178,781,918	157,049,651
Montantes pagos	135,540,728	107,528,440
Variação de ganhos e perdas (juro técnico)	(9,636,906)	(9,775,979)
Saldo a 31 de Dezembro	494,575,834	441,697,738

7.4 Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2019	2018
Depósitos de Resseguradores	13,643,733	15,152,838
Passivos Subordinados	58,500,000	51,000,000
Total	72,143,733	66,152,838

Em 29 de novembro de 2007, o Grupo procedeu, através da Lusitania Vida, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Associação Mutualista Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 130 bp.

Em 30 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 bp.

Durante o exercício de 2014, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 9 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Durante o exercício de 2015, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 7 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Após o final do 5º ano de vida dos empréstimos referidos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, o Grupo poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa.

Durante o exercício de 2016, o Grupo procedeu, através da Montepio Seguros, à emissão de um o empréstimo obrigacionista e subscrito integralmente a 23 de dezembro de 2016, pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, no montante de Euros 17,5 milhões. Este empréstimo tem um prazo de emissão de 4 (quatro) anos a contar da Data de Subscrição e Pagamento, e paga juros calculados com base na Euribor a 6 meses + 650bp.

Durante o exercício de 2018, a Montepio Geral Associação Mutualista subscreveu integralmente as emissões de dois empréstimos obrigacionistas subordinados nos montantes de 10 milhões de euros e de 5 milhões de euros, emitidos pela Lusitania Seguros em 30 de maio e 28 de dezembro, respetivamente.

No final de 2018 a Lusitania Vida reembolsou na totalidade um empréstimo obrigacionista subordinado, subscrito pelo Montepio Geral - Associação Mutualista no valor de 5 milhões de euros.

Durante o exercício de 2019 foi emitido um empréstimo obrigacionista pela Lusitania Seguros, integralmente subscrito pela Associação Mutualista Montepio, no montante de 7,5 milhões de euros.

7.5 Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	Euros			
	2019		2018	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	13,162,464	13,162,464	30,570,429	30,570,429
Empréstimos concedidos e contas a receber	29,876,689	29,876,689	44,138,137	44,138,137
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	36,429,605	36,429,605	30,138,415	30,138,415
Ativos financeiros ao custo amortizado	79,468,758	79,468,758	104,846,981	104,846,981
Outros passivos financeiros	68,032,126	72,143,733	60,639,350	66,152,838
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29,809,390	29,809,390	28,432,378	28,432,378
Passivos financeiros ao custo amortizado	97,841,516	101,953,123	89,071,728	94,585,216

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Montepio Seguros são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3, de acordo com o IFRS 13.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

A avaliação destes passivos corresponde ao nível 3 na hierarquia de justo valor conforme previsto na IFRS 13.

8. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2019, na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

	Saldo inicial					Euros
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo final Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Serviço Próprio						
Terrenos e Edifícios	46,752,110	-	(404,600)	-	(65,009)	46,282,502
Amortizações Acumuladas						
Terrenos e Edifícios	(9,287,826)	(998,421)	40,020	-	-	(10,246,227)
Total	37,464,285	(998,421)	(364,580)	-	(65,009)	36,036,275

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2018, na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

	Saldo inicial					Euros
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Serviço Próprio						
Terrenos e Edifícios	47,174,366	-	-	(412,617)	(9,639)	46,752,110
Amortizações Acumuladas						
Terrenos e Edifícios	(8,152,800)	(1,073,057)	-	(61,970)	-	(9,287,826)
Total	39,021,566	(1,073,057)	-	(474,587)	(9,639)	37,464,284

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2019, na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

	Saldo Inicial					Euros
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo Final Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Rendimento						
Terrenos e Edifícios	17,035,269	-	(80,476)	(8,126)	72,864	17,019,532
Total	17,035,269	-	(80,476)	(8,126)	72,864	17,019,532

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2018, na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

	Saldo Inicial					Euros
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo Final Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Rendimento						
Terrenos e Edifícios	19,023,104	-	(2,998,991)	466,461	544,693	17,035,269
Total	19,023,104	-	(2,998,991)	466,461	544,693	17,035,269

Em 31 de dezembro de 2019, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 1.061.076 (2018: Euros 762.186).

A determinação do justo valor dos imóveis de rendimento é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes, cumprindo todos os requisitos definidos pela ASF.



9. Outros ativos fixos

9.1. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2019, relativos a ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos Fixos Tangíveis (Exceto Terrenos e Edifícios)					
Equipamento administrativo	9,758,234	99,854	-	2,000	9,860,088
Máquinas e ferramentas	1,195,964	17,558	-	(23,924)	1,189,598
Equipamento informático	10,833,543	501,907	(1,571,841)	(10,822)	9,752,786
Instalações interiores	2,742,713	-	-	(7,257)	2,735,456
Equipamento de transporte	500,014	24,112	-	(13,269)	510,857
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	114,942	227	(188)	(44,719)	70,262
Patrimônio artístico	657,013	-	-	44,478	701,491
Imobilizações em curso	1,073,487	-	(1,073,490)	3	-
	<u>26,875,910</u>	<u>643,658</u>	<u>(2,645,520)</u>	<u>(53,510)</u>	<u>24,820,539</u>
Amortizações Acumuladas					
Equipamento administrativo	(9,615,661)	(61,850)	-	20,449	(9,657,062)
Máquinas e ferramentas	(1,143,559)	(14,596)	-	19,553	(1,138,602)
Equipamento informático	(9,267,807)	(468,377)	569,627	(62,575)	(9,229,132)
Instalações interiores	(2,669,587)	(18,754)	-	2	(2,688,339)
Equipamento de transporte	(509,586)	(36,022)	-	75,843	(469,765)
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	(56,606)	(2,174)	-	237	(58,543)
	<u>(23,262,806)</u>	<u>(601,773)</u>	<u>569,627</u>	<u>53,510</u>	<u>(23,241,442)</u>
Total	3,613,104	41,885	(2,075,893)	-	1,579,096

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2018, relativos a ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos Fixos Tangíveis (Exceto Terrenos e Edifícios)					
Equipamento administrativo	11,699,752	15,214	-	(1,956,732)	9,758,234
Máquinas e ferramentas	1,195,964	-	-	-	1,195,964
Equipamento informático	7,922,232	936,500	-	1,974,811	10,833,543
Instalações interiores	2,742,713	-	-	-	2,742,713
Equipamento de transporte	549,422	-	(49,408)	-	500,014
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	104,579	10,363	-	-	114,942
Patrimônio artístico	657,013	-	-	-	657,013
Imobilizações em curso	852,578	220,909	-	-	1,073,487
	<u>25,724,253</u>	<u>1,182,986</u>	<u>(49,408)</u>	<u>18,079</u>	<u>26,875,910</u>
Amortizações Acumuladas					
Equipamento administrativo	(10,946,193)	(234,554)	-	1,565,086	(9,615,661)
Máquinas e ferramentas	(1,121,774)	(21,785)	-	-	(1,143,559)
Equipamento informático	(6,552,226)	(1,132,416)	-	(1,583,165)	(9,267,807)
Instalações interiores	(2,551,867)	(117,720)	-	-	(2,669,587)
Equipamento de transporte	(497,760)	(61,234)	49,408	-	(509,586)
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	(54,641)	(1,965)	-	-	(56,606)
	<u>(21,724,461)</u>	<u>(1,569,674)</u>	<u>49,408</u>	<u>(18,079)</u>	<u>(23,262,806)</u>
Total	3,999,792	(386,688)	-	-	3,613,104

9.2. Direito de uso e passivos de locações

O direito de uso e os passivos por locações registados em 31 de dezembro de 2019 resultam da adoção da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, sendo os valores destas rubricas nulos no período homólogo.

2019

Classe de ativo	Saldo a 01/01/2019	Aquisições/ alterações	Depreciações	Saldo a 31/12/2019
Terrenos e edifícios	1,949,417	148,814	577,866	1,520,366
Viaturas	891,292	260,283	446,892	704,682
Total	2,840,709	409,097	1,024,758	2,225,048

2019

Classe de passivo	Saldo a 01/01/2019	Aquisições/ alterações	Rendas	Saldo a 31/12/2019	Juro Exercício 2019
Terrenos e edifícios	(1,949,417)	(147,385)	620,894	(1,540,722)	(64,813)
Viaturas	(891,292)	(259,777)	485,496	(690,552)	(24,979)
Total	(2,840,709)	(407,163)	1,106,389	(2,231,274)	(89,792)

Durante o exercício de 2019 o Grupo não registou qualquer perda de imparidade nos ativos subjacentes aos direitos de uso registados em 1 de janeiro de 2019.

O Grupo aplicou a isenção prevista na IFRS 16, tendo registado os contratos de maturidade inferior a 12 meses e/ou valor do ativo subjacente de valor reduzido em gastos com alugueres.

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de inventários refere-se essencialmente a propriedades detidas pelo Grupo no âmbito da atividade imobiliária das subsidiárias Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. e Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior.

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2019 e 2018, relativos a inventários são analisados como segue:

Euros					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Inventários					
Propriedades de Investimentos	1 594 167	-	-	-	1 594 167
Outros	35 200	545	(1 400)	-	34 345
	<u>1,629,367</u>	<u>545</u>	<u>(1,400)</u>	<u>-</u>	<u>1,628,511</u>
Amortizações Acumuladas					
Propriedades de Investimentos	(515 605)	(39 756)	-	-	(555 362)
Outros	-	-	-	-	-
	<u>(515,605)</u>	<u>(39,756)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(555,362)</u>
Total	1,113,762	(39,211)	(1,400)	-	1,073,150

Euros					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Inventários					
Propriedades de Investimentos	1 594 167	-	-	-	1 594 167
Outros	28 554	6 646	-	-	35 200
	<u>1,622,720</u>	<u>6,646</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1,629,367</u>
Amortizações Acumuladas					
Propriedades de Investimentos	(475 849)	(39 756)	-	-	(515 605)
Outros	-	-	-	-	-
	<u>(475,849)</u>	<u>(39,756)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(515,605)</u>
Total	1,146,872	(33,110)	-	-	1,113,762

11. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício de 2019 é analisada como segue:

	Euros				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos Fixos Intangíveis					
Software	4,769,433	772,850	-	5,803,638	11,345,921
Outros ativos intangíveis	5,167,835	994	-	144,123	5,312,952
Activos intangíveis em curso	8,108,787	1,396,401	-	(2,944,400)	6,560,788
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	7,109,223	-	-	(9,223)	7,100,000
	<u>25,155,278</u>	<u>2,170,245</u>	<u>-</u>	<u>2,994,138</u>	<u>30,319,661</u>
Amortizações Acumuladas					
Software	(2,637,964)	(1,400,895)	-	(850,581)	(4,889,440)
Outros ativos intangíveis	(3,614,336)	(583,332)	-	5,848	(4,191,820)
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	(1,078,663)	(497,120)	-	7,756	(1,568,027)
	<u>(7,330,963)</u>	<u>(2,481,347)</u>	<u>-</u>	<u>(836,977)</u>	<u>(10,649,287)</u>
Total	17,824,315	(311,102)	-	2,157,161	19,670,374

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício de 2018 é analisada como segue:

	Euros				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos Fixos Intangíveis					
Software	4,769,433	-	-	-	4,769,433
Outros ativos intangíveis	5,164,666	3,169	-	-	5,167,835
Activos intangíveis em curso	7,028,675	1,080,112	-	-	8,108,787
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	7,109,223	-	-	-	7,109,223
	<u>24,071,997</u>	<u>1,083,281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25,155,278</u>
Amortizações Acumuladas					
Software	(1,988,223)	(649,741)	-	-	(2,637,964)
Outros ativos intangíveis	(2,902,832)	(711,504)	-	-	(3,614,336)
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	(638,591)	(440,072)	-	-	(1,078,663)
	<u>(5,529,646)</u>	<u>(1,801,317)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7,330,963)</u>
Total	18,542,351	(718,036)	-	-	17,824,315

O Grupo adquiriu através da Lusitania Vida à Finibanco Vida, uma carteira de seguros de vida associados ao crédito à habitação que foi avaliado em 26 de dezembro de 2016 por Euros 7.100.000. Este ativo foi registado como ativo intangível e foi registado pelo seu custo de aquisição estando sujeito a amortizações anuais em linha com os benefícios económicos futuros que originaram o custo de aquisição. Desta forma, anualmente está sujeito a um teste de imparidade.

O Grupo amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados. O valor remanescente do valor da carteira Finibanco Vida será amortizado como segue:

	Euros
Ano	Amortizações
2020	543,312
2021	516,269
2022	486,018
2023	452,193
2024	417,350
De 2025 a 2031	2,025,853
De 2032 a 2038	833,802
De 2039 a 2046	257,176
Total	5,531,973

12. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os outros devedores por operações de seguros e outras operações apresentaram os seguintes valores:

	Euros	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2019	2018
Contas a receber por operações de seguro direto	26,690,145	20,767,125
Contas a receber por operações de resseguro	3,481,014	4,760,986
Contas a receber por outras operações	11,432,349	10,551,349
Valor Bruto	41,603,508	36,079,460
Imparidade	(5,173,903)	(5,941,046)
Total	36,429,605	30,138,414

A rubrica Contas a receber por operações de seguro direto, líquida de imparidade, inclui (i) Euros 11.430.412 respeitantes a recibos à cobrança a 31 de dezembro de 2019 (2018: Euros 9.543.047), (ii) saldos a receber de mediadores no valor de Euros 4.247.859 (2018: Euros 2.902.104) e (iii) reembolsos de sinistros no montante de Euros 7.361.587 (2018: Euros 3.259.585).

Na rubrica de contas a receber por outras operações encontra-se reconhecido o saldo IDS no montante de Euros 6.436.785 (2018: Euros 6.518.988) e as comissões de Gestão dos Fundos de Pensões no valor de Euros 1.694.924 (2018: Euros 1.421.701).

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a perdas por imparidade, são como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Devedores por operações de seguro direto	3,971,831	(452,019)	24,218	3,495,595
Devedores por operações de resseguro	709,483	-	-	709,483
Devedores por outras operações	1,259,732	(255,585)	35,322	968,825
Total	5,941,046	(707,603)	59,540	5,173,903

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

Inclui ainda os montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica devedores por operações de seguro direto inclui os reembolsos de sinistros e são analisados como segue:

	Euros	
Reembolsos	2019	2018
- Em aberto com menos de 1 ano	3,027,449	2,652,822
- Em aberto com mais de 1 ano	399,997	1,202,637
Total	3,427,447	3,855,459

O valor dos prémios associados a contratos com garantias suspensas pode ser analisado como segue:

	Euros	
	2019	2018
Prémios em Suspensão	-	2,232,677
Total	-	2,232,677

13. Outros credores por operações de seguro direto e outras operações

	Euros	
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2019	2018
Contas a pagar por operações de seguro direto	17,715,953	18,644,544
Contas a pagar por operações de resseguro	8,182,982	4,867,017
Contas a pagar por outras operações	3,910,455	4,920,820
Total	29,809,390	28,432,381

A rubrica Contas a pagar por operações de seguro direto inclui (i) Euros 2.115.020 (2018: Euros 1.563.405) respeitantes a estornos a pagar, (ii) Euros 4.349.350 respeitantes a saldos a pagar de mediação (2018: Euros 6.677.412) onde se destaca o saldo com o mediador Caixa Económica Montepio Geral no valor de Euros 718.222 (2018: Euros 1.273.143), e, (iii) Euros 11.242.488 (2018: Euros 10.378.512) referentes a prémios recebidos antecipadamente.

Durante o ano de 2019 observou-se um acréscimo na rubrica credores por operações de resseguro, influenciado significativamente pelo protocolo da RSA na subsidiária Lusitania Seguros.

14. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	Euros	
	2019	2018
Receita processada antecipadamente	-	189,384
Remuneração de férias, subsídio de férias, outras remunerações e respectivos encargos	3,572,698	3,504,945
Outros acréscimos e diferimentos	2,621,187	2,463,592
Total	6,193,884	6,157,920

A rubrica de outros acréscimos de gastos são essencialmente acréscimos referente a (i) comissões extra (Rappel) de 2019 a pagar em 2020 no montante de Euros 1.459.700, (ii) juros de passivos subordinados no

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

Ano de caducidade	Euros	
	2019	2018
2018	-	-
2019	-	-
2022	1,140,708	3,011,226
2026	1,560,280	1,560,280
2027	5,202,085	5,271,195
2028	1,155,664	1,510,644
Total	9,058,737	11,353,345

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável. Em 2019, estima-se ser utilizado um montante de prejuízo fiscal de cerca de 7 milhões e 918 mil euros.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada no *business plan* das Subsidiárias para o período de 6 anos a findar em 2025. Dado os impostos resultantes dos prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 terem uma caducidade de 12 anos, para o período compreendido entre o último ano de projeção do *business plan* e 2028 foi considerado um pressuposto de crescimento linear do resultado antes de imposto de 0.5% ao ano, de forma a possibilitar a projeção de todo o horizonte temporal disponível para recuperação dos impostos. Os pressupostos considerados revelam que os ativos por impostos diferidos são recuperáveis no horizonte temporal definido.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício e nas reservas pode ser analisado como segue:

	Euros			
	2019		2018	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros e imóveis	4,649,996	(21,962,270)	(2,483,646)	6,146,470
Provisões	(308,993)	(166,013)	(828,090)	(11,962)
Benefícios de empregados	-	(1,168,645)	(38,466)	(100,182)
Prejuízos fiscais reportáveis	(2,294,609)	-	(1,668,223)	-
Outros	667,927	(2,321)	379,753	-
Imposto diferido	2,714,320	(23,299,249)	(4,638,672)	6,034,326
Impostos correntes	(3,603,610)	(272,366)	(2,432,644)	(72,328)
Total do imposto reconhecido	(889,290)	(23,571,615)	(7,071,316)	5,961,998

montante de Euros 458.041, (iii) gastos de auditoria e consultoria no montante de Euros 144.402, (iv) custos com marketing no montante de Euros 83.936, (v) remunerações variáveis ao pessoal no montante de Euros 156.545, (vi) incentivos a mediadores no montante de Euros 15.000, e, (vii) formação de colaboradores no montante de Euros 23.000.

15. Provisões

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2019, na rubrica de outras provisões são analisados como segue:

Euros				
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Outras Provisões	3,257,378	10,250,000	(2,502,378)	11,005,000
Total	3,257,378	10,250,000	(2,502,378)	11,005,000

Durante o exercício de 2019, a participada Lusitania Seguros foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no montante de 20.500.000 euros pela alegada participação num acordo restritivo da concorrência, tendo provisionado 50% do valor, adotando uma abordagem prudente perante os riscos envolvidos, mas não necessariamente concordante. O montante remanescente, ascendendo a 10.250.000 euros, representa um passivo contingente, que será devidamente monitorizado nos próximos exercícios.

A rubrica de outras provisões inclui ainda uma provisão para garantia a clientes no âmbito da gestão de fundos de pensões no montante de Euros 425.000 (2018: Euros 1.162.835). Em 2019 existiu ainda a desmobilização de uma provisão para contingências fiscais no montante de Euros 1.708.776, referente à imputação da cobrança de imposto de selo sobre as comissões pagas à entidade gestora por todos os Fundos de Pensões geridos.

16. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	Euros					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Instrumentos financeiros e imóveis	4,048,768	(674,183)	23,377,094	3,422,193	(19,328,326)	(4,096,375)
Provisões	909,051	1,399,135	(4,822)	-	913,874	1,399,135
Benefícios a empregados	-	1,168,645	-	-	-	1,168,645
Prejuízos fiscais reportáveis	9,058,736	11,353,345	-	-	9,058,736	11,353,345
Outros	655,428	-	(38,110)	(45,206)	693,538	45,206
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	14,671,983	13,246,942	23,334,162	3,376,987	(8,662,179)	9,869,955

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto. O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2019 foi apurado pelo Grupo com base na taxa nominal de IRC (21%), acrescida da Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (3% taxa média), que se estima estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço. No que respeita aos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a taxa utilizada é apenas a taxa nominal de IRC (21%).

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Euros			
	2019		2018	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		(11,101,308)		8,173,817
Taxa de imposto	21.0		21.0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(3,164,371)		(1,716,502)
Eliminação da dupla tributação - dividendos		113,749		100,092
Menos valias contabilísticas de acções		2,954,858		(10,708)
Tributações autónomas e outros impostos		(909,233)		(293,869)
Imparidades		-		-
Prejuízos fiscais não utilizados		(3,601,030)		(4,389,342)
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente		(50,536)		(98,690)
Correcção de imposto de exercícios anteriores		-		(247)
Outros		3,767,275		(662,051)
Imposto sobre o rendimento do exercício		(889,288)		(7,071,317)

A variação ocorrida na linha de "Outros" deve-se ao imposto diferido gerado por diferenças entre a base contabilística e a base fiscal do Grupo, nomeadamente no que respeita ao ajustamento de consolidação efetuado pela transação ocorrida entre as participadas Lusitania Seguros e Lusitania Vida. A operação consistiu na venda do ex-imóvel Sede por parte da Lusitania Seguros à Lusitania Vida, seguida da celebração de um contrato de arrendamento por um período de 24 meses entre as partes (operação de *Sale and Leaseback*).

Os ativos e passivos por impostos correntes e taxas são analisados como segue:

	Euros			
	2019		2018	
	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	65,036	(1,409,088)	978,578	(1,028,991)
IRS - Retenções na Fonte	-	(692,146)	8,130	(860,003)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	-	(29,609)	-	(14,560)
Imposto de Selo	-	(1,581,729)	-	(1,567,231)
SNBPC	-	(509,768)	-	(454,249)
INEM	-	(428,057)	-	(447,328)
ASF	-	(266,796)	-	(15,189)
FAT	145,943	(9,481,951)	98,515	(8,768,266)
FGA	45,458	(392,756)	39,574	(114,929)
Outros Impostos e Taxas	-	(232,819)	-	(189,977)
Segurança Social	463,763	(804,510)	387,897	(675,213)
Tributos Autarquias Locais	-	(1,743)	-	(48,926)
Total	720,200	(15,830,972)	1,512,694	(14,184,862)

17. Prémios de contratos de seguro (seguro direto e resseguro aceite)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a atividade da Grupo pode ser analisada como segue:

Euros					
2019					
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Saldos de resseguro
SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE					
VIDA	58,336,460	58,336,460	31,513,921	7,813,991	(606,910)
ACIDENTES E DOENÇA	82,744,929	80,702,701	73,023,197	20,096,570	(1,412,506)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	46,997,528	45,131,934	24,027,871	12,407,861	(8,168,736)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	56,130,420	56,103,385	57,949,873	16,129,288	(431,604)
- OUTRAS COBERTURAS	27,231,416	27,471,680	11,549,955	5,796,110	(4,058,040)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3,369,822	3,428,015	1,074,913	1,235,496	(938,360)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5,363,976	5,349,796	1,423,130	2,099,773	(867,393)
CRÉDITO E CAUÇÃO	295,738	308,937	(468,465)	76,446	(622,349)
PROTEÇÃO JURÍDICA	1,453,355	1,468,890	13,200	170,037	(1,165,244)
ASSISTÊNCIA	1,901,416	1,839,618	67,876	385,509	(167,990)
DIVERSOS	13	13	-	6	-
TOTAL	283,825,073	280,141,429	200,175,471	66,211,087	(18,439,132)
Euros					
2018					
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Saldos de resseguro
SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE					
VIDA	40,309,777	40,309,777	31,321,231	8,782,753	(1,032,824)
ACIDENTES E DOENÇA	76,223,885	76,408,152	62,714,400	17,995,258	(1,414,977)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	43,793,471	44,309,590	34,387,236	12,122,469	3,421,568
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	56,124,056	56,137,608	53,156,459	11,221,978	(1,082,068)
- OUTRAS COBERTURAS	28,254,721	28,300,851	12,724,425	11,124,638	(4,661,097)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4,168,172	4,107,648	1,268,965	1,268,629	(824,535)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4,988,930	4,908,978	(436,452)	1,571,564	(1,092,447)
CRÉDITO E CAUÇÃO	172,147	159,383	304,969	27,907	228,858
PROTEÇÃO JURÍDICA	1,517,490	1,537,733	40,297	307,128	(6,936)
ASSISTÊNCIA	1,866,282	1,823,123	61,385	417,631	(1,286,255)
DIVERSOS	174,609	182,698	82,845	50,801	(85,170)
TOTAL	257,593,540	258,185,541	195,625,760	64,890,756	(7,835,883)

A produção das empresas de seguros apresentou um crescimento de 10,2%, em comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 283,8 milhões de Euros (2018: 257,6 milhões de Euros), sendo suportado essencialmente pelo aumento dos ramos de Vida, Acidentes e doença e Incêndio e outros danos

18. Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 1.939.631 (2018: Euros 1.858.208).

19. Rendimentos / réditos de investimentos e gastos financeiros

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

Euros		
	2019	2018
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7,122	7,094
Ativos financeiros disponíveis para venda	22,716,928	18,935,937
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-
Depósitos à ordem e a prazo	37,487	99,615
Outros	3,593,152	4,184,113
Total	26,354,688	23,226,759

Na rubrica Gastos financeiros estão registados na sua maioria os custos imputados à função investimentos (ver nota 22).

20. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2019	2018
Ativos disponíveis para venda	11,676,869	10,037,600
Investimentos a deter até à maturidade	1,009	2,017
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(9,636,906)	(9,775,979)
Activos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através deresultados	443,917	(1,608,283)
Outros	-	112,025
Total	2,484,890	(1,232,620)

21. Custos de financiamento

Durante o exercício de 2019, o Grupo registou custos de financiamento no valor de Euros 3.409.040 (2018: Euros 2.341.544), sendo os custos associados às obrigações subordinadas emitidas os mais significativos.

22. Gastos diversos por função e natureza

Os custos imputados às funções são analisados como segue:

	2019			2018		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros	12,091,029	-	12,091,029	12,371,445	-	12,371,445
Custos de aquisição	22,579,231	-	22,579,231	19,685,375	-	19,685,375
Custos administrativos	14,272,646	-	14,272,646	14,458,458	-	14,458,458
Custos gestão dos investimentos	3,986,322	85,868	4,072,190	2,771,542	119,257	2,890,799
Outros custos não imputados	-	4,669,738	4,669,738	-	4,627,266	4,627,266
Total	52,929,229	4,755,606	57,684,835	49,286,820	4,746,523	54,033,343

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

	Euros	
	2019	2018
Gastos com Pessoal	27,566,882	26,757,820
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	6,975,548	7,214,788
Rendas e Alugueres	5,749,096	4,032,993
Comunicações	1,610,287	1,721,735
Conservação e Reparação	719,279	839,307
Publicidade e Propaganda	1,392,890	1,472,216
Deslocações, estadas e despesas de representação	195,200	239,562
Impressos	15,964	17,949
Material de escritório	48,564	36,656
Quotizações	211,635	196,878
Custos com cobrança de prémios	314,534	386,582
Seguros	178,727	183,942
Contencioso e Notariado	41,389	53,010
Electricidade	282,499	311,946
Limpeza, higiene e conforto	327,514	300,486
Vigilância e segurança	238,410	227,065
Outros	1,644,337	1,045,489
	19,945,872	18,280,604
Impostos e taxas	2,600,176	2,125,353
Amortizações do exercício:		
Ativos Intangíveis	2,481,347	1,801,317
Ativos tangíveis:		
Terrenos e Edifícios de uso próprio	998,421	1,073,057
Terrenos e Edifícios de rendimento	8,126	8,126
Outros ativos tangíveis	601,772	1,569,674
Inventários	39,756	39,756
	4,129,422	4,491,930
Juros Suportados	2,816,732	1,833,580
Comissões	625,750	544,056
Total	57,684,834	54,033,343

23. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo tinha o seguinte número de colaboradores pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2019	2018
Diretor	30	30
Gestor Técnico	32	36
Gestor Operacional	22	23
Gestor Comercial	8	9
Técnico	122	114
Coordenador Operacional	79	77
Especialista Operacional	267	274
Assistente Operacional	30	-
Auxiliar Geral	13	55
Estagiário	4	2
TOTAL	607	620

Os custos com pessoal são analisados como segue:

	Euros	
	2019	2018
Remunerações		
- dos órgãos sociais	2,902,292	2,517,148
- do pessoal	17,790,015	17,380,200
Encargos sobre remunerações	4,750,000	4,553,363
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	(66,026)	285,004
- Planos de benefícios definidos	114,202	259,506
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	32,333
Benefícios de cessação de emprego	573,786	282,613
Seguros obrigatórios	550,118	572,613
Gastos de ação social	628,287	599,155
Outros gastos com pessoal	324,209	275,885
Total	27,566,882	26,757,820

24. Obrigações com benefícios dos empregados

Conforme referido nas políticas contabilísticas, o Grupo assumiu o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos (i) do plano de pensões estabelecido no CCT para o setor segurador, (ii) do plano de pensões estabelecido para os membros do Conselho de Administração das subsidiárias do setor segurador e, (iii) plano de pensões estabelecido para os trabalhadores da Futuro.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania. As responsabilidades do Grupo relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas através de fundos de pensões.

Os principais pressupostos considerados no cálculo do valor atual das responsabilidades, para 31 de dezembro de 2019 e 2018, são os seguintes:

Pressupostos Demográficos

	2019	2018
Tábua de Mortalidade	TV 88/90 / GKF 95	TV 88/90 / GKF 95
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	ver Quadro 1	ver Quadro 1

Pressupostos Financeiros

	2019	2018
Taxa Técnica de Desconto	0,29% - 1,5%	1,60% - 2,20%
Taxa de Rendimento do Fundo	0,29% - 1,5%	1,60% - 2,20%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	0%	0%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,00%	1,00% - 2,00%

Quadro 1			
Data de nascimento		Idade Normal de Reforma	de
Desde	Até		
			66
01-02-1959	31-01-1959		67
01-02-1970	31-01-1970		68
01-02-1981	31-01-1981		69
01-02-1992	31-01-1992		70

Os pressupostos acima referidos são determinados para cada entidade incluída no perímetro do Grupo. A média das responsabilidades ascende a 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

	2019	2018
Activos	83	70
Reformados	73	70
TOTAL	156	140

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	Euros	
	2019	2018
Ativos / (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(2,500,838)	(2,282,786)
Ativos	(4,166,421)	(4,105,340)
	(6,667,259)	(6,388,126)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	6,610,334	5,938,155
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(56,925)	(449,971)

No final de 2019 e de 2018, a evolução das responsabilidades é analisada como segue:

	2019	2018
Responsabilidades em 1 de Janeiro	6,388,126	8,941,036
Custo do serviço corrente	122,336	166,847
Custo dos juros	107,051	148,200
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	649,821	(321,413)
Liquidação do benefício CCT	(243,523)	(387,193)
Benefícios pagos	(246,012)	(2,050,345)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	(109,006)
Pré-reformas	-	-
Outros Pagamentos	(110,543)	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6,667,256	6,388,126

A evolução dos ativos dos fundos de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2019 e 2018 pode ser analisada como segue:

	2019	2018
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	5,938,155	7,911,368
Rendimento esperado	112,814	133,878
Ganhos e (perdas) actuariais	105,237	(293,709)
Transferências	(110,543)	-
Contribuições	810,683	236,963
Benefícios pagos	(246,012)	(2,050,345)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	6,610,334	5,938,155

Os ganhos e perdas actuariais em 2019 e 2018 são apresentados como segue:

	2019	2018
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1,740,515)	(1,768,219)
Ganhos e (perdas) actuariais		
- nas responsabilidades	423,145	321,413
- nos activos do plano	105,237	(293,709)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1,212,133)	(1,740,515)

Os ativos e passivos líquidos são analisados como segue:

	2019	2018
Ativos/ (Passivos) a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(449,971)	(1,029,668)
Ganhos e (perdas) actuarias das responsabilidades	(517,056)	321,413
Ganhos e (perdas) actuariais dos fundos	212,533	(293,709)
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	(122,336)	(166,847)
- Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	5,763	(14,322)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	109,006
Liquidação do benefício do CCT	(243,523)	387,193
Contribuições	591,055	236,963
Pré-reformas	(110,543)	-
Ativos/ (Passivos) a receber ou entregar em 31 de Dezembro	(634,078)	(449,971)

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como segue:

	2019	2018
Custo do serviço corrente	122,336	166,847
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(5,763)	14,322
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	(109,006)
Pré-reformas	110,543	-
Custos do exercício	227,116	72,163

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	2019	2018
Ações e outros títulos de rendimento variável	1,686,081	1,361,146
Títulos de rendimento fixo	6,137,841	5,879,516
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	901,886	545,613
	8,725,808	7,786,275

Os ativos dos fundos de pensões acima evidenciados incluem uma quota-parte relativa ao plano de contribuição definida da Lusitania que ascende a Euros 2.115.471 (2018: Euros 1.848.117).

De referir que a composição da carteira de investimentos do fundo não inclui ativos do Grupo.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é a seguinte:

	2019		2018	
	Impacto das alterações dos		Impacto das alterações	
	-0.25%	+0,25%	-0.25%	+0,25%
	Euros	Euros	Euros	Euros
Taxa de desconto	42,010	(40,656)	45,666	(44,057)
Taxa de crescimento dos salários	-	-	(12,163)	12,815
Taxa de crescimento das pensões	(35,387)	36,342	(36,483)	37,472
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	-	-	5,069	(5,070)

	Impacto das alterações de		Impacto das alterações	
	-1 ano	+1 ano	-1 ano	+1 ano
	Euros	Euros	Euros	Euros
Alteração da tabela de mortalidade	140,980	(135,471)	133,180	(264,252)

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominada Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012. No exercício de 2019, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 302.797 (2018: Euros 246.650).

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, que ascende a Euros 2.115.471, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2019, 348 participantes ativos

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Com base na decisão do tribunal a Montepio Seguros procede ao reconhecimento da responsabilidade relativa aos trabalhadores associados da SINAPSA de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

25. Outros rendimentos e gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os outros rendimentos e gastos técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2019	2018
Reavaliação de imóveis de rendimento	-	376,920
Outros rendimentos / gastos técnicos	974,484	65,624
Total	974,484	442,544

26. Outros rendimentos e gastos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os outros rendimentos e gastos não técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2019	2018
Ofertas a Clientes	(283,525)	(221,560)
Despesas confidenciais	(420)	(5,275)
Prestação de serviços da atividade de fundos de pensões	3,236,722	7,534,943
Outros rendimentos/gastos	(4,113,510)	(3,845,331)
Total	(1,160,733)	3,462,777

27. Capital

Em 27 de dezembro de 2013, a Montepio Seguros foi constituída com o capital social de Euros 72.500.000 representado por 72.500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada. O capital social foi realizado em espécie e em dinheiro no montante de Euros 72.499.996 e Euros 4, respetivamente.

Na mesma data, foi efetuado um aumento de capital no montante de Euros 65.250.000 representado por 65.250.000 ações de valor nominal de 1 euros cada. O capital social foi realizado, integralmente, em espécie.

O capital da Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A., de Euros 137.750.000, representado por 137.750.000 ações de valor nominal Euros 1 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Montepio Seguros são como segue:

ACIONISTA	Quant. Ações	Capital Subscrição	Quant. Votos	% CAPITAL
Montepio Geral - Associação Mutualista	123,349,998	123,349,998	123,349,998	89.5
Lusitania, Companhia de Seguros, SA	11,500,001	11,500,001	11,500,001	8.4
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA	2,900,001	2,900,001	2,900,001	2.1

Em 30 de dezembro de 2015, o MGAM adquiriu à CEMG 33,65% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 65.100.000, que inclui Euros 18.750.000 de prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG a esta entidade.

Em 28 de Dezembro de 2016, o MGAM adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

Em dezembro de 2019, a Lusitania, Companhia de Seguros, adquiriu a totalidade do capital social da N Seguros, que era detido a 100% pela Montepio Seguros, SGPS, S.A. com efeitos contabilísticos e fiscais em 31 de dezembro do presente ano.

Outros instrumentos de capital

Em 31 de dezembro de 2014, os outros instrumentos de capital são relativos a prestações acessórias concedidas pelos Acionistas MGAM e CEMG, nos montantes de Euros 61.750.001 e Euros 18.750.000, respetivamente.

Em 11 de Setembro de 2015, o MGAM concedeu prestações suplementares de capital de natureza pecuniária à Montepio Seguros, no montante de Euros 55.000.000.

Como atrás referido, em 30 de dezembro de 2015, as prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG passaram para o MGAM.

Em 2018, decorreu um reforço de prestações acessórias sob a forma de prestações suplementares de capital na Montepio Seguros, concedidas pelo MGAM, no montante de 20 milhões de euros em maio e de 15 milhões de euros em dezembro.

Em 2019, a Montepio Seguros, SGPS, S.A., efetuou novos reforços de capital à Lusitania, através de prestações suplementares, no valor de 30 milhões de euros.

28. Reservas

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	Euros	
	2019	2018
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (incluindo juro corrido)	1,045,396,643	881,154,001
Imparidade	(7,471,612)	(9,581,781)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	1,037,925,031	871,572,220
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1,142,192,667	896,146,648
Reserva de justo valor de investimentos disponíveis para venda	104,267,637	24,574,428
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	-	-
Reserva de justo valor	104,267,637	24,574,428
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(14,888,010)	(10,309,913)
Reserva por impostos diferidos e correntes	(24,758,326)	(2,264,247)
Reserva de revalorização de outros ativos	119,349	15,330
Reserva de reavaliação (líquida de impostos)	64,740,650	12,015,598
Reserva de reavaliação de interesses que não controlam (líquida de impostos)	(342,097)	(86,569)
Reserva de reavaliação atribuível (líquida de impostos)	64,398,553	12,102,167

b) Reservas por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de impostos resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos nas políticas contabilísticas. Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afetos a carteiras com participação nos resultados

discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas variações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

c) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas, as quais resultam de resultados apropriados, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

29. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

	2019	2018
Resultado líquido atribuível aos acionistas (euros)	(12,405,223)	976,553
Número médio ponderado das ações em circulação (unidades)	137,750,000	137,750,000
Resultado por ação (euros)	(0.09)	0.01

30. Partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Montepio Seguros as (i) empresas subsidiárias; (ii) as empresas subsidiárias e associadas da Montepio Geral Associação Mutualista; (iii) os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão; e, (iv) fundo de pensões. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

	2019				Euros
	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsino - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	5,589,596	-	-	-	5,589,596
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	1,254,983	17,738	1,272,722
Empréstimos e contas a receber	17,136,000	-	-	-	17,136,000
Outros devedores	274	7,633	-	1,986	9,893
Total do Ativo	22,725,870	7,633	1,254,983	19,724	24,008,211
Passivos subordinados	2,500,000	38,500,000	-	-	41,000,000
Outros credores	1,291,175	-	-	274,680	1,565,855
Total do Passivo	3,791,175	38,500,000	-	274,680	42,565,855
Rendimentos e outros proveitos	4,055,927	175,234	41,160	52,494	4,324,816
Custos aquisição	-	-	-	-	-
Outros custos	11,386,607	2,845,032	8,713	1,210,948	15,451,299
Total de Ganhos e Perdas	(7,330,680)	(2,669,797)	32,447	(1,158,454)	(11,126,483)

Euros

	2018				
	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	21,173,737	-	-	-	21,173,737
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	842,602	17,451	860,053
Empréstimos e contas a receber	10,816,690	-	-	2,944	10,819,634
Outros devedores	-	-	-	7,633	7,633
Total do Ativo	31,990,427	-	842,602	28,028	32,861,057
Passivos subordinados	2,500,000	31,000,000	-	-	33,500,000
Outros credores	4,976,628	-	-	233,698	5,210,326
Total do Passivo	7,476,628	31,000,000	-	233,698	38,710,326
Rendimentos e outros proveitos	4,481,651	166,000	78,000	34,080	4,759,731
Custos aquisição	-	-	-	-	-
Outros custos	6,711,236	1,516,857	34,000	1,494,065	9,756,158
Total de Ganhos e Perdas	(2,229,585)	(1,350,857)	44,000	(1,459,985)	(4,996,427)

Os Órgãos Sociais da Montepio Seguros SGPS, SA, com responsabilidades de gestão não auferem qualquer tipo de remuneração. As remunerações e encargos do Conselho de Administração e outro pessoal chave da gestão referem-se a retribuições pagas pelas empresas participadas e são analisadas como segue:

Euros

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1,859,007	22,838	1,881,845
Total	1,859,007	22,838	1,881,845

Os honorários faturados ao Grupo pelos Revisores Oficiais de Contas são detalhados como segue:

Euros

	2019	2018
Revisão Legal das Contas	242,225	239,150
Outros Serviços de garantia de fiabilidade	41,900	27,000
Auditoria aos fundos de pensões geridos pelo Grupo	81,658	79,764
Total	365,783	345,914

31. Compromissos

Com a entrada em vigor da norma contabilística IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, passou a ser reconhecido no balanço uma posição de ativo e passivo que representa o valor destes compromissos. À medida que os contratos se aproximam da sua maturidade, o valor dos ativos e passivos vai reduzindo, havendo também lugar ao pagamento de juros a uma taxa de desconto pré-definida para cada caso, que representa o gasto de financiamento implícito em cada uma das operações. Podemos ver estas posições de balanço na nota 9.2.

Durante o ano de 2018, os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Entidade	2018
Montepio Crédito	533,995
Arval	5,876
Renault Retail Group Chelas	-
Volkswagen Renting	20,141
Leaseplan	2,403
Total	562,415

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de viaturas sem condutor, está indicada no mapa a seguir apresentado:

2018	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	353,074	128,611	163,798	645,483

A Companhia registou ainda durante o ano de 2018, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Entidade	2018
Xerox	149,379
HP	32,388
Total	181,768

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de equipamento informático, está indicada no mapa a seguir apresentado:

2018	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	115,673	91,381	182,763	389,817

32. Passivos contingentes

Processo da Autoridade da Concorrência

Na sequência de uma investigação pela Autoridade da Concorrência (AdC), a Lusitania foi visada num processo por violação das regras de concorrência previstas na Lei n.º 19/2012 (artigo 9º). Nesse processo foi emitida, em 21 de agosto de 2018, uma Nota de Ilícitude, à qual foi apresentada uma resposta de defesa no dia 26 de fevereiro de 2019.

Apesar dos argumentos apresentados, a decisão final da AdC no processo, em 31 de julho de 2019, determinou a aplicação de uma coima à Lusitania de 20,5 milhões de euros, bem como a três quadros seus, a título individual. A decisão final determinou ainda, a título de sanção acessória, a publicação de extrato da decisão final, na II.ª série do Diário da República e num jornal de expansão nacional.

Considerando a falta de fundamento dos factos imputados à Lusitania e a aludida qualificação de um ilícito, o recurso de impugnação judicial da decisão final foi interposto no prazo legalmente previsto para o efeito, a 12 de setembro de 2019, com pedido de suspensão do pagamento da coima, aguardando-se que o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) dê seguimento aos autos do processo. Desta forma a Lusitania terá de novo a possibilidade de invocar os seus argumentos. Salienta-se que, neste momento, não é antecipável o calendário previsível para o envio do processo ao juízo de julgamento e de agendamento do julgamento.

Em face da avaliação que o Conselho de Administração faz sobre este processo, considera-se que as probabilidades de, em recurso, o TCRS vir a reduzir esta sanção, são muito elevadas. Os dois aspetos mais relevantes em suporte desta avaliação, neste contexto, são a fundamentação da coima ser claramente deficiente e, o montante, face à moldura legalmente aplicável, ser manifestamente excessivo e desproporcionado, tendo em conta os factos de que a Lusitania é acusada e a prova existente.

Não obstante, adoptando-se uma abordagem prudente perante os riscos envolvidos, foi constituída uma provisão relativa a este processo, no valor de 10,25 milhões de euros, conforme mencionado na nota 15. O montante remanescente, ascendendo a 10.250.000 euros, representa um passivo contingente, que será devidamente monitorizado nos próximos exercícios

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2019 ascendiam a 5.559 euros de processos de sinistros (incluídas nas provisões para sinistros, avaliadas pelo atuário responsável) e 45.600 euros para garantir o pontual cumprimento da Lusitania, na qualidade de arrendatária das obrigações decorrentes do contrato de arrendamento para fins não habitacionais celebrado em 8 de agosto de 2018.

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, o Grupo encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução do seguinte processo/passivo contingente:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência, na altura, de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Lusitania.

33. Fundos de pensões sob gestão do Grupo

O Grupo, através da Lusitania Vida e da Futuro, exerce a atividade de gestão de fundos de pensões. Os ativos sob gestão com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018 são analisados como segue:

	Euros	
	2019	2018
Fundos abertos	472,691,068	415,344,488
Fundos fechados	1,279,104,901	1,177,642,718
Total	1,751,795,969	1,592,987,206

34. Eventos subsequentes

A 11 de março de 2020, foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde, devido à propagação mundial do novo coronavírus – COVID-19 com origem na China. Em face das graves consequências para as pessoas e a dificuldade de resposta dos sistemas de saúde, foram declarados estados de emergência em vários países europeus. Esta situação não tem precedentes, afeta mais de cem países e regista, atualmente, cerca de 9,5 milhões de pessoas infetadas e mais de 0,5 milhões de mortes. Perante o grau de severidade e perigosidade para as pessoas, foi determinado pelas autoridades de saúde o isolamento e distanciamento social como a forma mais eficaz para mitigar e conter os efeitos da pandemia.

Em Portugal foi declarado o estado de calamidade pelo Governo, que entrou em vigor a 3 de maio, deixando Portugal de estar em estado de emergência devido ao COVID19, depois de ter passado por três períodos de estado de emergência, que vigoraram desde 18 de março.

Os fortes efeitos negativos na economia, decorrente do encerramento de atividades e negócios, dos períodos de quarentena, bem como a enorme volatilidade e quebras nos mercados financeiros, conduziram a respostas económicas e financeiras articuladas entre a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Governos, para estabilizar os mercados, proteger os rendimentos e assegurar as condições para ultrapassar a crise.

Apesar dos impactos extremamente negativos na economia, é convicção do Conselho de Administração que a continuidade das operações do Grupo e das suas participadas não será colocada em questão, tendo presente a sua resiliência.



35. Normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

- a) **IFRS 16** (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Esta norma tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. Esta norma teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
- b) **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, visto ainda não ter sido adotada ao abrigo da isenção permitida pela IFRS 4.
- c) **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Esta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
- d) **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjuntos, quando existam indicadores de imparidade. Esta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
- e) **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
- f) **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua

melhor estimativa e registrar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não existiram alterações significativas consequência da adoção da presente interpretação.

2. Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

- a) **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
- b) **Estrutura conceitual**, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. O Grupo antecipa que a futura adoção desta norma não terá impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.
- b) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de

cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. O Grupo antecipa que a futura adoção desta norma não terá impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

- c) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("*building block approach*") ou simplificado ("*premium allocation approach*"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Anexo I – Inventário de títulos e participações financeiras

Identificação dos títulos		Qunntidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
Código	Designação						Unitário	Total
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS								
1.1 - Nacionais								
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo								
920910022001	Clinica Serviços Médicos Computorizados de Belém	51 465	-	100,00%	4,99	256 706	4,99	256 706
11		Sub-total	51 465	-		256 706		256 706
1.2 - Estrangeiros								
1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo								
921810000901	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	330 909	-	100,00%	2,64	872 920	1,58	522 346
12		Sub-total	330 909	-		872 920		522 346
11+12		Total	382 374	-		1 129 627		779 052
2 - OUTROS TÍTULOS								
2.1 - Nacionais								
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo								
2.1.1.1 - De dívida pública								
Consolidado 3%	Consolidado de 3%	-	136	100,00%	0,00%		164,60%	224
Consolidado 4%	Consolidado de 4%	-	100	100,00%	0,00%		369,11%	369
Obrigações Várias	Obrigações de várias entidades de valor reduzido	-	100 000	100,00%	0,00%		0,00%	132 221
PTCON3OE0006	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)	-	8 475	100,00%	49,00%	4 153	76,12%	6 451
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO - Centenários - 1940 (4%)	-	3 931	100,00%	57,04%	2 242	102,49%	4 028
PTOTE5OE0007	PGB 4.1 04/15/37	-	32 500 000	100,00%	102,56%	33 332 630	151,59%	49 267 325
PTOTEBOE0020	PGB 4.1 02/15/45	-	18 000 000	100,00%	124,56%	22 421 548	161,71%	29 108 607
PTOTEBOE0029	PGB 4.8 06/15/20	-	26 825 360	100,00%	90,22%	24 203 154	103,80%	27 845 348
PTOTEBOE0011	PGB 2.7/8 10/15/25	-	2 000 000	100,00%	87,97%	1 959 459	116,64%	2 332 754
PTOTEBOE0015	PGB 5.65 02/15/24	-	17 700 000	100,00%	113,34%	20 061 164	128,73%	22 785 462
PTOTEROE0014	PGB 3.7/8 02/15/30	-	5 000 000	100,00%	100,78%	5 038 898	136,65%	6 832 313
PTOTETOE0012	PGB 2.7/8 07/21/26	-	9 500 000	100,00%	99,17%	9 421 441	118,75%	11 281 179
PTOTEVQE0018	PGB 2.1/8 10/17/28	-	2 000 000	100,00%	99,98%	1 999 670	115,43%	2 308 685
PTOTEVQE0017	PGB 2.1/4 04/18/34	-	10 000 000	100,00%	98,12%	9 812 000	120,94%	12 094 307
PTOTEVQE0007	PGB 3.85 04/15/21	-	16 000 000	100,00%	94,70%	15 151 705	108,26%	17 321 124
PTRAACOM0013	AZORES 1.006 06/15/29	-	4 200 000	100,00%	100,00%	4 200 000	100,62%	4 225 894
PTRAMYOM0005	GOVMAD 1.971 07/04/28	-	1 000 000	100,00%	100,62%	1 006 190	111,55%	1 115 493
		-	144 838 001			148 614 254		186 661 785
2.1.1.2 - De emissores públicos								
XS0230315748	PARPUB 3.567 09/22/20	-	3 400 000	100,00%	99,45%	3 381 388	103,50%	3 519 113
PTCFPBOM0001	CAMFER 5.7 03/05/30	-	2 000 000	100,00%	131,25%	2 625 000,00	146,02%	2 920 364
PTCPPECOM0001	REFER 4.047 11/16/26	-	1 000 000	100,00%	118,52%	1 185 200,00	124,71%	1 247 086
PTCPPECOM0000	REFER 4.1/4 12/13/21	-	1 000 000	100,00%	111,72%	1 117 200,00	107,92%	1 079 190
PTCPPEJOM0004	REFER 4.675 10/16/24	-	8 000 000	100,00%	100,13%	8 010 156,00	122,04%	9 763 483
XS0230315748	PARPUB 3.567 09/22/20	-	2 500 000	100,00%	98,19%	2 454 700,00	102,40%	2 560 000
		Sub-total	17 900 000			18 773 644		21 089 227
2.1.1.3 - De outros emissores								
Obrigações Várias	Obrigações de várias entidades de valor reduzido	-	135 000	100,00%	76,28%	102 983,52	76,36%	103 061
PTBSSBOE0012	BRCORO 3.7/8 04/01/2	-	3 000 000	100,00%	100,72%	3 021 471,28	107,76%	3 232 686
PTCG2YOE0001	CXGD 4.1/4 01/27/20	-	5 500 000	100,00%	99,06%	5 448 489,85	104,29%	5 735 964
PTGALLJOE0008	GALLPPL 3.01/14/21	-	10 000 000	100,00%	98,90%	9 890 472,73	105,97%	10 597 415
PTGALLJOM0004	GALLPPL 1.02/15/23	-	3 900 000	100,00%	96,45%	3 761 708,27	101,80%	3 974 050
PTGGDAOE0001	GALLPNA 1.3/8 09/19/2	-	1 600 000	100,00%	99,49%	1 591 898,16	103,90%	1 662 395
PTGRPAOM0012	PESTA 2.1/2 09/23/25	-	2 000 000	100,00%	99,47%	1 989 378,60	100,43%	2 008 561
PTGRPEOE0000	PESTA 3.95 07/15/22	-	2 500 000	100,00%	99,24%	2 481 000,00	105,23%	2 630 747
PTQO6AJM0029	QUIFEL HOLDING SGPS SA - EM3 04/09/2014 - 31/09/2015	-	14	100,00%	4971353,07%	695 989,43	1958500,55%	274 190
XS0982774399	REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	-	7 500 000	100,00%	104,84%	7 862 865,17	104,80%	7 859 649
XS1189286286	RENEPL 2.1/2 02/12/2	-	2 000 000	100,00%	105,58%	2 111 613,09	112,08%	2 241 627
XS1222590488	EDPPL 2.04/22/25	-	6 000 000	100,00%	97,90%	5 874 000,00	109,50%	6 568 939
		Sub-total	44 135 014			44 831 870		46 890 324
2.1.1.4 - Unidades de participação								
PTYMGLFM0006	MONTEPIO TAXA FIXA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIARIO	9 830	-	100,00%	101,73	1 000 000	101,57	998 356
		Sub-total	9 830	-		1 000 000		998 356
211		Sub-total	9 830	206 873 015		213 219 768		255 639 692
2.1.2 - Títulos de rendimento variável								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTVHOE0007	PGB 0.09/12/21	-	309 000	100,00%	100,16%	309 482	103,98%	321 303
PTOTVIOE0006	PGB 0.11/30/21	-	605 000	100,00%	100,28%	606 722	103,78%	627 860
PTSRHBOE0025	SPRHS Float 09/29/21	-	840 000	100,00%	61,74%	518 625	107,03%	899 032
		Sub-total	1 754 000			1 434 829		1 848 195
2.1.2.2 - De outros emissores								
PTALTEOE0008	ALTCEL Float 03/06/24	-	1 000 000	100,00%	103,54%	1 035 400,00	107,09%	1 070 893
PTBCPWOM0034	BCPPL 4.1/2 12/07/27	-	5 000 000	100,00%	100,95%	5 047 720,25	105,19%	5 259 369
PTBINJOM0004	CELBI Float 02/22/24	-	500 000	100,00%	102,25%	511 250,00	102,54%	512 698
PTBINJOM0003	CELBI 0.07/14/27	-	3 000 000	100,00%	100,31%	3 009 360,00	99,52%	2 985 482
PTBPCDOM0003	BIALPT 0.10/24/23	-	900 000	100,00%	100,09%	900 842,40	104,17%	937 489
PTCGDKOM0037	CXGD 5.3/4 06/28/28	-	3 000 000	100,00%	99,73%	2 991 900,00	117,10%	3 512 905
PTEDPUOM0024	EDPPL 5.3/8 09/16/75	-	2 600 000	100,00%	103,41%	2 688 700,00	110,31%	2 868 049
PTHOVBOE0007	HOVION Float 10/02/23	-	500 000	100,00%	103,25%	516 250,00	102,18%	510 890
PTJLLDOM0016	JOSEML Float 01/22/27	-	3 500 000	100,00%	100,00%	3 500 000,00	100,85%	3 529 918
PTNOSBOE0004	NOSPL 0.28/03/22	-	200 000	100,00%	100,00%	200 000,00	101,62%	203 248
PTSCIGOM0007	CAETPL Float 08/09/23	-	2 700 000	100,00%	100,12%	2 703 341,55	107,41%	2 900 053
		Sub-total	22 900 000			23 104 764		24 290 993

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
Código	Designação						Unitário	Total
2.1.2.3 - Ações								
721910048601	SLN VAL	2 625 000	-	100,00%	0,10	262 500	-	-
721910048701	GALILEI	2 008 212	-	100,00%	0,12	231 617	-	-
722910042601	GERMONT	101	-	100,00%	99,03	10 002	50,52	5 102
722910042701	BOLSIIMO, GESTÃO DE ACTIVOS SA	12 160	-	100,00%	95,89	1 166 002	78,99	960 538
920910022101	CLINICA DE SANTA MARIA DE BÉLEM	70 496	-	100,00%	7,48	527 364	7,78	548 274
921910003001	AUDATEX (ACC)	100	-	100,00%	249,40	24 940	301,76	30 176
921910012201	EUROMINAS (ACC)	13	-	100,00%	4,99	65	-	-
921910013001	MATUR Portador	90	-	100,00%	9,98	898	-	-
921910024801	INTERHOTEL (ACC)	10	-	100,00%	4,99	50	-	-
925910032601	Residencias MG-saude	100	-	100,00%	1,00	100	1,00	100
992910057301	Montepio G.A. Im ACE	12 249	-	100,00%	1,00	12 249	1,00	12 249
Acções várias	Acções de várias sociedades de valor reduzido	47 489	-	100,00%	-	-	0,51%	243
EDP	EDP	1 275	-	100,00%	-	-	386,40%	4 927
MonteAce	MONTEPIO GEST. ATIVOS IMOB. ACE	73 491	-	100,00%	1,00	73 491	1,00	73 491
Nulo	Macedo & Coelho, SGPS	1 200	-	100,00%	-	-	0,20	240
PTLUJ0AM0003	Lusitania Comp. Seg	132	-	100,00%	6,49	857	6,49	857
PTMGFOAM0006	MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS	30	-	100,00%	-	-	2,50	75
RESMONTE	Residências Montepio	100	-	100,00%	-	-	0,45	45
solução	Solução	16 060	-	100,00%	165,01	2 650 000	-	-
	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	208	-	100,00%	-	-	8,17	1 699
	Sub-total	4 868 516	-	100,00%	-	4 960 134	-	1 638 015
2.1.2.4 - Unidades de Participação								
FCT	FUNDO COMPENSACAO TRABALHO	29 113	-	100,00%	1,00	29 163	1,01	29 345
PTMGFAHM0000	MONTEPIO ACCOES EUROPA	93 846,49	-	100,00%	53,28	5 000 000,00	52,81	4 955 667
PTVIPAHM0005	FUNDO VIP	249 770,00	-	100,00%	8,05	2 011 486,80	9,57	2 390 816
PTVYBAM0007	IMOREAL	54 000,00	-	100,00%	104,71	5 654 190,99	70,98	3 832 936
PTYCXPHM0007	FUNDIMO	1 000,00	-	100,00%	5,10	5 102,70	7,64	7 644
PTYMBHBM0004	Novimovef	467,00	-	100,00%	-	-	7,22	3 373
PTYMBGLM0000	MONTEPIO OBRIGAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIK	10 466,30	-	100,00%	95,54	1 000 000	-	999 859
	Sub-total	438 663	-	-	-	13 699 944	-	12 219 640
212	Sub-total	5 307 179	24 654 000	-	-	43 199 671	-	39 996 842
211+212	Total	5 317 008	231 527 015	-	-	256 419 439	-	295 636 534
2.2 - Estrangeiros								
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo								
2.2.1.1 - De dívida pública								
AT0000A001X2	RAGB 3 1/2 09/15/21	-	3 250 000	100,00%	95,87%	3 115 634	108,00%	3 510 058
AT0000A1XML2	RAGB 2 1 09/20/17	-	2 000 000	100,00%	190,15%	3 803 000	160,56%	3 211 285
BE0000348574	BGB 1 7 06/22/50	-	2 000 000	100,00%	104,72%	2 094 420	121,63%	2 432 636
DE0001102432	DBR 1 1/4 08/15/2048	-	2 000 000	100,00%	125,93%	2 518 600	126,11%	2 522 255
DE0001102481	DBR 0 08/15/50	-	4 000 000	100,00%	103,61%	4 144 400	89,57%	3 582 960
DE0001135085	DBR 4 3/4 07/04/28	-	4 000 000	100,00%	100,54%	4 021 405	145,36%	5 814 202
DE0001135390	DBR 3 1/4 01/04/20	-	3 000 000	100,00%	101,10%	3 032 993	103,22%	3 096 579
ES00000124H4	SPGB 5 15 10/31/44	-	10 000 000	100,00%	122,98%	12 298 220	185,81%	18 580 840
ES00000127A2	SPGB 1 95 07/30/30	-	2 500 000	100,00%	98,80%	2 470 000	115,39%	2 884 870
ES00000127Z9	SPGB 1 95 04/30/26	-	7 500 000	100,00%	106,67%	8 000 000	112,85%	8 463 574
ES00000128C6	SPGB 2 9 10/31/46	-	5 000 000	100,00%	102,90%	5 144 956	137,05%	6 852 613
ES00000128Q6	SPGB 2 35 07/30/33	-	8 500 000	100,00%	106,04%	9 013 529	121,90%	10 361 625
ES0000012932	SPGB 4 2 01/31/37	-	12 000 000	100,00%	106,88%	12 825 620	156,41%	18 769 175
ES0000012B47	SPGB 2 7 10/31/48	-	12 000 000	100,00%	107,55%	12 905 900	133,25%	15 989 658
ES0000012E69	SPGB 1 85 07/30/35	-	2 000 000	100,00%	99,81%	1 996 160	114,94%	2 298 828
ES0000012F43	SPGB 0 6 10/31/29	-	5 000 000	100,00%	99,71%	4 985 500	101,36%	5 067 900
ES00000950E9	GENCAT 4 95 02/11/20	-	1 000 000	100,00%	106,22%	1 062 200	104,92%	1 049 154
ES0L02002142	SGLT 02/14/20	-	3 000 000	100,00%	100,09%	3 002 670	100,08%	3 002 490
FI4000242870	RFBG 1 3/8 04/15/47	-	2 000 000	100,00%	121,72%	2 434 400	122,14%	2 442 736
FR0010192997	FRTR 3 3/4 04/25/21	-	2 500 000	100,00%	100,06%	2 501 500	108,32%	2 708 043
FR0011349349	COLTER 4 3 11/07/22	-	1 000 000	100,00%	114,45%	1 144 500	108,90%	1 088 964
FR0013404969	FRTR 1 1/2 05/25/50	-	2 000 000	100,00%	113,87%	2 277 400	116,06%	2 321 273
FR0125692428	BTF 01/15/20	-	9 500 000	100,00%	100,04%	9 504 210	100,02%	9 501 960
FR0125848509	BTF 01/22/20	-	9 500 000	100,00%	100,05%	9 504 935	100,03%	9 503 030
GR0118017657	GBG 3 7/5 02/15/25	-	2 000 000	100,00%	110,00%	2 200 000	116,85%	2 336 948
GR0124035693	GBG 3 7/8 03/12/29	-	2 250 000	100,00%	102,15%	2 298 310	123,74%	2 784 098
GR0138015814	GBG 4 2 01/30/42	-	2 000 000	100,00%	90,75%	1 815 000	135,51%	2 710 296
IE000BH3SQB22	IRISH 0 05/15/50	-	4 000 000	100,00%	99,34%	3 973 720	115,75%	4 630 141
IE000BV8C9186	IRISH 2 02/18/45	-	2 000 000	100,00%	113,12%	2 262 400	128,93%	2 578 690
IT0003644769	BTPS 4 1/2 02/01/20	-	4 500 000	100,00%	100,43%	4 519 500	102,26%	4 601 617
IT0004923998	BTPS 3 3/4 09/01/44	-	17 400 000	100,00%	128,18%	22 302 833	146,46%	25 484 098
IT0005024234	BTPS 3 1/2 03/01/30	-	3 000 000	100,00%	119,32%	3 579 649	121,05%	3 631 412
IT0005170839	BTPS 1 6 06/01/26	-	2 500 000	100,00%	104,74%	2 618 607	104,76%	2 618 988
IT0005177909	BTPS 2 25 09/01/36	-	30 000 000	100,00%	97,15%	29 145 568	105,73%	31 718 273
IT0005273013	BTPS 3 45 03/01/48	-	4 000 000	100,00%	105,05%	4 201 800	121,06%	4 842 384
IT0005321325	BTPS 2 95 09/01/38	-	10 000 000	100,00%	99,00%	9 900 287	114,25%	11 424 774
IT0005358152	BOTS 0 01/14/20	-	9 500 000	100,00%	100,03%	9 502 920	100,02%	9 501 918
IT0005362634	BOTS 0 02/14/20	-	8 040 000	100,00%	100,09%	8 047 532	100,05%	8 044 181
IT0005363111	BTPS 3 85 09/01/49	-	4 000 000	100,00%	124,35%	4 974 000	130,42%	5 216 776
IT0005365165	BTPS 3 08/01/29	-	3 000 000	100,00%	111,19%	3 335 700	116,42%	3 492 507
IT0005377152	BTPS 3 1 03/01/40	-	5 000 000	100,00%	99,65%	4 982 650	115,32%	5 765 834
IT0005378796	BOTS 01/31/20	-	9 630 000	100,00%	100,05%	9 635 115	100,04%	9 633 792
NL0000102275	NETHER 3 3/4 01/15/2	-	2 000 000	100,00%	99,89%	1 993 800	116,84%	2 336 783
SI0002103552	SLOREP 3 1/8 08/07/45	-	2 000 000	100,00%	149,50%	2 990 000	147,02%	2 940 372
SK4120015173	SLOVGB 0 3/4 04/09/30	-	1 000 000	100,00%	99,72%	997 150	106,68%	1 066 791
US912810FQ68	TI 3 3/8 04/15/32	-	1 500 000	100,00%	181,38%	2 720 716	177,80%	2 667 068
US912810QA97	T 3 1/2 02/15/39	-	3 000 000	100,00%	111,11%	3 333 257	107,88%	3 236 396
US912828YS30	T 1 3/4 11/15/29	-	4 000 000	100,00%	90,37%	3 614 811	87,88%	3 515 042
XS0181673798	ROMCTY 5 3/45 01/27/48	-	2 000 000	100,00%	121,19%	2 423 792	150,60%	3 012 098
XS1731657497	LAZIO 3 088 03/31/43	-	2 377 027	100,00%	99,61%	2 367 825	109,18%	2 595 149
XS1968706876	ROMANI 4 5/8 04/03/49	-	2 855 000	100,00%	114,58%	3 271 321	126,60%	3 614 320
XS1989383788	CYPRUS 2 3/4 05/03/49	-	3 000 000	100,00%	98,76%	2 962 740	129,76%	3 892 749
XS1989405425	CYPRUS 0 5/8 12/03/24	-	1 800 000	100,00%	99,77%	1 795 824	102,38%	1 842 801
XS2013678086	LITHUN 1 5/8 06/19/49	-	3 000 000	100,00%	97,54%	2 926 290	119,13%	3 573 853
XS2024543055	KSA 2 07/09/39	-	3 000 000	100,00%	100,10%	3 002 980	106,03%	3 180 909
XS2027596530	ROMANI 2 124 07/16/31	-	2 000 000	100,00%	100,03%	2 000 600	103,00%	2 059 919
XS2050933626	KAZAKS 1 1/2 09/30/34	-	2 000 000	100,00%	100,03%	2 000 600	102,59%	2 051 801
XS2089959398	INDON 1 4 10/30/31	-	2 000 000	100,00%	99,90%	1 997 960	99,89%	1 997 703
XS2078535346	CHINA 1 11/12/39	-	3 000 000	100,00%	98,60%	2 958 090	97,84%	2 935 196
	Sub-total		278 602 027	-	-	296 455 499	-	332 592 584

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor da Balança	
Código	Designação						Unitário	Total
2.2.1.2 De outros emissores públicos								
FR0010198036	CADES 3 3/4 10/25/20	-	2 000 000	100,00%	99,17%	1 983 400	104,13%	2 082 534
XS1649668792	INVITA 1 3/8 07/20/22	-	2 000 000	100,00%	102,85%	2 057 000	101,53%	2 030 658
XS1689241278	FINSPA 1 5/3 09/22/22	-	500 000	100,00%	101,40%	507 000	101,53%	507 857
Sub-total		-	4 500 000			4 547 400		4 620 849
2.2.1.3 - De outros emissores								
DE0002760980	KFW 3 1/2 07/04/21	-	1 500 000	100,00%	96,10%	1 441 500	107,71%	1 615 663
DE000A2AAPF1	TKAGR 2 3/4 03/08/21	-	5 000 000	100,00%	104,95%	5 247 606	1,04	5 207 729
DE000A2BPET2	TKAGR 1 3/8 03/03/22	-	2 000 000	100,00%	97,29%	1 945 820	101,56%	2 031 102
DE000A2YN2V0	HOTGR 1 1/4 09/03/31	-	3 000 000	100,00%	99,64%	2 989 230	98,86%	2 965 783
DE000A2YNZY4	DAIGR 1 1/8 08/08/34	-	3 000 000	100,00%	99,99%	2 999 580	97,16%	2 914 851
DE000CZ40LW5	CMZB 4 03/30/27	-	5 000 000	100,00%	105,65%	5 282 440	116,39%	5 819 266
ES0211845203	ABESM 4 3/8 03/30/20	-	2 500 000	100,00%	99,75%	2 493 750	104,35%	2 608 828
ES0224244071	MAPSM 1 5/8 05/19/26	-	2 000 000	100,00%	100,93%	2 018 568	108,38%	2 167 597
ES0413211071	BBVASM 4 02/25/25	-	2 000 000	100,00%	98,55%	1 971 000	124,47%	2 489 345
FI4000282629	METSA 2 3/4 09/29/27	-	1 000 000	100,00%	105,23%	1 052 250	111,98%	1 119 808
FR0010014845	PEUGOT 6 09/19/33	-	7 000 000	100,00%	127,07%	8 895 051	146,89%	10 282 458
FR0010961581	EDF 4 1/2 11/12/40	-	2 500 000	100,00%	129,64%	3 241 000	149,64%	3 740 919
FR0011400571	COFP 3 3/11 01/25/23	-	1 000 000	100,00%	101,97%	1 019 730	102,34%	1 023 371
FR0011791391	ORANOF 3 1/8 03/20/2	-	1 500 000	100,00%	102,12%	1 531 739	108,54%	1 628 092
FR0013181898	FRLBP 3 06/09/28	-	2 700 000	100,00%	102,00%	2 753 898	118,74%	3 205 940
FR0013213303	EDF 1 7/8 10/13/36	-	5 000 000	100,00%	88,78%	4 439 000	108,24%	5 412 042
FR0013245586	PEUGOT 2 03/23/24	-	1 000 000	100,00%	100,14%	1 001 436	107,93%	1 079 299
FR0013322187	ORFPF 2 5/8 03/10/25	-	500 000	100,00%	102,48%	512 400	108,09%	540 465
FR0013368602	SCOGEN 2 1/8 09/27/2	-	5 000 000	100,00%	99,74%	4 986 767	111,21%	5 560 369
FR0013385473	VIEFP 1 94 01/07/30	-	2 000 000	100,00%	100,09%	2 001 872	114,14%	2 282 850
FR0013416146	AUCHAN 2 3/8 04/25/25	-	2 500 000	100,00%	99,70%	2 494 750	105,54%	2 638 582
FR0013422623	ETLFP 2 1/4 07/13/27	-	3 000 000	100,00%	99,82%	2 984 660	105,17%	3 155 120
FR0013431715	ULFP 1 3/4 07/01/49	-	3 700 000	100,00%	98,17%	3 632 142	98,64%	3 649 569
FR0013444692	ORAFP 1 3/8 09/04/49	-	3 000 000	100,00%	99,00%	2 970 120	91,10%	2 733 039
FR0013445152	RTEFRA 0 09/09/49	-	4 000 000	100,00%	98,87%	3 954 680	94,21%	3 768 453
XS0093667334	EIB 5 5/8 02/15/28	-	1 140 800	100,00%	99,70%	1 137 378	149,71%	1 707 863
XS0140608398	BACA 5 8 12/27/21	-	2 000 000	100,00%	117,04%	2 340 800	106,42%	2 128 348
XS0158363852	KNFP 5 3/8 11/29/27	-	2 000 000	100,00%	98,96%	1 979 120	117,25%	2 345 073
XS0162990229	EDF 5 5/8 02/21/33	-	1 900 000	100,00%	106,49%	2 023 360	158,61%	3 013 629
XS0222383027	GSK 4 06/16/25	-	7 000 000	100,00%	99,09%	6 936 500	123,15%	8 620 560
XS0229567440	GE 4 1/8 09/19/35	-	2 500 000	100,00%	100,46%	2 511 500	126,36%	3 158 903
XS0250729109	SANUK 4 1/4 04/12/21	-	4 000 000	100,00%	99,70%	3 987 900	108,79%	4 351 623
XS0256967869	RABOBK 4 3/8 06/07/2	-	2 500 000	100,00%	99,39%	2 484 750	109,02%	2 725 458
XS0270347304	GS 4 3/4 10/12/21	-	2 000 000	100,00%	100,80%	2 016 000	109,25%	2 184 985
XS0350890470	GE 6 025 03/01/38	-	1 000 000	100,00%	143,15%	1 431 515	154,82%	1 548 233
XS0479542580	NTGYSM 4 1/2 01/27/2	-	2 100 000	100,00%	93,81%	1 970 065	104,49%	2 194 257
XS0490013801	CBAAU 4 3/8 02/25/20	-	1 000 000	100,00%	102,50%	1 025 000	104,40%	1 044 028
XS0816246077	GE 3 65 08/23/32	-	5 000 000	100,00%	119,00%	5 949 767	123,62%	6 180 971
XS0835890350	PETBRA 4 1/4 10/02/2	-	8 100 000	100,00%	101,27%	8 203 079	114,33%	9 260 867
XS0842659426	ENELIM 4 7/8 04/17/2	-	550 000	100,00%	106,67%	586 671	119,34%	656 396
XS0868458653	TTIM 4 01/21/20	-	1 000 000	100,00%	104,72%	1 047 170	103,97%	1 039 678
XS0875343757	NTGYSM 3 7/8 01/17/2	-	2 500 000	100,00%	100,62%	2 515 392	115,20%	2 880 003
XS0906949523	GAZPRU 4 3/4 03/21/2	-	5 000 000	100,00%	108,78%	5 439 186	120,75%	6 037 306
XS0908570459	VW 3 3 03/22/33	-	2 500 000	100,00%	101,08%	2 527 079	119,96%	2 998 892
XS0970695572	EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	-	700 000	100,00%	100,25%	701 772	103,50%	724 528
XS0970852348	ENIM 3 3/4 09/12/25	-	2 000 000	100,00%	104,14%	2 082 725	120,66%	2 413 186
XS0975256685	REPSM 3 5/8 10/07/21	-	2 000 000	100,00%	102,90%	2 058 000	107,39%	2 147 776
XS0982711714	PETBRA 4 3/4 01/14/2	-	3 000 000	100,00%	99,68%	2 990 304	119,80%	3 594 085
XS0982774399	REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	-	200 000	100,00%	100,15%	200 303	103,77%	207 546
XS1072141861	ADIFAL 3 1/2 05/27/2	-	2 000 000	100,00%	99,57%	1 991 351	116,67%	2 333 305
XS1140857316	STANLN 3 1/8 11/19/2	-	2 000 000	100,00%	96,80%	1 936 068	112,63%	2 252 663
XS1169199152	HIPESA 3 7/8 01/19/22	-	1 000 000	100,00%	103,50%	1 035 000	110,43%	1 104 329
XS1169791529	POPSM 2 02/03/20	-	600 000	100,00%	94,70%	568 200	102,01%	612 079
XS1190632999	BNP 2 3/8 02/17/25	-	2 650 000	100,00%	100,07%	2 651 855	110,34%	2 924 121
XS1201001572	SANTAN 2 1/2 03/19/2	-	5 100 000	100,00%	97,71%	4 983 273	110,46%	5 633 309
XS1204154410	ACAIFP 2 5/8 03/17/27	-	2 000 000	100,00%	100,47%	2 009 440	114,15%	2 282 998
XS1212470972	SHAEFF 3 1/4 05/15/2	-	3 000 000	100,00%	102,25%	3 067 500	103,87%	3 116 003
XS1223842847	REDEXS 1 7/8 04/27/2	-	2 000 000	100,00%	100,46%	2 009 180	104,05%	2 080 972
XS1378880253	BNP 2 7/8 10/01/26	-	1 100 000	100,00%	102,90%	1 131 897	113,60%	1 249 651
XS1384064587	SANTAN 3 1/4 04/04/2	-	4 000 000	100,00%	101,48%	4 059 000	116,12%	4 644 972
XS1428782160	ESBIRE 1 7/8 06/14/3	-	1 500 000	100,00%	99,75%	1 496 310	112,46%	1 686 911

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
Código	Designação						Unitário	Total
2.2.1.3 - De outros emissores								
XS1492458044	MYL 3 1/8 11/22/28	-	10 000 000	100,00%	104,83%	10 483 439	113,65%	11 364 853
XS1520907814	ABBV 2 1/8 11/17/28	-	2 500 000	100,00%	101,90%	2 547 500	112,71%	2 817 757
XS1548444816	SANTAN 3 1/8 01/19/2	-	5 000 000	100,00%	98,85%	4 942 406	116,91%	5 845 295
XS1562614831	BBVASM 3 1/2 02/10/2	-	6 000 000	100,00%	100,19%	6 011 219	119,78%	7 186 826
XS1569874503	BBVASM 4 02/24/32	-	3 000 000	100,00%	100,39%	3 011 700	129,97%	3 899 047
XS1598243142	ANTOLN 3 1/4 04/30/2	-	3 000 000	100,00%	103,15%	3 094 522	97,23%	2 916 891
XS1612543384	GE 2 1/8 05/17/37	-	10 000 000	100,00%	92,42%	9 242 000	104,30%	10 429 558
XS1622621222	AGN 2 1/8 06/01/29	-	1 500 000	100,00%	98,30%	1 474 485	111,53%	1 673 017
XS1629866432	T 3.15 09/04/36	-	5 500 000	100,00%	100,25%	5 513 877	117,86%	6 482 420
XS1645687416	KEDRIM 3 07/12/22	-	500 000	100,00%	98,21%	491 050	96,35%	481 744
XS1645722262	ATLIM 1 7/8 07/13/27	-	3 500 000	100,00%	97,85%	3 424 820	94,15%	3 295 185
XS1651072099	TMO 2 7/8 07/24/37	-	5 000 000	100,00%	103,67%	5 183 499	121,83%	6 091 434
XS1664644983	BATSLN 2 1/4 01/16/3	-	4 000 000	100,00%	100,53%	4 021 263	106,33%	4 253 221
XS1716245094	PM 1 7/8 11/06/37	-	5 000 000	100,00%	90,55%	4 527 700	101,92%	5 096 094
XS1721422902	VOD 2 7/8 11/20/37	-	2 000 000	100,00%	101,49%	2 029 898	115,55%	2 310 958
XS1785813251	CB 2 1/2 03/15/38	-	1 500 000	100,00%	100,88%	1 513 215	118,99%	1 784 858
XS1795409082	GAZPRU 2 1/2 03/21/2	-	8 000 000	100,00%	99,31%	7 944 500	109,67%	8 773 484
XS1840618216	BAYNGR 2 1/8 12/15/2	-	2 500 000	100,00%	103,20%	2 580 000	110,23%	2 755 718
XS1843443786	MO 3 1/8 06/15/31	-	2 500 000	100,00%	102,48%	2 562 000	114,27%	2 856 693
XS1843449395	TACHEM 3 11/21/30	-	5 000 000	100,00%	102,35%	5 117 500	119,07%	5 953 653
XS1876076040	SABSM 1 5/8 03/07/24	-	3 000 000	100,00%	97,48%	2 924 435	105,40%	3 161 879
XS1910948329	VW 3 1/4 11/18/30	-	2 500 000	100,00%	107,33%	2 683 250	117,29%	2 932 293
XS1951095329	SGASPA 2 5/8 02/13/24	-	1 000 000	100,00%	99,51%	995 060	105,64%	1 056 356
XS1959498160	F 3.021 03/06/24	-	5 000 000	100,00%	100,88%	5 044 000	107,82%	5 390 924
XS1967636199	ABESM 3 03/27/31	-	13 300 000	100,00%	105,61%	14 045 560	112,96%	15 023 957
XS2001315766	EEFT 1 3/8 05/22/26	-	3 000 000	100,00%	99,57%	2 987 220	99,94%	2 998 343
XS2010039894	ZFFNGR 3 10/23/29	-	2 000 000	100,00%	98,69%	1 973 760	104,39%	2 087 731
XS2010331101	DE 1.65 06/13/39	-	2 000 000	100,00%	99,53%	1 990 560	107,52%	2 150 343
XS2013574384	F 2.386 02/17/26	-	3 000 000	100,00%	100,05%	3 001 500	102,69%	3 080 574
XS2013626010	ZURNVX 1 5/8 06/17/39	-	2 000 000	100,00%	99,95%	1 998 980	107,19%	2 143 713
XS2020581752	IAGLN 1 1/2 07/04/27	-	2 000 000	100,00%	98,85%	1 977 060	100,34%	2 006 894
XS2020671157	MDT 1 3/4 07/02/49	-	2 000 000	100,00%	97,16%	1 943 265	98,32%	1 966 404
XS2027438999	CPPIBC 0 3/4 07/15/49	-	3 000 000	100,00%	97,08%	2 912 400	97,77%	2 933 229
XS2035474555	PM 1.45 08/01/39	-	3 000 000	100,00%	98,51%	2 955 330	92,79%	2 783 766
XS2049146215	VGASDE 0 1/2 09/10/34	-	1 200 000	100,00%	98,54%	1 182 420	94,19%	1 130 220
XS2049583789	PLD 1 1/2 09/10/49	-	3 000 000	100,00%	97,59%	2 927 670	90,28%	2 708 460
XS2049616894	SIEGR 0 1/2 09/05/34	-	1 000 000	100,00%	99,28%	992 820	94,96%	949 558
XS2049769297	MOLNLY 0 7/8 09/05/29	-	1 500 000	100,00%	99,37%	1 490 490	97,10%	1 456 526
XS2050448336	BALDER 1 1/8 01/29/27	-	2 400 000	100,00%	99,89%	2 397 336	98,47%	2 363 245
XS2051149552	DHR 1.8 09/18/49	-	1 500 000	100,00%	99,56%	1 493 460	96,92%	1 453 732
XS2051362312	T 1.8 09/14/39	-	2 400 000	100,00%	99,34%	2 384 040	95,71%	2 297 086
XS2051397961	GLENLN 0 5/8 08/11/24	-	3 000 000	100,00%	99,96%	2 998 860	99,19%	2 975 746
XS2051664675	BABLN 1 3/8 09/13/27	-	1 500 000	100,00%	99,78%	1 496 685	101,56%	1 523 377
XS2051670300	BPPEHX 1 3/4 03/12/29	-	3 000 000	100,00%	99,35%	2 980 410	100,34%	3 010 319
XS2051777873	SMDSLN 0 7/8 09/12/26	-	2 500 000	100,00%	99,27%	2 481 725	98,43%	2 460 749
XS2051788219	ORGAU 1 09/17/29	-	2 400 000	100,00%	99,82%	2 395 752	97,39%	2 337 357
XS2055652056	ABESM 1 7/8 03/26/32	-	6 600 000	100,00%	99,99%	6 599 203	98,26%	6 485 217
XS2058557344	TMO 1 7/8 10/01/49	-	2 000 000	100,00%	99,10%	1 982 075	92,67%	1 853 446
XS2062490649	ENAPHO 2.045 10/09/28	-	2 700 000	100,00%	100,05%	2 701 350	98,82%	2 668 145
XS2063268754	RMGLN 1 1/4 10/08/26	-	2 000 000	100,00%	99,84%	1 996 880	100,77%	2 015 478
XS2073758885	PLNU 1 7/8 11/05/31	-	3 500 000	100,00%	99,47%	3 481 310	99,79%	3 492 506
XS2075938006	LLY 1.7 11/01/49	-	3 000 000	100,00%	99,49%	2 984 760	99,48%	2 984 425
XS2078735433	RDSALN 0 7/8 11/08/39	-	2 400 000	100,00%	98,31%	2 359 512	95,75%	2 298 065
XS2081500907	FCCSER 1.661 12/04/2	-	1 000 000	100,00%	100,36%	1 003 563	99,73%	997 261
XS2082324018	MTNA 1 3/4 11/19/25	-	2 500 000	100,00%	99,41%	2 485 250	101,62%	2 540 595
XS2084425466	IGDIM 2 1/8 11/28/24	-	2 500 000	100,00%	99,39%	2 484 650	101,09%	2 527 365
XS2089229806	MRLSM 1 7/8 12/04/34	-	3 000 000	100,00%	99,81%	2 994 164	99,20%	2 976 043
Sub-total		-	349 440 800			354 398 757		384 216 084
221	Sub-total	-	632 542 827			655 401 656		721 429 517

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
Código	Designação						Unitário	Total
2.2.2 - Títulos de rendimento variável								
2.2.2.1 - De dívida pública								
DE0001030575	DBRI 0 1/4 15/46 VL	-	2 000 000	100,00%	129,83%	2 596 697	143,06%	2 851 158
FR0010447367	FRTR 1 8 07/25/40 OATe	-	2 000 000	100,00%	172,94%	3 458 785	185,63%	3 712 600
FR0013209871	FRTR 0 1 07/25/47 OATe	-	2 000 000	100,00%	107,10%	2 141 926	124,83%	2 496 508
IT0003755722	SALCTY FLT 11/26/24	-	1 500 000	100,00%	94,77%	1 421 552	101,37%	1 520 508
IT0003877310	ITALY Float 07/31/35	-	3 000 000	100,00%	90,00%	2 700 000	79,69%	2 390 580
IT0004167216	COLAME Float 12/31/26	-	967 230	100,00%	87,53%	846 647	80,00%	773 784
IT0005056541	CCTS	-	1 000 000	100,00%	101,10%	1 011 008	100,54%	1 005 373
IT0005138828	BTPS 1 1/4 09/15/32 CPI	-	2 000 000	100,00%	94,57%	1 891 438	112,24%	2 244 800
IT0005246134	BTPS 1,3 05/15/28 CPI	-	3 000 000	100,00%	99,80%	2 993 955	112,45%	3 373 500
	Sub-total	-	17 467 230			19 062 008		20 378 811
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
XS1117279379	NEDFIN 1 1/2 12/08/25	-	300 000	100,00%	101,18%	303 531	100,67%	302 008
XS1217882171	KOMLAN 4 1/4 06/10/45	-	2 000 000	100,00%	108,70%	2 174 000	116,27%	2 325 374
	Sub-total	-	2 300 000			2 477 531		2 627 382
2.2.2.3 - De outros emissores								
DE000A14J611	BAYNGR 2 3/8 04/02/7	-	1 000 000	100,00%	96,50%	965 000	102,89%	1 028 905
FR0013067196	SCOR 3 06/08/46	-	1 500 000	100,00%	97,55%	1 463 231	114,64%	1 719 581
XS0129991864	VALLE Float 05/28/21	-	1 000 000	100,00%	95,10%	951 000	99,48%	994 767
XS0202187694	SANTAN FLT 49	-	15 000	100,00%	60,00%	9 000	88,01%	13 202
XS0213026197	C 4 1/4 02/25/30	-	5 000 000	100,00%	96,58%	4 829 000	120,73%	6 036 379
XS0764278528	MUNRE 6 1/4 05/26/42	-	2 000 000	100,00%	121,88%	2 437 647	118,24%	2 364 857
XS1173867323	GS 0 26/07/22	-	500 000	100,00%	100,81%	504 034	101,86%	509 304
XS1458408306	GS 0 27/07/2021	-	130 000	100,00%	101,46%	131 903	101,37%	131 779
XS1584041252	BNP FLT 09/22/22	-	150 000	100,00%	102,05%	153 082	101,30%	151 954
XS1586214956	HSBC FLT 09/27/22	-	200 000	100,00%	101,30%	202 591	100,51%	201 030
XS1598861588	ACAFP FLT 04/20/22	-	200 000	100,00%	101,56%	203 127	101,17%	202 339
XS1602557495	BAC FLT 05/04/23	-	300 000	100,00%	100,76%	302 284	101,01%	303 035
XS1626933102	BNP FLT 06/07/24	-	100 000	100,00%	100,88%	100 877	101,09%	101 087
XS163845158	LLOYDS FLT 06/21/24	-	250 000	100,00%	100,39%	250 975	100,81%	252 022
XS1691349523	GS FLT 09/26/23	-	370 000	100,00%	100,01%	370 054	100,04%	370 161
XS1838127261	EFSE Float 06/29/21	-	1 000 000	100,00%	100,50%	1 005 000	100,49%	1 004 854
XS1944384350	VW Float 08/01/22	-	1 500 000	100,00%	100,00%	1 500 000	102,38%	1 535 716
BXNAR7E	BACR 0 10/30/20	-	14 200 000	100,00%	15,43%	2 191 034	0,01%	1 420
BE0002644251	AGSBB 3 1/4 07/02/49	-	1 200 000	100,00%	99,26%	1 191 072	112,40%	1 348 847
BE6317598850	AGSBB 3 7/8 PERP	-	2 000 000	100,00%	100,51%	2 010 200	102,28%	2 065 587
FR0013336534	CNFPF 4 3/4 PERP	-	2 000 000	100,00%	108,50%	2 170 000	112,55%	2 251 038
FR0013445335	SEVFP 1 5/8 PERP	-	2 000 000	100,00%	99,51%	1 990 180	100,36%	2 007 268
FR0013455854	LAMON 4 3/8 PERP	-	3 000 000	100,00%	100,76%	3 022 750	108,02%	3 240 565
XS0863907522	ASSGEN 7 3/4 12/12/42	-	1 000 000	100,00%	119,30%	1 193 000	120,78%	1 207 773
XS1043535092	SANTAN 6 1/4 PERP	-	2 000 000	100,00%	98,90%	1 978 000	101,30%	2 026 031
XS1963116964	SRENVX 2.534 04/30/50	-	800 000	100,00%	100,05%	800 400	111,34%	890 682
XS2000719992	ENELIM 3 1/2 05/24/80	-	1 500 000	100,00%	99,34%	1 490 055	110,86%	1 662 951
XS2010045511	NGGLN 0 09/05/82	-	1 850 000	100,00%	100,05%	1 850 925	102,09%	1 888 708
XS2035564629	ENBW 1 5/8 08/05/79	-	2 500 000	100,00%	100,05%	2 501 250	101,43%	2 535 828
XS2035564975	ENBW 1 1/8 11/05/79	-	700 000	100,00%	100,05%	700 350	101,05%	707 330
XS2050933972	RABOBK 3 1/4 PERP	-	3 000 000	100,00%	100,05%	3 001 500	99,95%	2 998 583
XS2053053273	SAMPFH 1 7/8 10/04/49	-	3 300 000	100,00%	99,96%	3 298 680	102,82%	3 393 054
XS2056490423	ACHMEA 4 5/8 PERP	-	3 000 000	100,00%	101,10%	3 033 000	105,04%	3 151 152
XS2063350925	HANRUE 1 1/8 10/09/39	-	3 300 000	100,00%	98,98%	3 265 746	98,14%	3 238 492
XS2077670003	BAYNGR 2 3/8 05/12/79	-	500 000	100,00%	99,42%	497 115	101,69%	508 465
XS2077670342	BAYNGR 3 1/8 11/12/79	-	1 000 000	100,00%	100,05%	1 000 500	102,98%	1 029 834
XS2078761785	DANBNK 1 3/8 02/12/30	-	2 500 000	100,00%	99,46%	2 486 500	99,80%	2 494 965
XS2079079799	INTNED 1 11/13/30	-	3 000 000	100,00%	99,83%	2 994 780	99,74%	2 992 114
FR0011401736	EDF 4 1/4 PERP	-	2 000 000	100,00%	102,50%	2 049 990	104,14%	2 082 899
FR0011697028	EDF 5 PERP	-	1 000 000	100,00%	99,70%	997 000	119,07%	1 190 653
FR0013464922	EDF 3 PERP	-	5 000 000	100,00%	101,65%	5 082 500	103,26%	5 162 885
XS0214398199	BACR 4 3/4 PERP	-	1 000 000	100,00%	100,65%	1 006 525	101,65%	1 016 536
XS1206541366	VW 3 1/2 PERP	-	3 000 000	100,00%	101,49%	3 044 847	108,31%	3 249 378
XS1207054666	REPSM 3 7/8 PERP	-	2 000 000	100,00%	101,30%	2 025 943	107,00%	2 140 033
XS1501166869	TOTAL 3,369 PERP	-	1 100 000	100,00%	96,25%	1 058 750	114,92%	1 264 173
XS1716927766	FERSM 2,124 PERP	-	2 000 000	100,00%	96,59%	1 931 806	98,76%	1 975 287
XS1111123987	HSBC 5 1/4 PERP	-	2 000 000	100,00%	106,55%	2 131 000	110,52%	2 210 410
XS1206540806	VW 2 1/2 PERP	-	1 000 000	100,00%	100,75%	1 007 500	104,71%	1 047 116
XS1550988643	NNGRNV 4 5/8 01/13/48	-	2 000 000	100,00%	110,85%	2 217 000	124,78%	2 495 552
	Sub-total	-	91 665 000			80 598 704		82 396 579
2.2.2.4 - Ações								
922910037101	ACÁCIA BAHREIN	3 619 683	-	100,00%	0,66	2 382 668	0,51	1 831 306
	Sub-total	3 619 683	-			2 382 668		1 831 306
2.2.2.5 - Unidades de Participação								
FI0008812011	THE FINE ART II L.P.	20 328,78	-	100,00%	147,57	3 000 000	149,84	3 046 045
FR0010929794	Alternative Liquidity Fund Limited	54,53	-	100,00%	73 354,61	4 000 001	77 255,73	4 212 727
GG00BYRGPD65	PREFE (UPS)	277 620,00	-	100,00%	1,60	445 131	0,06	17 826
IE00B06YB805	SALAR FUND PLC	67,36	-	100,00%	100,55	6 773	77,93	5 249
IE00B520F527	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	20 034,73	-	100,00%	149,74	3 000 000	150,88	3 022 840
IE00BF2VFW20	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	3 842 016,29	-	100,00%	1,30	5 000 000	1,37	5 247 810
IE00BGY64W57	Mercer Passive Global Equity Fund	33 549,52	-	100,00%	151,17	5 071 710	161,63	5 422 609
KYG399911232	Mercer Passive Global Equity UCITS	1 980,00	-	100,00%	-	-	-	-
LU0296922973	Mercer Low Volatility Equity Fund	0,83	-	100,00%	15 948,07	13 184	16 057,68	13 275
LU0680374029	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	129 850,57	-	100,00%	38,51	5 000 000	42,63	5 535 634
LU1055198771	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	25 358,18	-	100,00%	78,87	2 000 000	79,75	2 022 315
LU1111643042	Mercer Global Buy & Maintain Credit Fund	20,00	-	100,00%	1 234,57	24 691	1 441,48	28 830
PEARL INFRASTRU	Mercer Absolute Return Fixed I	62 500,00	-	100,00%	1,00	62 500	1,00	62 500
TIC 2	GOTTEX ABI FUND	466 500,00	-	100,00%	1,00	466 500	1,00	466 500
	Sub-total	4 879 881				28 090 490		29 104 159
222	Sub-total	25 966 794	111 432 230			132 611 401		136 338 240
221+222	Total	25 966 794	743 975 057			788 013 058		857 767 757
3 - TOTAL GERAL		31 666 176	975 502 072			1 045 562 123		1 154 183 344

CERTIFICAÇÕES

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Lup', is located in the bottom right corner of the page.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.364.313 milhares de euros e um total de capital próprio e de interesses que não controlam de 175.634 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12.405 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 34, eventos subsequentes, das demonstrações financeiras consolidadas, a pandemia causada pelo Covid-19 teve efeitos bastantes adversos nas economias nacional e europeia, consequência dos períodos de quarentena decretados pelos vários governos que levaram ao abrandamento significativo da atividade económica na maior parte dos setores de atividade. Também conforme divulgado na referida nota, apesar dos impactos extremamente negativos, é convicção do Conselho de Administração que a continuidade das operações do Grupo e das suas participadas não será colocada em causa, tendo presente a sua resiliência.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p><i>Justo valor de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)</i></p> <p><u><i>Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas 3 e 7.1 do anexo às demonstrações financeiras.</i></u></p> <p>Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados, na quase totalidade, na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 1.153.380 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019, correspondendo, no total, a 85% do ativo do Grupo, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo do Grupo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte do Grupo.</p> <p>A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/emitentes ou metodologias de avaliação.</p> <p>Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pelo Grupo podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação e compreensão dos principais controlos relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;• Verificação da efetividade dos controlos associados à seleção de cotações para valorização de instrumentos financeiros;• Verificação de cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas;• Para posições menos líquidas, avaliação de suportes adequados para a valorização adotada;• Análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos;• Análise de indicadores de imparidade. <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente aos instrumentos financeiros, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Os instrumentos financeiros que podem revelar-se menos líquidos, representam cerca de 4% do total da referida carteira de instrumentos financeiros (cerca de 48.060 milhares de euros) e incluem fundos de investimento mobiliário e imobiliário, instrumentos de capital, títulos de dívida e papel comercial, que se encontram inseridos nos níveis 2 e 3 em termos de hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13, sendo o seu justo valor determinado através da utilização de modelos de avaliação que incorporam julgamento profissional e o recurso a um conjunto de pressupostos ou técnicas. Na sua mensuração, são considerados inputs (ou preços) observáveis em mercado correntes transacionáveis (preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxo de caixa descontados).</p> <p>O Grupo determina o reconhecimento de imparidade quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no justo valor dos instrumentos financeiros.</p>	
Recuperabilidade do imposto diferido ativo	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com a recuperabilidade do imposto diferido ativo apresentadas nas notas 3 e 16 do anexo às demonstrações financeiras.</u>	
<p>Os ativos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira ascendem a 14.672 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019, dos quais cerca de 9.059 milhares de euros resultam de prejuízos fiscais originados numa das participadas.</p> <p>De acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, o reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperação. A análise de recuperabilidade desses ativos foi efetuada pelo Conselho de Administração e baseou-se nas projeções da respetiva participada para o período de 2020 a 2028. Estas projeções têm inerente a aplicação de um conjunto de julgamentos complexos por parte do Conselho de Administração, nomeadamente quanto a (i) estimativa de lucros tributáveis futuros, dependente da concretização da estratégia futura da participada e dos segmentos de mercado em que opera, (ii) taxas de crescimento de prémios e de sinistralidade de médio e longo prazo e (iii) taxas de retorno de investimentos.</p>	<p>A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo no respeitante (i) à análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras e (ii) à identificação dos principais pressupostos considerados para estimar a geração de lucros tributáveis que permitam a recuperação dos ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço. • Entendimento e análise dos principais pressupostos adotados pela Administração na elaboração das projeções e desafio dos mesmos, nomeadamente, através da consideração de análises de sensibilidade relativamente às principais variáveis (prémios, sinistros, retorno dos investimentos, gastos gerais); • Apreciação da razoabilidade das projeções tendo em conta, também, os resultados antes

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Eventuais alterações nos pressupostos utilizados na estimativa de resultados futuros ou desvios na concretização dos valores projetados, podem ter impactos relevantes na recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2019. Desta forma, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	de impostos apresentados em exercícios recentes e as perspectivas futuras apresentadas pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente aos ativos por impostos diferidos, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.
Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas, 3, 5.1 e 7.3 do anexo às demonstrações financeiras.</u>	
Em 31 de dezembro de 2019 as provisões matemáticas apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 132.687 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ascendem a 494.576 milhares de euros, correspondendo, no total, a 53% do passivo do Grupo.	A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:
As referidas provisões matemáticas são determinadas, essencialmente, tendo por base o valor acumulado do exercício anterior, acrescido do montante líquido de prémios e reembolsos ocorridos no exercício e do rendimento garantido no período. Os referidos passivos financeiros correspondem a contratos com taxas de juro garantida, ao custo amortizado, tendo em consideração a garantia contratada.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão do processo e dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, nomeadamente, no respeitante a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas; • Verificação da efetividade dos principais controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento; • Identificação e avaliação dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e • Desenvolvimento de testes independentes para as carteiras de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelo Grupo.
O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo para os contratos comercializados, pelo facto de não conseguir uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre a provisão matemática do ramo vida e sobre os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
	operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras, ao abrigo das normas contabilísticas aplicáveis.
Provisão para sinistros de acidentes de trabalho	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de acidentes de trabalho apresentadas nas notas anexas 3 e 5.1 às demonstrações financeiras.</u>	
<p>A provisão para sinistros de seguro direto de ramos reais, relativa a acidentes de trabalho, apresentada na demonstração da posição financeira, ascende a 185.213 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019, representando 16% do total do passivo do Grupo. Do referido montante, 165.364 milhares de euros respeitam às provisões matemáticas de acidentes de trabalho.</p> <p>A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho envolve um grau de julgamento significativo do Conselho de Administração, nomeadamente, no respeitante (i) ao valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados, o qual tem por base requisitos legais e normativos, assim como diversos pressupostos económicos e de negócio e (ii) ao rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afeta à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.</p> <p>A utilização de diferentes pressupostos poderia resultar num nível diferente de provisões matemáticas de acidentes de trabalho. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de longo prazo, com acidentes de trabalho; • Testes à qualidade dos dados utilizados pelo departamento atuarial para o cálculo da provisão matemática; • Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pelo Grupo; • Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais do Grupo; e • Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pelo Grupo. <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto de acidentes de trabalho constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>
Provisão para sinistros de outros ramos	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de outros ramos apresentadas nas notas anexas 3 e 5.1 às demonstrações financeiras.</u>	
<p>A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite de ramos reais, outros ramos, apresentada na demonstração da posição financeira,</p>	<p>A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p>

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>ascende a 107.255 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019, representando 9% do total do passivo do Grupo.</p> <p>A avaliação da razoabilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, outros ramos, inclui a comparação entre a estimativa atuarial do custo final dos processos de sinistros e os pagamentos já ocorridos. Para o efeito, o Grupo utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogêneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento.</p> <p>A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, outros ramos, reconhecida pelo Grupo, não ser suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros de seguro direto e resseguro aceite, outros ramos; • Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pelo Grupo; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade; • Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais do Grupo; e • Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos nossos resultados com aqueles determinados pelo Grupo. <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>
Processo da Autoridade da Concorrência	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão constituída apresentadas nas notas anexas 3, 15 e 32 às demonstrações financeiras.</u>	
<p>Em 1 de agosto de 2019 a Lusitania Seguros foi notificada pela Autoridade da Concorrência da condenação por alegadas práticas restritivas da concorrência no ramo de Acidentes de Trabalho, no segmento de grandes clientes. A coima aplicada pela alegada infração ascendeu a 20.500 milhares de euros, representando 10% do total dos prémios brutos emitidos pela participada no exercício de 2018 e correspondendo à penalização máxima prevista pela Autoridade da Concorrência para casos desta natureza.</p> <p>A Lusitania Seguros considera que não incorreu na infração pela qual foi condenada, pelo que no dia 12 de setembro de 2019 apresentou recurso da decisão final para o Tribunal da Concorrência, Regulação e</p>	<p>A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise da avaliação efetuada pelo Grupo quanto à natureza do referido processo, fundamentando o montante de provisão constituído, (ii) apreciação da informação obtida junto da Sociedade de advogados contratada pela participada e (iii) verificação da correspondência trocada com a Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões relativamente a esta matéria; • Analisámos também a informação disponível sobre os desenvolvimentos ocorridos sobre esta matéria após 31 de dezembro de 2019, até à data de emissão deste relatório.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Supervisão, tendo também para este efeito efetuado o pedido de suspensão do pagamento da coima.	Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente a esta matéria constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.
Tendo por base a análise interna efetuada e a opinião da Sociedade de advogados que representa a Lusitania Seguros neste processo, a participada constituiu uma provisão no montante de 10.250 milhares de euros.	
Apesar do parecer jurídico da Sociedade de advogados e da posição da Lusitania Seguros reclamarem a desproporcionalidade da coima aplicada, o tribunal tem total competência para reduzir ou aumentar o valor da coima aplicada, sendo também possível apresentar novas provas durante o recurso, pelo que não é possível excluir que a participada possa vir a ser condenada a pagar um valor igual ou superior àquele provisionado nas suas demonstrações financeiras.	

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de

segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações

financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

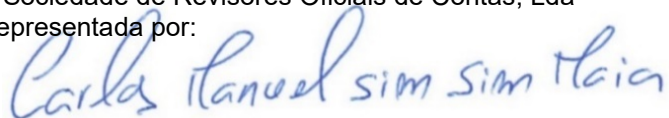
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de setembro de 2019 para um período compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

31 de julho de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prestação de Contas Consolidadas

Senhores Acionistas,

De acordo com a lei e os estatutos, cumpre apresentar o nosso relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2019, nomeadamente o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade Montepio Seguros SGPS, SA.

No desempenho das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu a diversos exames, análises e verificações que considerou necessários, com o objetivo de formar opinião e dar cumprimento ao disposto na lei, tendo acompanhado a atividade da sociedade, apoiando-se quer na documentação e informações facultadas pelos serviços de contabilidade quer nos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, à qual dá a sua concordância, anotando com relevância a ênfase relatada naquele documento.

Tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas Consolidadas do exercício de 2019, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem apropriada dos Ativos e Passivos das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

No Relatório de gestão é ainda que destacado que, apesar dos impactos extremamente negativos na economia da pandemia provocada pelo Covid-19, é convicção do Conselho de Administração que a continuidade das operações das suas participadas não será colocada em questão, tendo presente a sua resiliência.

O resultado líquido negativo do exercício de 2019 cifrou-se em 12.405.223 euros.

Considerando o trabalho desenvolvido no âmbito das competências legais que lhe estão atribuídas, o Conselho Fiscal da Sociedade Montepio Seguros SGPS, SA deliberou emitir o seguinte parecer:

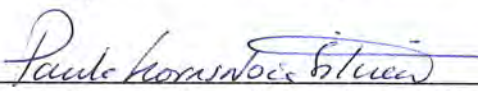
1. Que a Assembleia aprove o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2019, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas;
2. Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
3. Que se proceda à apreciação da administração e fiscalização da sociedade nos termos do Artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 31 de julho de 2020

O Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troní - Presidente


Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel - Vogal


Paula Alexandra Flores Noia da Silveira - Vogal

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2019

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'L' followed by a flourish.



Montepio Seguros SGPS, S.A.

Relatório de Sustentabilidade 2019

Índice

01. Montepio Seguros 3

02. Lusitania..... 6

03. Lusitania Vida 29

04. Futuro..... 45



1. Montepio Seguros

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'r' followed by a cursive 'l'.

1.1 Montepio Seguros

A Montepio Seguros foi constituída sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais tendo como participadas:

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O capital social é de 137.750.000 Euros repartido pela Associação Mutualista Montepio Geral com 89,546%, pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., com 8,348% e pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA com 2,105%.

PARTICIPADAS

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

A Companhia foi fundada em 1986, sendo a primeira seguradora de iniciativa privada e ser criada após o 25 de abril. Desde então a Companhia tem-se dedicado à comercialização de seguros de ramos reais, explorando todos os ramos.

A N Seguros atua no mercado de seguros diretos. Após a incorporação na Lusitania Companhia de Seguros S.A, em 31 de dezembro de 2019, passou a ser uma marca desta Companhia.

- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A Lusitania Vida foi constituída em 1987, sendo especializada em seguros do ramo Vida e na exploração de Fundos de Pensões.

- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

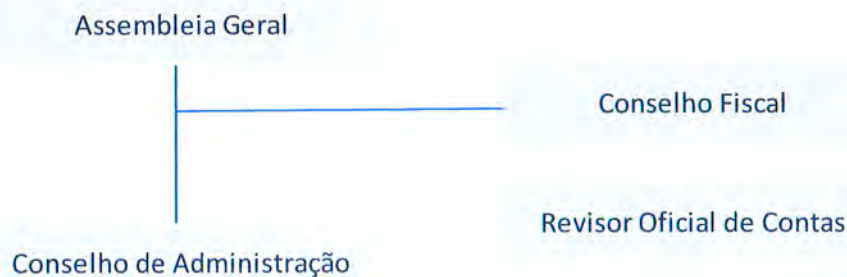
A Futuro é especializada na gestão de Fundos de Pensões e foi criada em 1988.

1.2 Modelo de Governo

MODELO DE GOVERNO

Órgãos Sociais

Nos termos estatutários, a gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.



O Conselho de Administração é composto por cinco administradores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Vogais. O Conselho de Administração gere os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e um Revisor Oficial de Contas.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleitos.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito de voto. Reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal.

A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

2. LUSITANIA



Lusitania



210.312

**Milhares
Euros**

Prémios Brutos
Emitidos da
Lusitania e

13.271



439.831

Clientes
Particulares
Lusitania e
69.803
N Seguros



47.387

Empresas,
empresários e
entidades



491

Colaborador
es Lusitania
e



51%

Colaborado
res do
género
feminino e
49%



Lusitania e
N Seguros
5.533

Horas de
cursos e
ações
formativas em
e-learning e



1.798.735

Kwh

Consumo
Eletricidade
de



54,22

Consumo
Papel
de

2.1 Lusitania

A Lusitania é uma das Seguradoras do top 10 a operar em Portugal. Exerce a atividade de seguros em todos os ramos Não Vida.

A 31 de dezembro de 2019 a Lusitania integrou a N Seguros, passando esta a ser uma marca da Lusitania.

VISÃO E ESTRATÉGIA

<u>Visão</u>	<u>Estratégia</u>
<i>Seguradora portuguesa integrada no grupo Montepio alicerçada em valores humanistas, parcerias sólidas e uma organização flexível, motivada, de elevada eficiência e qualidade, que visa alcançar os melhores níveis de rentabilidade e solvabilidade,</i>	Vetores de atuação da estratégia para o triénio: <ol style="list-style-type: none">1. Consolidar o crescimento operacional com sustentabilidade2. Reforçar a qualidade do serviço prestado aos parceiros e clientes3. Preparar as condições económicas para atingir os objetivos em Solvência II4. Reforçar as alianças com a rede de mediação e fortalecer as parcerias5. Intensificar a atividade no canal bancário

BALCÕES

No final de 2019, a Lusitania detinha um total de 23 Balcões físicos, distribuídos ao longo do território nacional, tendo encerrado o ano com um total de 3.178 mediadores.

Nº de Balcões e Lojas em Território Nacional e Internacional	2019
Balcões Lusitania	23
Lojas de Agentes de Representação	96

2.2 Modelo de Governo

MODELO DE GOVERNO *Órgãos Sociais*

Nos termos estatutários, a gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição



O Conselho de Administração é composto por cinco administradores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Vogais. O Conselho de Administração gere os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas, eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

Em 15 de fevereiro de 2013, foi constituída uma Comissão Executiva que dispõe de poderes de gestão corrente, delegados pelo Conselho de Administração, sendo atualmente composta por quatro administradores (Presidente e três Vogais).

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito de voto. Reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal, ou por acionistas que representem pelo menos 5% do capital social.

A mesa da Assembleia Geral da Lusitania, eleita por um período de quatro anos, é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos composta por três membros eleitos quadrienalmente pelos acionistas, podendo ser reeleitos.

GESTÃO DE RISCO

Em 2019, a Companhia prosseguiu com a implementação do Plano Diretor para a Gestão Integrada de Riscos, que se encontra alinhado com os objetivos do Solvência II, e que permite atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias. Foram desenvolvidas ações de adequação do modelo de governação, com o objetivo de ajustar e adequar a Estrutura Organizacional às melhores práticas, no âmbito das Orientações da EIOPA - *European Insurance and Occupational Pensions Authority*.

O modelo de governação da Lusitania procura promover e potenciar o funcionamento da Companhia, de forma a fortalecer a confiança dos clientes, dos acionistas, dos trabalhadores e do Supervisor no modo como é desenvolvida a gestão e a fiscalização da Sociedade. As principais responsabilidades do processo são asseguradas pelos seguintes intervenientes:

- **Conselho de Administração/Comissão Executiva:** Aprova a Visão e a Missão, e define os objetivos estratégicos. Determina a estratégia de gestão de risco corporativo e define as diversas políticas para a gestão dos riscos. Este órgão é, ainda, responsável pela avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos.
- **Gestão de Risco:** Propõe, implementa e garante o cumprimento da Política de Gestão de Risco e os métodos e procedimentos de mensuração dos riscos. Monitoriza os resultados e reporta-os de forma tempestiva ao Comité de Risco e Comissão Executiva. Analisa, identifica e monitoriza as medidas de mitigação e/ou correção dos desvios face aos limites e níveis de tolerância que estiverem definidos em cada momento.
- **Auditoria Interna:** Assegura a existência de um adequado ambiente de controlo interno e avalia a qualidade, a eficácia e a adequação de procedimentos, metodologias e técnicas utilizadas na definição e na monitorização dos riscos.
- **Compliance:** Assegura, de forma contínua, o cumprimento da regulamentação externa e interna relativa à gestão de riscos.



Principais desenvolvimentos da área de gestão de risco em 2019

- Monitorização contínua e permanente da situação de solvência (segundo a fórmula padrão) prevista no regime Solvência II, e o respetivo reporte ao Conselho de Administração;
- Desenvolvimento e realização dos exercícios de autoavaliação prospetiva dos riscos e da solvência (ORSA) de 2019, no âmbito do processo de planeamento estratégico e na definição do plano de negócios anual, permitindo à Companhia alinhar os objetivos estratégicos e a gestão operacional. Em simultâneo, permite concluir acerca da adequação do capital da Companhia ao seu perfil de risco, avaliar a sua solidez para o horizonte temporal considerado e uma afetação eficiente do capital;
- Continuação da implementação da *framework* de Risco Operacional, com o princípio orientador da gestão descentralizada do Risco Operacional: Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio - construção e atualização das matrizes de riscos e controlos em áreas de Suporte Operacional e a realização de diversas atividades nas áreas de *Compliance*, de Reembolsos Contencioso e das Direções Técnica e de Sinistros - e a Plataforma de Registo de Eventos de Risco - processo de identificação, registo e controlo sobre todas as irregularidades identificadas, com a respetiva quantificação, tendo como um dos objetivos o respetivo *input* para o *Datamart* de dados interno, integrado no Modelo de Gestão do Risco Operacional da Companhia;
- Evolução do Sistema de Governação, com a aprovação e publicação da política de conceção e aprovação de produtos, bem como a atualização da política de investimentos, de acordo com a Diretiva de Solvência II, em linha com as orientações da EIOPA, bem como os normativos da ASF;
- Desenvolvimento dos trabalhos associados ao processo de certificação atuarial e à certificação pelo Revisor Oficial de Contas de informação para efeitos de supervisão e do relatório sobre a solvência e situação financeira da Companhia, com referência a dezembro de 2019.

Os principais riscos a que a Lusitania se encontra exposta são os seguintes:

Categoria	Definição
Risco Estratégico	Risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas quanto aos objetivos estratégicos da empresa, às estratégias de negócio desenvolvidas para atingir esses objetivos, bem como da implementação imprópria de decisões, insuficiência de recursos ou falta de capacidade de resposta às alterações em termos económicos, tecnológicos, competitivos, regulatórios ou a outras alterações ocorridas no mercado.
Risco de Reputação	Risco da empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco surge como consequência da ocorrência de outros riscos e não tanto como um risco autónomo.
Risco Específico Seguro	Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.



Relatório de Sustentabilidade 2019

Categoria	Definição
Risco Mercado	Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. Este risco inclui também os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de <i>mismatching</i> entre ativos e responsabilidades.
Risco Crédito	Risco de incumprimento (<i>default</i>) ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradores que com ele se relacionem.
Risco Concentração	Risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou Clientes, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou de solvência da empresa.
Risco Liquidez	Risco que advém da possibilidade da empresa não deter os ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que eles se vencem.
Risco Compliance	Risco de ocorrência de impactos negativos no modelo de negócio da Companhia, na sua reputação, integridade ou condição financeira, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais. Este risco pode surgir como consequência da ocorrência de outros riscos e não tanto como um risco autónomo.
Risco Operacional	Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado às perdas originadas nas operações diárias da empresa.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Código de Ética Lusitania

O quadro legal que rege a atividade da Lusitania obriga a estabelecer e monitorizar o cumprimento de códigos de conduta que estabeleçam linhas de orientação em matéria de ética profissional, incluindo princípios para a gestão de conflitos de interesses, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, aos responsáveis por funções-chave e demais trabalhadores e colaboradores.

A Lusitania redigiu o seu Código de Ética, que define os princípios e as regras a observar pela Companhia, sem prejuízo de outras disposições legais ou regulamentares aplicáveis

Deveres de informação e esclarecimentos aos seus Clientes

A Lusitania encontra-se legalmente adstrita ao cumprimento de uma série de deveres de informação e esclarecimento aos seus Clientes, em momento anterior à celebração do contrato de seguro, conforme o disposto nos Artigos 18.º a 22.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril.

Por outro lado, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, através da publicação de Normas Regulamentares e Circulares, impõe regras que as Seguradoras deverão observar para defesa do consumidor, nomeadamente em matéria de Conduta de Mercado (Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho), Deveres de Diligência dos Seguradores relativamente aos “Seguros de proteção ao crédito” (Circular n.º 2/2012, de 1 de março) e, ainda, Publicidade realizada pelas Companhias de Seguros (Norma Regulamentar n.º 03/2010-R, de 18 de março).

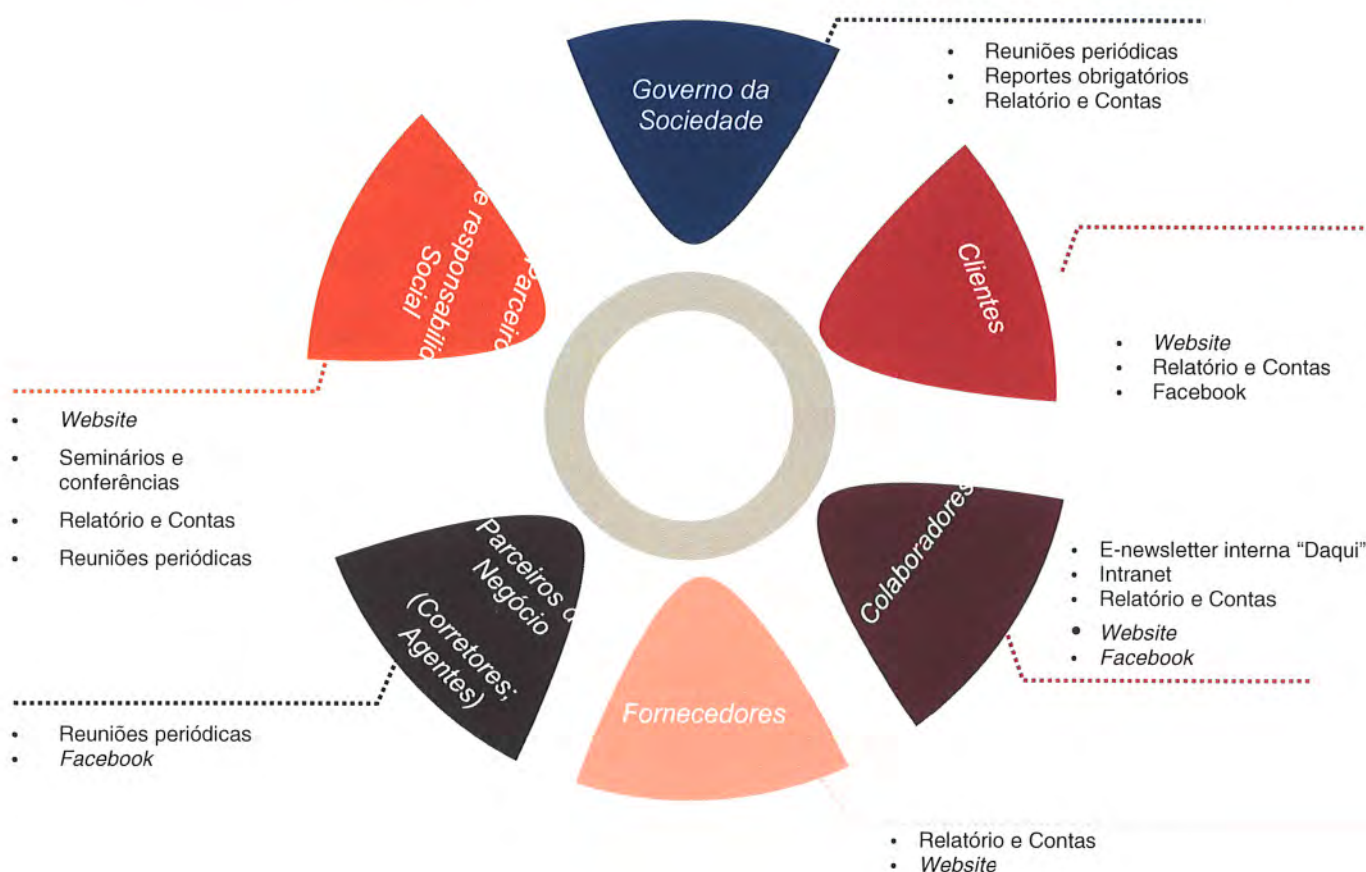


2.3 Envolvimento com stakeholders

A Lusitania reconhece a importância dos seus *stakeholders* como elementos chave para o desenvolvimento da atividade da Companhia. O envolvimento contínuo com todos os seus *stakeholders* é considerado um aspeto essencial no caminho para o desenvolvimento sustentável, uma vez que permite identificar questões emergentes, moldar respostas e continuar a melhorar o desempenho nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social.

De forma a promover o envolvimento e o diálogo contínuo com os seus *stakeholders*, a Lusitania dispõe de canais de envolvimento (internos e externos) específicos, que a seguir se apresentam:

PRINCIPAIS GRUPOS DE *STAKEHOLDERS* E SEUS CANAIS DE ENVOLVIMENTO



2.4 Alinhar a oferta seguradora com um mundo em mudança

Em 2019, a Lusitania manteve como prioridades o reforço das alianças com a rede de mediação e o fortalecimento das parcerias, bem como o desenvolvimento da atividade no canal bancário. No âmbito do regime Solvência II, um novo regime de solvência mais exigente face aos riscos inerentes a garantias financeiras de médio e longo prazo, a Companhia definiu um plano de sustentabilidade financeira, que visa criar as condições económicas necessárias para o cumprimento dos seus objetivos.

Lusitania

Criação e distribuição de valor (em milhares de euros)

			2017	2018	2019
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO	Receitas - Prémios de seguro direto		188.990	202.905	210.313
	Governo		2.577	1.828	2.272
	Fornecedores		12.500	12.896	14.238
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO	Mediadores (Comissões)		24.840	25.187	25.870
	Colaboradores		21.528	20.957	21.757
	Comunidade		132	155	169
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO			127.413	141.881	146.008

Evolução dos Prémios de Seguro Direto (em milhares de euros)

	2018	2019	Variação
Acidentes e Doença	76.299	82.792	+8,5%
Incêndio e outros danos	41.678	44.936	+7,8%
Automóvel	73.961	72.214	-2,4%
Transportes	4.168	3.370	-19,2%
Responsabilidade civil geral	4.922	5.270	+7,1%
Diversos	1.876	1.731	-7,7%
Total	202.905	210.313	+3,7%

N Seguros

Criação e distribuição de valor (em milhares de euros)

		2018	2019
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO	Receitas - Prémios de seguro direto	12.471	13.271
	Governo	168	167
	Fornecedores	1.664	1.856
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO	Mediadores (Comissões)	0	0
	Colaboradores	1.435	1.326
	Comunidade	16	0
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO		9.188	9.922

Evolução dos Prémios de Seguro Direto (em milhares de euros)

	2018	2019	Variação
Acidentes e Doença	132	110	-16,8%
Incêndio e outros danos	0	0	0,0%
Automóvel	10.418	11.148	+7,0%
Transportes	0	0	0,0%
Responsabilidade civil geral	67	94	+41,5%
Diversos	1.854	1.919	+3,5%
Total	12.471	13.271	+6,4%

Apesar do crescimento moderado, resultado de uma abordagem que privilegia o equilíbrio técnico e a sustentabilidade, a Lusitania consolidou a evolução da produção de seguro direto, tendo os prémios brutos emitidos crescido 3,7% em 2019, decorrente, essencialmente, da captação de novo negócio, retenção de clientes e ajustamento de preços. A N Seguros teve um crescimento de 6,4%.

PRODUTOS E SERVIÇOS FOCADOS NAS NECESSIDADES DOS CLIENTES

A Lusitana desenvolve a sua oferta de produtos, procurando sempre as soluções que melhor satisfazem as necessidades dos seus Clientes. Com uma oferta muito diversificada, a Lusitania disponibiliza uma vasta gama de seguros que garante todas as necessidades dos vários tipos de Clientes.

Tendo uma oferta ampla de produtos, que se consideram ajustados ao mercado, em 2019 não foram lançados novos produtos. O foco da Companhia centrou-se na melhoria de processos de contração, tanto para o Mediador como para o Cliente. Neste ano de 2019, o foco centrou-se na revisão de processos bem como na definição de uma política de conceção de produtos, onde o Cliente aparece sempre como o foco principal. Assim, foi criada e partilhada por toda a organização um conjunto de regras que devem ser seguidas para o desenvolvimento de novos produtos e alteração da oferta existente, tendo sempre como foco as necessidades dos Clientes.



Em 2019, deu-se ainda os primeiros passos para uma Companhia com menos papel, permitindo que alguma da documentação possa ser disponibilizada em suporte digital. Foi um projeto que se iniciou, mas que terá uma maior abrangência no decorrer de 2020. A Lusitania pretende, assim, tornar-se uma Companhia mais sustentável ao mesmo tempo que simplifica todo o processo de contratação, disponibilização da documentação e gestão das apólices para os Clientes e Mediadores.

A Lusitania tem uma oferta abrangente, tanto para Clientes Particulares como para Empresariais, procurando sempre apresentar a melhor solução para cada tipo de Cliente. Foi com o intuito de abranger a possibilidade de oferta, de forma a prestar a melhor solução de segurança, que nasceu o Plano E+. Um plano de seguros em que, a cada momento, é possível incluir e excluir os produtos que melhor se adaptam às necessidades de cada um. Cada Cliente constrói o seu plano, tendo sempre melhores condições do que na aquisição individual de produtos.

Particulares (Plano E+ particulares)	Empresas (Plano E+ Empresas)
Seguros de saúde e bem-estar	Seguros de Património e Responsabilidades – automóvel, multirriscos e acidentes de trabalho
Seguros de Família	Seguros de Imóveis
Seguros de Lazer	Seguros de Saúde para colaboradores
Seguros Automóvel	Seguros para o Setor Marítimo
Seguros Empresário Individual	Seguro de Responsabilidade Ambiental

Oferta sustentável

No âmbito de oferta sustentável, importa destacar o Seguro Voluntariado, e ainda, no âmbito da oferta com benefício ambiental, o seguro de responsabilidade ambiental e a cobertura de “Queda ou quebra de painéis solares” em produtos de multirriscos de habitação.

Solução	Descrição e atividade
Seguro Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> Seguro de Responsabilidade Civil que protege os colaboradores voluntários de eventuais riscos durante a atividade de voluntariado. Este seguro tem duas modalidades – permanente ou temporário – para proteção dos colaboradores em regime de voluntariado durante 1 ano ou 7 dias, respetivamente
Seguro de Responsabilidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> A Lusitania disponibiliza um seguro de Responsabilidade Civil Ambiental. Este seguro tem como garantias a responsabilidade administrativa do segurado pela prevenção e reparação de danos ambientais causados por contaminação. O seguro de Responsabilidade Civil prevê, ainda, uma cobertura relacionada com poluição súbita e accidental.
Oferta direcionada para a microgeração	<ul style="list-style-type: none"> A Lusitania disponibiliza nos seus produtos de Multiriscos de Habitação uma cobertura de “Queda ou quebra de painéis solares”, que pode ser complementada através de uma apólice de Engenharias, garantindo não só os danos próprios como os danos a terceiros em responsabilidade civil ou cobertura de perdas de exploração. A carteira de apólices de Engenharias é constituída maioritariamente por instalações do segmento microgeração (<13,5 kW), impulsionada no início pelos incentivos fiscais atribuídos às fontes renováveis, bem como por instalações seguras em apólice multiriscos.

FORTALECIMENTO DE ALIANÇAS E PARCERIAS

As novas exigências legais introduzidas pela nova Diretiva de Seguros, em 2019, resultaram numa redução do número de Mediadores a trabalhar com a Lusitania.

Também no âmbito do Programa Origem, pilar de acolhimento e de desenvolvimento de novos parceiros de negócio, a entrada em vigor da nova Diretiva, acabou por ter impactos, contendo o seu crescimento.

Rede de mediadores de norte a sul do país

3.178 mediadores, no final de 2019

23 balcões

96 lojas de Agentes de

Não obstante, a Lusitania fortaleceu as parcerias existentes, ao nível dos Agentes Loja, garantindo que o seu contributo para os resultados é cada vez mais efetivo.

O canal bancário reforçou a sua posição em 2019 como distribuidor de seguros. A simplificação de processos e a aposta numa oferta direcionada para o Cliente bancário foram o suporte do desempenho positivo deste canal.

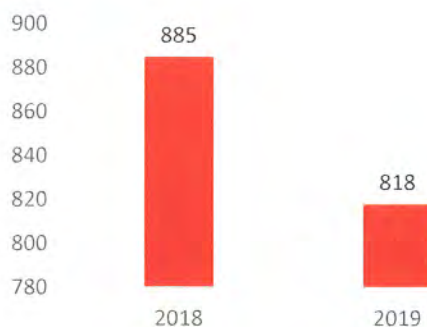
- **818 reclamações (Lusitania) em 2019 (-7.6% face ao ano anterior)**
- **357 reclamações (N Seguros) em 2019 (+ 23% face ao ano anterior)**
- **Taxa de encerramento: 97% (Lusitania)**
- **Taxa de encerramento: 99% (N Seguros)**
- **Tempo médio de resposta às reclamações: 7 dias (Lusitania) e 9 dias (N Seguros)**
- **56% das reclamações relacionadas com sinistros na Lusitania.**

GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

A Lusitania tem uma grande preocupação com a qualidade do serviço prestado. Neste sentido, tem vindo a assegurar o tratamento e a análise dos dados relativos à gestão de reclamações, procedendo à deteção e correção de problemas recorrentes ou sistémicos, no sentido de melhoria continua da qualidade de serviço e, também, para a mitigação de eventuais riscos legais ou operacionais. O Centro de Gestão de Reclamações é o órgão responsável por gerir e tratar as reclamações direcionadas para a Lusitania. Em 2019 geriu 1175 reclamações (818 da Lusitania e 357 da N Seguros), que chegaram através dos diversos canais de receção. Verificou-se uma preferência na apresentação das reclamações diretamente à Lusitania (52%) e N Seguros (53%), à semelhança do ano de 2018.

Evolução do número de reclamações

Lusitania

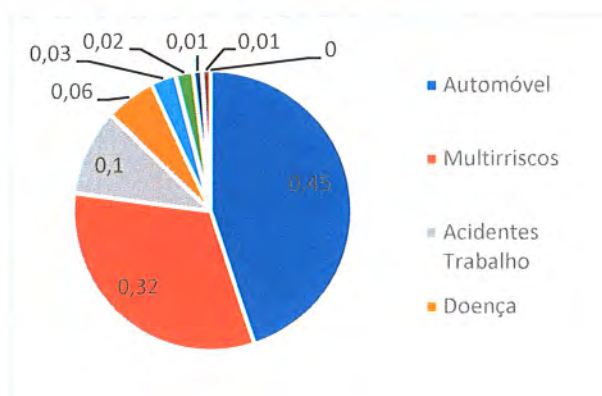


N Seguros

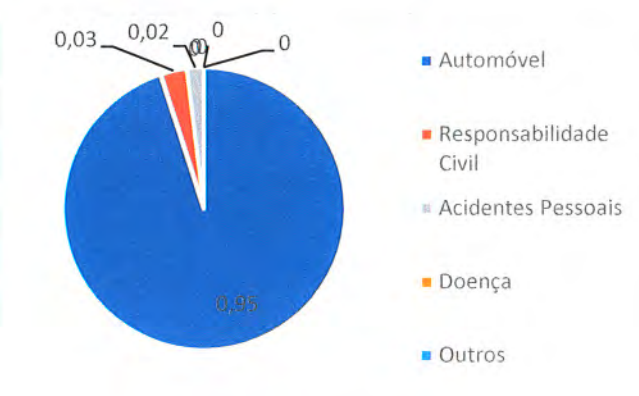


Reclamações por modalidade – 2019

Lusitania

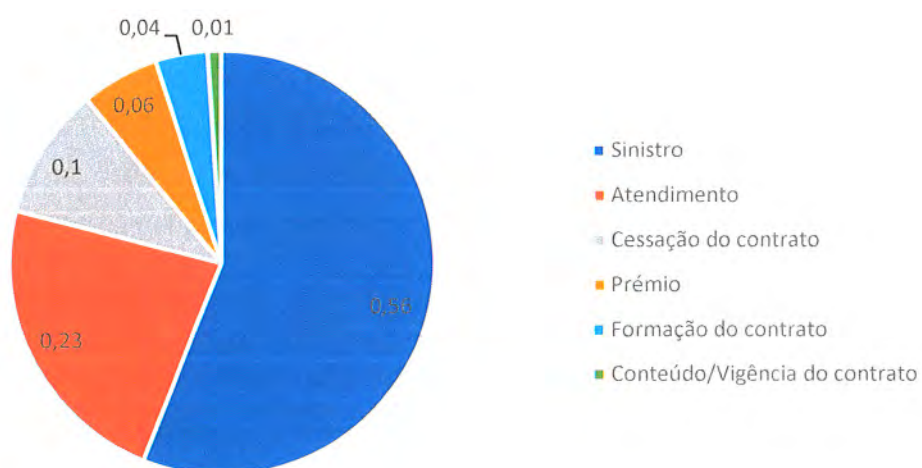


N Seguros

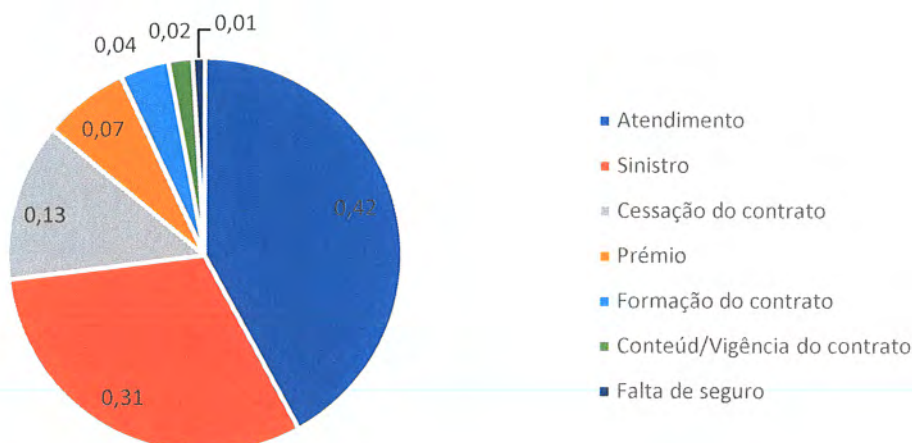


Reclamações por tipologia – 2019

Lusitania



N Seguros



Em 2019, a maioria das reclamações foram sobre seguro Automóvel (45% Lusitania, 95% N Seguros), seguido de Multirriscos (32%) na Lusitania e Responsabilidade Civil (3%) na N Seguros. Em termos de tipologia, o sinistro foi o que originou um maior número de reclamações (56%), seguido de atendimento (23%), na Lusitania. Na N Seguros, a tipologia que originou um maior número de reclamações foi atendimento (42%), seguido de sinistro (31%).

2.5 Valorizar os Colaboradores

CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

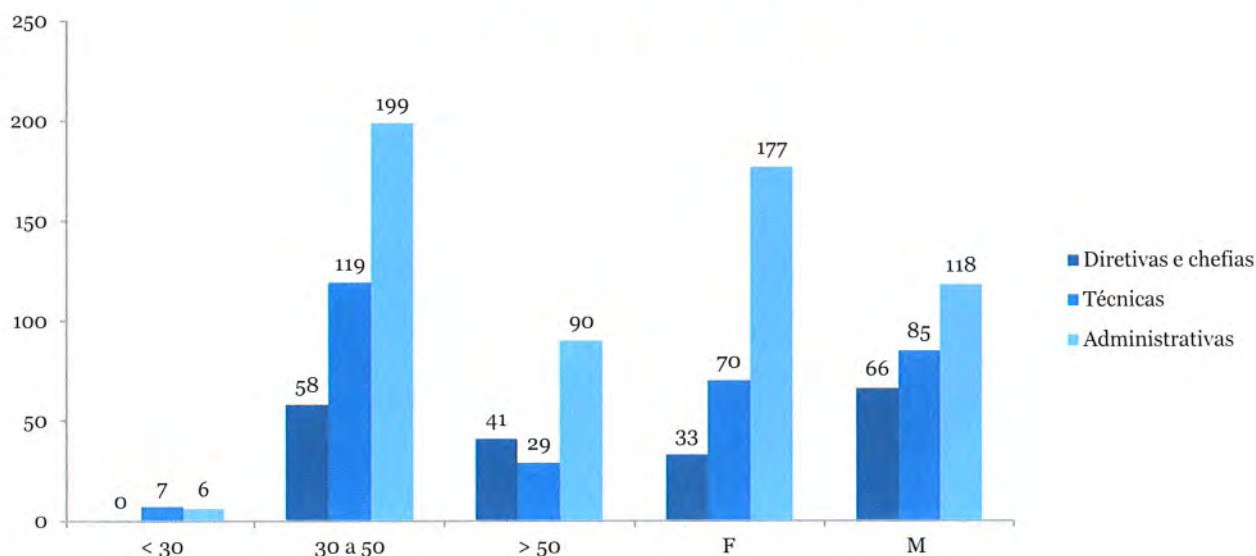
No final de 2019, a Lusitania era composta por 496 Colaboradores. A N Seguros tinha 53 Colaboradores.

543 Colaboradores da Lusitania e N Seguros

- **51% colaboradores do género feminino e 49% do género masculino**
- **76% trabalham nos serviços centrais e 24% nas áreas comerciais**
- **99% dos colaboradores com contrato permanente**
- **38% no Norte; 4% no Centro; 57% no Sul e 1% nas Regiões Autónomas**

Relatório de Sustentabilidade 2019

Colaboradores por faixa etária e género, por funções



Em 2019, na Lusitania foram admitidos 22 colaboradores e registaram-se 26 saídas. Na N Seguros não houve admissões e verificaram-se 3 saídas.

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Formação e Desenvolvimento de Competências

Em 2019 a atividade de formação desenvolveu-se, tanto para colaboradores da Lusitania, como para mediadores.

Lusitania

Cursos e ações formativas em *e-learning* e presenciais realizados para colaboradores

322 formandos, em 118 ações e 762 participações, num total de 5 267 horas

Ações para mediadores da Companhia

7 ações, envolvendo 220 pessoas, totalizando 805 horas

N Seguros

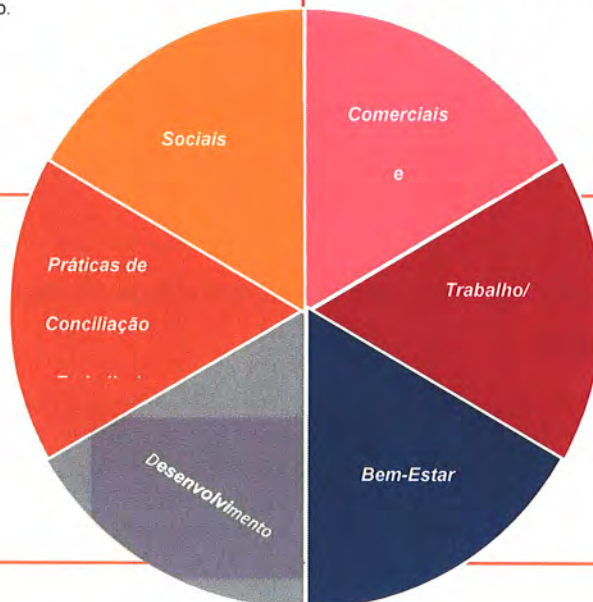
Cursos e ações formativas em *e-learning* e presenciais realizados para colaboradores

12 formandos, em 25 ações e 42 participações, num total de 266 horas

Relatório de Sustentabilidade 2019

- Subsídio à compra de manuais para filhos que se encontrem no 1º, 2º e 3º ciclo de escolaridade;
- Protocolo dos Colaboradores do Grupo Montepio.

- Descontos relevantes em todos os seguros;
- Protocolo Grupo Montepio.



- Programas sociais, recreativos e culturais extensíveis ao agregado familiar através da Casa de Pessoal;
- Acordos com estabelecimentos da área educativa;
- Tolerância de ponto no dia de anos do trabalhador.

- Protocolos MEO/CP;
- Refeitórios na Sede em Lisboa, no Porto e na Maia;
- Dias adicionais de férias por antiguidade.

- Compartilhação de despesas de educação dos colaboradores (ex.: compartilhação na formação pós-graduada e mestrados);
- Recurso privilegiado a recrutamento interno.

- Segurança e saúde no trabalho, com avaliações de saúde periódicas, e de risco dos locais de trabalho;
- Posto médico na Sede e no Porto
- Seguro de Saúde Lusitania;
- Cartão de saúde extensível ao agregado familiar;
- Plano Conforto +.

Em 2019, a Lusitania manteve um conjunto de benefícios aos colaboradores, tendo em vista o seu bem-estar e conciliação entre a vida pessoal e profissional

MEDICINA NO TRABALHO E ACIDENTES DE TRABALHO

No ano de reporte, a Lusitania continuou a proporcionar aos seus colaboradores um conjunto de serviços regulares médicos e de enfermagem, no âmbito da medicina curativa. Com efeito, em Lisboa foram realizadas 445 consultas e no Porto 200 consultas.

Acidentes de Trabalho com baixa: 3

1 do género masculino e 2 do género feminino

2.6 Investir em ações que beneficiam a comunidade

APOIO À COMUNIDADE

Assumindo um papel de Responsabilidade Social, com apoio nas mais diversas áreas, a Lusitania tem-se associado a várias instituições, nas áreas de Apoio à Comunidade, Desporto, Cultura e Ambiente.

Como Mecenaz da Cultura manteve também ao longo de 2019, o apoio aos principais Museus do País.

Em alguns casos, a Lusitania apoia as instituições através de ofertas de seguros, ou pela oferta de bens necessários, em espécie.

Instituições Beneficiadas	Apoio à Comunidade	Desporto	Cultura	Ambiente
Alzheimer Portugal	✓			
Acreditar	✓			
AFID	✓			
Cuidar Melhor	✓			
AMPMV	✓			
Associação Nuvem Vitória	✓			
Apoio à Vida	✓			
Fundação Montepio	✓			
Fundação do Gil	✓			
Fundação de Jesus	✓			
GRACE	✓			
Apoio à Vida	✓			
Voluntários da Leitura	✓			
IPDJ	✓			

Relatório de Sustentabilidade 2019

Instituições Beneficiadas	Apoio à Comunidade	Desporto	Cultura	Ambiente
Clube Naval de Cascais		✓		
Clube Oriental do Pechão		✓		
Clube Naval do Funchal		✓		
Associação Mutualista Montepio (Corridas Montepio e Pelicas)		✓		
APORVELA		✓		
Super Açor		✓		
Clube Ténis Montemor-o-Novo		✓		
Let's GO Run		✓		
DGPC			✓	
Associação Mais Santarém			✓	
DRCN			✓	
Fundação Côa Parque			✓	
CESPU			✓	
CCB			✓	
Museu da Presidência			✓	

PATROCÍNIOS E MECENATO

Em 2019, o patrocínio de maior dimensão, apoiado pela Lusitania, foi a 2ª edição da Regata de Portugal, um evento que teve como objetivo criar uma maior proximidade juntos dos atuais e potenciais Clientes, sob o lema “Os oceanos inspiram-nos a ir mais longe”.

2.7 Promover o Ambiente

A Lusitania atua no sentido de mitigar o seu impacto nos recursos naturais, promovendo a eficiência energética, apostando na minimização das emissões de carbono, diminuindo o consumo de papel e gerindo de forma eficiente os resíduos.

De seguida é apresentado o desempenho ambiental da Lusitania e da N Seguros em conjunto, com referência ao ano de reporte.

DESEMPENHO AMBIENTAL



INICIATIVAS QUE PROMOVEM O AMBIENTE

A Lusitania atua no sentido de mitigar o seu impacto nos recursos naturais, promovendo a eficiência energética, apostando na minimização das emissões de carbono, diminuindo o consumo de papel e gerindo de forma eficiente os resíduos.

I
m
p
l
e
m
e
n
t
a
d
o

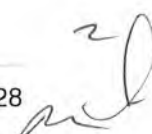
Sede e Outros Edifícios:

Continuação da conversão dos sistemas de iluminação tradicional por tecnologia LED, numa lógica de substituição direta por avaria;

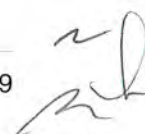
- . Instalação de interruptores de movimentos/presença em locais de utilização pontual, principalmente em corredores de circulação e WCs;
- . Otimização dos circuitos de iluminação, ventilação e climatização, com recurso á gestão centralizada (GTC), com criação/alteração das tabelas horárias e adequação ao expediente dos vários edifícios;
- . Continuação da substituição dos sistemas de climatização, (AVAC), descontinuados por outros de maior eficiência energética/frigorífica;
- . Início do projeto de otimização da climatização do centro processamento de dados, com efeito direto na redução do consumo energético e melhoria na eficiência dos servidores.

Em 2019 começou a substituir a frota automóvel de viaturas a diesel por viaturas híbridas ou 100% elétricas, prevendo-se que em 3 anos toda a frota esteja substituída.

Foi também aprovado um projeto para 2020, que se intitula “Lusitania sem papel”, com vista a reduzir o consumo de papel para todas as situações em que isso seja possível.



3. *LUSITANIA VIDA*



3.1 Lusitania Vida

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., autorizada pela portaria conjunta do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças nº 189/87 de 17 de março, foi constituída por escritura pública realizada em 15 de Maio de 1987 com o objetivo de desenvolver autonomamente a atividade do Ramo Vida. A sua origem fica a dever-se à iniciativa conjunta do mesmo grupo de investidores que constituiu a Lusitania Companhia de Seguros, SA que, acreditando no País, pretenderam ver alargado o âmbito de atuação desta para o Ramo Vida.

A Lusitania Vida iniciou a sua atividade em 20 de outubro de 1987 e foi pioneira em Portugal ao refletir nos seus resultados os custos e proveitos exclusivamente da atividade do Ramo Vida, mantendo, desde a sua origem, total transparência e independência de gestão. Deste modo enraizaram-se logo de início nos seus quadros, políticas de contenção de custos com a manutenção de um adequado e reduzido quadro de pessoal formado e fortemente motivado.

Em 1990, a composição acionista alterou-se significativamente com a aquisição de uma percentagem significativa do Capital Social por parte da Companhia Geral de Crédito Predial Português, com o que se iniciou a comercialização de seguros de Vida através dos balcões deste banco. Em 1995 o Grupo Totta, detentor do controlo da Companhia Geral de Crédito Predial Português, SA, alienou ao Grupo Montepio Geral a sua posição na Lusitania Vida SA, o qual assumiu uma posição de controlo que se mantém até ao presente.

Caracterização da Companhia

A Lusitania Vida tem sede social na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2 – 12º, 1070-102 Lisboa, onde, a 31 de dezembro de 2019, conta com um quadro de 28 trabalhadores, excluindo os Administradores, e uma filial na Rua Júlio Dinis, 676 – 6º, 4050-320 Porto, com mais 3 trabalhadores, num total de 31 trabalhadores em todo o País.

Está matriculada no Registo Comercial de Lisboa, tem o número de pessoa coletiva 501845208 e está abrangida pelo serviço de finanças 3247.

Em 31 de Dezembro de 2019, a companhia tinha um capital social de vinte milhões de Euros inteiramente subscrito e realizado, representado por 800.000 ações nominativas de 25 Euros cada.

No final do exercício de 2013, o Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos sectores acima referidos. Esta sociedade controlada pelo

Relatório de Sustentabilidade 2019

Montepio Geral Associação Mutualista, adquiriu posteriormente aos anteriores acionistas a participação na Lusitania Vida a qual se mantém conforme quadro seguinte para o triénio 2017, 2018 e 2019:

Estrutura Acionista Empresa	31-Dez-2019	
	Participação	Qt. ações
Montepio Seguros SGPS, SA	99,790%	798.322
Outros	0,210%	1.678

A produção é assegurada por dois canais de distribuição:

- Através dos balcões do Banco Montepio, a Companhia vendeu 34,6 milhões de Euros (2018: 35,9 milhões de Euro; 2017: 48,3 milhões de Euros), representando 14,2% da produção total (2018: 18,0%; 2017: 33,5%) e
- Pela rede de mediadores por onde se distribuíram 209,6 milhões de Euros (2018: 163,6 milhões de Euro; 2017: 96,1 milhões de Euros), ou seja, 85,8% do volume total de produção em 2018 (2018: 82,0%; 2017: 66,5%).

Missão


Oferecer Seguros de Vida e Operações de Capitalização aos Clientes do Montepio, e, complementarmente, a outros Particulares através da Rede de Mediadores, no espaço Nacional e junto das comunidades emigrantes.

Visão

Seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio, que visa alcançar níveis superiores de rentabilidade e solvabilidade, alicerçada em valores humanistas, parcerias sólidas e uma organização flexível, motivada, de elevada eficiência e qualidade.

Valores

A Lusitania Vida respeita a legislação nacional e pauta a sua atuação pelos princípios de integridade e transparência, salvaguardando os devidos deveres de sigilo.

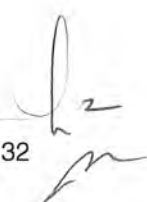


A Companhia promove a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles com quem se relaciona, promovendo a correção, urbanidade, afabilidade e brio profissional nas suas relações, bem como o respeito pelos respetivos direitos, sensibilidades e diversidades.

A Lusitania Vida assegura a igualdade de oportunidades. Todas as suas políticas e procedimentos estão orientados no sentido de impedir a discriminação e o tratamento diferenciado, não permitindo qualquer forma de coação moral ou psicológica, nem comportamentos ofensivos da dignidade da pessoa humana.

Linhas estratégicas

- Consolidar a situação financeira garantindo um nível de solvência sustentável;
- Manter a rentabilidade, a produtividade e a eficiência em níveis elevados;
- Desenvolver a rede de agentes e aumentar a quota de mercado;
- Responder às necessidades crescentes dos consumidores com novos produtos;
- Adaptar a organização aos novos quesitos legais e prudenciais;
- Contribuir para a notoriedade e desempenho do Grupo Montepio.



3.2 Modelo de Governação

Órgãos Sociais

A estrutura de governo societário da Companhia é composta por:



Assembleia Geral

A Assembleia Geral decide sobre temas definidos pela lei ou pelos estatutos, bem como sobre outras matérias relacionadas com a gestão da Companhia.

Conselho de Administração

A gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

Conselho Fiscal

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é eleito quadrienalmente, podendo ser reelegível e tendo como principais competências a revisão e certificação das contas.

Comissão de Vencimentos

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são fixadas por uma Comissão de

Vencimentos. Esta Comissão é composta por três membros, eleitos quadrienalmente pelos acionistas, podendo ser reelegíveis.

Sistema de Gestão de Riscos

A Companhia identifica e gere os riscos no âmbito de uma estrutura claramente definida. Esta estrutura inclui uma Política de Gestão de Riscos onde são definidas as responsabilidades de cada órgão.



O Conselho de Administração é responsável pela definição de todas as políticas de gestão e controlo dos riscos, bem como na definição dos respetivos limites de tolerância, competindo à Comissão de Direcção estabelecer, entre outros, metodologias, processos e reportes dirigidos às

respetivas áreas de gestão (Direções). A Direção de Gestão de Risco procede à avaliação dos principais riscos em articulação com a Comissão de Direção e com o apoio das restantes funções-chave.

Comissão de Direção

Criada em 2008, esta Comissão é presidida pela Administradora-delegada e Presidente do conselho de Administração e dela fazem parte os diretores de topo da Lusitania Vida (comercial, técnico, financeiro, tecnologias de informação e gestão de riscos).

Dada a reduzida estrutura da Companhia, a Comissão de Direção exerce as atividades habitualmente desenvolvidas pelos comités de risco, de investimento e de subscrição entre outros. No âmbito das funções desta Comissão fazem também parte a análise e preparação das propostas a submeter ao Conselho de Administração respeitantes às diferentes áreas da Companhia.

Além da Direção de Gestão de Risco, a Lusitania Vida possui mais três funções-chave de apoio ao Conselho, designadamente, de Verificação do cumprimento (*Compliance*), Atuarial e Auditoria interna.

Adequação dos sistemas

A Lusitania Vida apresenta um Sistema de Governação e de Gestão de Risco que garante a gestão sã e prudente da sua atividade, assegurando a continuidade e o cumprimento dos objetivos estratégicos, tendo em conta a reduzida dimensão da Companhia. A avaliação global dos riscos assumidos pela Lusitania Vida e a estrutura de Governação existente, permitem concluir que a Companhia cumpre e tem a capacidade para cumprir com todos os requisitos do regime Solvência II, de forma efetiva e continuada tendo também em consideração a dimensão e complexidade do negócio da Companhia.

A adequação do Sistema de Governação da Lusitania Vida é alvo de uma revisão regular, envolvendo não só a Administração como também os Diretores de Topo. A revisão é efetuada no mínimo anualmente e, sempre que necessário, sendo a sua execução mais frequente quando se verificarem circunstâncias excecionais que o justifiquem, como por exemplo se ocorrerem alterações a nível organizacional. Adicionalmente, são também revistas as políticas, procedimentos, segregação de funções, entre outras.

No ano de 2019, relevam-se na estrutura organizacional, as alterações do Revisor Oficial de Contas e da composição do Conselho de Administração.

Perfil de Risco

Riscos Específicos de Seguros

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à atividade de seguros capaz de gerar perda de valor nos fundos próprios devido a pressupostos desajustados da realidade ou eventos extraordinários.

Os riscos específicos de seguros de vida são a mortalidade, longevidade, morbilidade ou invalidez, despesas, resgates ou anulações e catastrófico.

Risco de Mortalidade

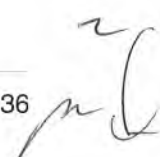
O risco de mortalidade está associado às obrigações de seguro onde um pagamento ou pagamentos são feitos em caso de morte da pessoa segura durante a vigência do contrato. O requisito de capital deste risco é calculado pela variação negativa dos fundos próprios resultantes de um aumento permanente das taxas de mortalidade em 15% para toda a carteira de seguros.

Risco de Longevidade

O risco de longevidade está associado a obrigações de seguro quando os pagamentos são efetuados durante a vida do titular da apólice e onde uma diminuição das taxas de mortalidade resulta em provisões técnicas mais elevadas. O requisito de capital necessário é calculado pela variação negativa dos fundos próprios resultante de uma diminuição permanente das taxas de mortalidade em 20%, cenário que é aplicado a toda a carteira sujeita ao risco de longevidade, como o caso das rendas vitalícias.

Risco de Morbilidade ou Invalidez

O risco de morbilidade ou invalidez está associado a todos os tipos de seguros que reembolsam em caso de perdas causadas por mudanças nas taxas de morbilidade ou incapacidade. O



cenário consiste num aumento de 35% nas taxas de incapacidade durante o próximo ano e 25% nos anos subsequentes.

Risco de Despesas

O valor deste risco é apurado pelo efeito negativo nos fundos próprios resultante de um aumento permanente dos custos utilizados para determinar a melhor estimativa e que correspondem aos custos reais do exercício. O choque consiste num aumento dos custos em 10%, projetado no primeiro ano, em simultâneo com um aumento na inflação de 1 ponto percentual por ano.

Risco de Resgates ou Anulações

Corresponde ao risco de perdas devido a uma alteração imprevista, positiva ou negativa, das taxas de anulação de

apólices, liberação do pagamento dos prémios, ou de resgates antecipados. O requisito de capital corresponde ao risco de saída antecipada sendo igual ao pior resultado dos seguintes cenários:

- Aumento permanente das taxas de resgate e anulações em 50%;
- Diminuição permanente das taxas de resgate e anulações em 50%;
- Ou uma ocorrência de resgates em massa (saída de 70% das apólices de seguro de grupo e 40% das restantes).

Risco Catastrófico de Vida

O risco catastrófico decorre de eventos extremos que não são capturados nos restantes riscos específicos de seguro, como por exemplo as pandemias. A exigência de capital para este risco é calculada através de um aumento de 1,5 por mil nas taxas de mortalidade, consideradas na melhor estimativa, sempre que o impacto gere um aumento dessa melhor estimativa.

Riscos de Mercado

O risco de mercado corresponde às perdas potenciais devido a movimentos adversos em variáveis do mercado

financeiro. A exposição ao risco de mercado é medida pelo impacto das alterações das variáveis financeiras tais como preços de ações, *ratings*, taxa de juro e valor de imóveis, sendo agrupados nas categorias de Risco de taxa de juro,

Risco de ações, Risco de imobiliário, Risco de moeda, Risco de *spread* e Risco de concentração.

Os principais riscos de mercado da Lusitania Vida são os riscos de taxa de juro, de *spread*, e de concentração.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o valor dos ativos, passivos ou instrumentos financeiros diminuir devido a flutuações nas taxas de juro. Grande parte dos produtos de seguros da Lusitania Vida estão expostos ao risco de taxa de juro e dependem, maioritariamente, da duração até ao vencimento das taxas de juro técnicas garantidas e, também, das características específicas, nomeadamente, da participação nos resultados.

O capital requerido para o risco de taxa de juro é determinado pelo cálculo do impacto nos fundos próprios devido a alterações na curva das taxas de juro, tanto nos ativos como nos passivos. O risco de taxa de juro é a perda máxima entre o choque ascendente e o choque descendente da curva de taxa de juro, de acordo com a metodologia definida pela EIOPA.

Risco de Ações

O risco de ações avalia a exposição a este tipo de ativos e a fundos de investimentos em ações, sendo o capital requerido determinado pelo impacto sobre o capital disponível, devido a uma queda imediata dos preços das ações e fundos de investimento.

Risco Imobiliário

O risco imobiliário avalia a exposição total ao imobiliário, sendo o capital requerido para este risco determinado por uma queda imediata de 25% no valor dos imóveis, o qual também pode englobar os fundos imobiliários.

Risco de Moeda

A Lusitania Vida não está exposta a este risco, uma vez que tem apenas contratos em euros.

Risco de *Spread*

O risco de *spread* decorre da sensibilidade do valor dos ativos e passivos às variações nos *spreads* de crédito. O capital necessário para o risco de *spread* corresponde à totalidade dos requisitos de capital das obrigações, produtos estruturados e derivados de crédito e depende do valor de mercado, da duração modificada e da qualidade creditícia do ativo ou *rating*.

Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à acumulação de exposições numa mesma contraparte.

Risco de Crédito da Contraparte

O risco de incumprimento da contraparte reflete as perdas ou deterioração inesperada da posição de crédito das

entidades relacionadas com a Companhia, podendo afetar vários tipos ativos como Hipotecas, Empréstimos hipotecários, Derivados, Resseguro, Contas a receber e Caixa e depósitos à ordem.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao impacto de não cumprimento das obrigações financeiras com os tomadores de seguros quando os valores se tornem exigíveis. O risco de liquidez não é aplicável para efeito do requisito de capital de solvência.

O princípio de gestão da liquidez consiste em manter uma base de financiamento diversificada, um montante ajustado de ativos gerador de liquidez e uma alocação estratégica de ativos de forma a responder às necessidades de fluxos financeiros esperadas dos passivos.

Risco Operacional

O risco operacional avalia o impacto de perdas causadas por procedimentos internos fracos ou deficientes, falhas na ação do pessoal, falhas nos sistemas, eventos externos e fraude interna ou externa, sendo calculado através da fórmula padrão da EIOPA.

Outros Riscos Materiais

O perfil de risco global da Lusitania Vida deverá ser avaliado face à posição real de solvência e não apenas em relação aos riscos incorporados na fórmula padrão. Os riscos que a Lusitania Vida reconhece como potencialmente materiais são o

Risco de inflação, o Risco de reputação, o Risco de contágio, o Risco legal, o Risco de dependência e o Risco estratégico.

Estes riscos, bem como outros que não são incorporados na fórmula padrão, são identificados e avaliados através de uma abordagem combinada entre o conjunto de riscos que a Companhia definiu como relevantes para a sua atividade (Matriz de Riscos), onde se estabelece o “Nível de Preocupação”, apurado através da probabilidade de ocorrência de um evento e severidade do mesmo, sendo estes tratados no âmbito do ORSA.

3.3 Meios de comunicação com *stakeholders*

Governo da Sociedade

- Reuniões periódicas;
- Reportes obrigatórios e não obrigatórios;
- Relatório SFCR (Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira);
- Relatórios e Contas.

Clientes

- Sítio da Lusitania Vida (website);
- Folhetos de apresentação dos produtos Lusitania Vida;
- Relatório SFCR (Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira);
- Relatórios e Contas.

Colaboradores

- Intranet Lusitania Vida;
- Sítio da Lusitania Vida (website);
- Relatório SFCR (Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira);
- Relatórios e Contas.

Fornecedores

- Sítio da Lusitania Vida (website);
- Relatório SFCR (Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira);

- Relatórios e Contas.

Parceiros de Negócio

- Reuniões periódicas de acompanhamento;
- Sítio da Lusitania Vida (website);
- Relatório SFCR (Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira);
- Relatórios e Contas.

Parceiros de Responsabilidade social

- Sítio da Lusitania Vida (website);
- Relatório SFCR (Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira);
- Relatórios e Contas.

3.4 Produtos Lusitania Vida

A Lusitania Vida apresenta um portfolio de soluções em áreas diversas que procuram responder às necessidades de proteção e previdência individual, de poupança e capitalização, reforma e rendimento.

Destacamos no âmbito da previdência, o Lusitania Proteção Vida que conjuga garantias de morte e invalidez, providenciando a sustentabilidade das pessoas e das famílias após uma fatalidade.

No que respeita à poupança e à reforma, o relevo vai para o Lusitania Poupança Reforma PPR considerado em três anos consecutivos, “Escolha Acertada” pela DECO Proteste na classe dos PPRs com capital garantido.

Na capitalização merece realce as nossas soluções de Lusitania Rendimento e Lusitania Investimento, produtos que conciliam segurança do capital investido com rendimento e liquidez elevados.

Para as empresas, a Lusitania Vida dispõe também de um conjunto de soluções para satisfação de necessidades de proteção e reforma para todos os trabalhadores.

3.5 Benefícios a Colaboradores

Sociais

- Subsídio à aquisição de manuais para filhos que se encontrem matriculados no 1º, 2º e 3º ciclos de escolaridade;
- Protocolo dos colaboradores do Grupo Montepio;

Comerciais e Financeiros

- Protocolo dos colaboradores do Grupo Montepio;

Trabalho e Estilo de Vida

- Dias de licença com vencimento por antiguidade, ou bónus financeiro;

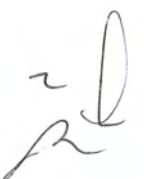
Bem Estar

- Segurança e saúde no trabalho, com check-ups periódicas e avaliação dos riscos nos locais de trabalho (anuais);
- Seguro de saúde;
- Complemento de reforma;

Desenvolvimento

- Formação continua.

4. FUTURO



4.1 FUTURO

A Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi constituída em 14 de janeiro de 1988, com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões.

Na sua génese estiveram prestigiadas instituições financeiras, entre as quais o Montepio.

A atual estrutura detém como principal acionista a Montepio Seguros SGPS, S.A.

A especialização e experiência na gestão de Fundos de Pensões, o dinamismo e a qualidade de serviço, são fatores de sucesso da Futuro, que no final do ano era responsável pela gestão de um volume de ativos de 1.723 milhões Euros.

4.2 MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE GESTORA

O Modelo de Governo da Sociedade Gestora está organicamente estruturado no DL 12/2006, de 20 de janeiro, o qual foi alterado e republicado na Lei n. º147/2015, de 09 de setembro, assenta ainda o modelo de governo, na restante documentação de suporte ao exercício da atividade de fundos de pensões.

. ÓRGÃOS SOCIAIS DA FUTURO

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal

Assembleia Geral tem por missão deliberar sobre as questões fundamentais da vida da Sociedade. Compete-lhe, entre outros atos, exigir responsabilidades à Gestão da Sociedade.

O **Conselho de Administração** é constituído por um Presidente e seis administradores dos quais um é o Administrador Executivo. A gestão corrente da Sociedade é delegada no Administrador Executivo.

Conselho Fiscal, tem por competências as funções de fiscalização e controlo.

Existe ainda um **Comité de Investimentos** que é um órgão de análise e de deliberação, bem como de aconselhamento do Conselho de Administração, sobre a política de investimentos dos Fundos. O CA aprova o regulamento do Comité de Investimentos, contrata os Gestores de Ativos e delega competências no Administrador Executivo.

Ao Comité de Investimentos compete:

- Deliberar sobre a estratégia de investimentos a prosseguir a cada momento na gestão dos Fundos;
- Proceder a recomendações relativas às orientações a transmitir aos gestores de investimento;
- Apreciar a execução da política de investimentos.

Comissão de Vencimentos compete a esta comissão fixar anualmente as remunerações dos titulares do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. É composta por um Presidente e dois vogais, que são designados em Assembleia Geral.

A Direção da Futuro com responsabilidade executiva é composta por quatro Diretores diretamente dependentes do Administrador Executivo.

A atividade da Futuro tem subjacentes políticas, princípios e normas que asseguram assunção de elevada responsabilidade no decurso da sua atividade.

Enquanto empresa certificada, é aferido anualmente por entidade externa o cumprimento das regras em auditoria interna e externa.

MISSÃO

Assegurar a proteção na reforma, disponibilizando produtos e serviços diversificados e inovadores que excedam as expectativas de Clientes individuais e institucionais e que ofereçam a máxima rendibilidade de acordo com o perfil de risco selecionado, tendo subjacente uma política de melhoria no desempenho da organização.

VISÃO

Ser uma das líderes no mercado de gestão de Fundos de Pensões, em Portugal, reconhecida, enquanto empresa do Grupo Montepio, pela inovação e qualidade que imprime aos seus serviços, por uma gestão prudente e confiável e pelo seu papel ativo na dinamização do mercado da poupança para a reforma.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DA FUTURO

1. Promover ações que assegurem ganhos de quota de mercado e consequentemente a posição de liderança no mercado de gestão de Fundos de Pensões;
2. Ser reconhecida pelos Clientes e público em geral, como entidade de renome na atividade de gestão de Fundos de Pensões, pela qualidade que imprime aos Produtos/Serviços disponibilizados;
3. Obter um bom retorno financeiro para os Clientes e Acionistas, dos valores que são confiados à sua gestão;



4. Reforçar a cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco;
5. Diversificar a oferta de produtos e serviços, cobrindo toda a gama de produtos destinados a soluções para complemento de poupança para a reforma;
6. Promover o desenvolvimento de Pessoal, fomentando uma cultura de valorização de competências.

VALORES

A filosofia de ação da Futuro assenta em valores fundamentais, nos quais reside a sua força e identidade e que ajudam à implementação adequada da estratégia da Empresa.

Os *core values* são importantes para que todos saibamos que comportamentos a Empresa espera de nós e para nos ajudar a consolidar um espírito de equipa interno e uma relação dinâmica e vencedora com o nosso meio envolvente.

ESPÍRITO DE EQUIPA - Fazemos parte de uma equipa que possui valores e objetivos comuns, pelo que, só através do apoio e motivação mútua, nos podemos assumir como parceiro credível perante os nossos Clientes.

INOVAÇÃO - Antecipamos as necessidades e expectativas dos nossos Clientes, através do desenvolvimento de novos produtos e de novas metodologias de trabalho, adaptando-nos continuamente à evolução dos mercados financeiros, do enquadramento legislativo e das novas tecnologias.

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE - Os nossos Clientes merecem o nosso melhor esforço, razão pela qual mantemos uma atitude sempre virada para o Cliente, cumprindo os compromissos assumidos, disponibilizando todos os serviços que tenham enquadramento legal dentro da nossa área de atividade, tendo em vista a maximização da rendibilidade dos fundos que nos estão confiados.

ORIENTAÇÃO PARA OS RESULTADOS - Asseguramos o comprometimento de todos os Colaboradores na prossecução dos objetivos da Futuro em geral e Objetivos do Sistema Integrado de Gestão, em particular, por forma a corresponder à expectativa de resultados definida pela gestão, salvaguardando a solidez financeira da Empresa.

SEGURANÇA E CREDIBILIDADE - Atuamos de forma consistente, com integridade e profissionalismo, e sempre regendo-nos por princípios éticos, dando primazia à segurança e credibilidade da nossa atuação no mercado, de forma a salvaguardar e a projetar a imagem da Futuro no exterior.

REALIZAÇÃO DAS PESSOAS - Reconhecemos a necessidade de realização das pessoas na nossa Empresa, valorizando a sua formação, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional, e privilegiando a autonomia com responsabilidade.

RIGOR NA INFORMAÇÃO – O rigor na informação não é um objetivo, mas sim um percurso. Desta forma, asseguramos o fornecimento de informação precisa, detalhada e relevante sobre todos os aspetos da gestão dos Fundos.

GESTÃO DE RISCOS - Mantemos uma cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da entidade gestora e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecemos os princípios que devem nortear a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos.

MELHORIA - Asseguramos o cumprimento dos requisitos contidos na Norma ISO 9001, na Norma N° 8/2009-R, nas Normas GIPS e demais regulamentação e legislação que norteia a atividade de Fundos de Pensões, promovendo a melhoria contínua dos produtos e serviços, processos e do desempenho do Sistema Integrado de Gestão, contribuindo para ir ao encontro da Visão da Futuro.

Normas de Conduta

A Futuro possui documentos que consubstanciam princípios e regras de conduta e que dão corpo às preocupações de carácter ético e adoção de boas práticas que regem a sua atividade.

CÓDIGO DE CONDUTA

No Código de Conduta da Futuro estabelecem-se as regras que devem ser observadas pelos órgãos de governo e as regras de comportamento deontológicas que devem ser respeitadas pela instituição e ainda as que são dirigidas aos gestores, colaboradores e outros detentores de interesses.

Destacam-se o respeito pelos direitos humanos e do ambiente, a prevenção de conflitos de interesses, a responsabilidade, a transparência e a prudência. A satisfação dos interesses dos clientes e acionistas situam-se no topo da pirâmide, em posição intermédia estão os dos titulares de interesses e na base estão os da sociedade em geral que são satisfeitos através de iniciativas de responsabilidade social.

Exige-se o cumprimento rigoroso do Código de Conduta aos membros dos órgãos sociais, colaboradores e prestadores de serviços da Futuro, estando o mesmo disponível no site da Futuro.

É da competência de todos os intervenientes denunciar a ocorrência de qualquer situação que possa desencadear um conflito de interesses.

MANUAL DO EMPREGADO

O Manual do Empregado é um documento que serve de orientação para novos e atuais colaboradores, na medida em que sistematiza informação sobre as normas em vigor, a forma como a Sociedade está organizada e os princípios e orientações pelos quais se rege

O documento inclui ainda informação que ajuda a clarificar aspetos práticos da vida na empresa que se relacionam com a sua cultura.

O Manual do Empregado é meramente informativo e não substitui as informações de serviço e normas internas em vigor, e ainda os princípios e regras definidos no Código de Conduta da Futuro.

REGRAS DE ACOLHIMENTO DE COLABORADORES

O bom acolhimento é essencial à boa imagem da Futuro e a uma eficaz integração na organização.

Para cumprir estes objetivos a Futuro criou o “**Plano de Acolhimento de Colaborador**”. O plano prevê entre outras fases a identificação das necessidades de formação interna e externa; o treino no posto de trabalho; a avaliação da integração no posto de trabalho e a avaliação final da integração



com o fecho do plano. O plano de acolhimento aplica-se a novos colaboradores e estagiários e também a colaboradores que mudam de função na empresa.

4.3 DESCRIÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

O **Sistema Integrado de Gestão da Futuro (SIG)** é composto pelo Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e pelo Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno (SGRCI) e engloba ainda a Certificação *Global Investment Performance Standards (GIPS)*.

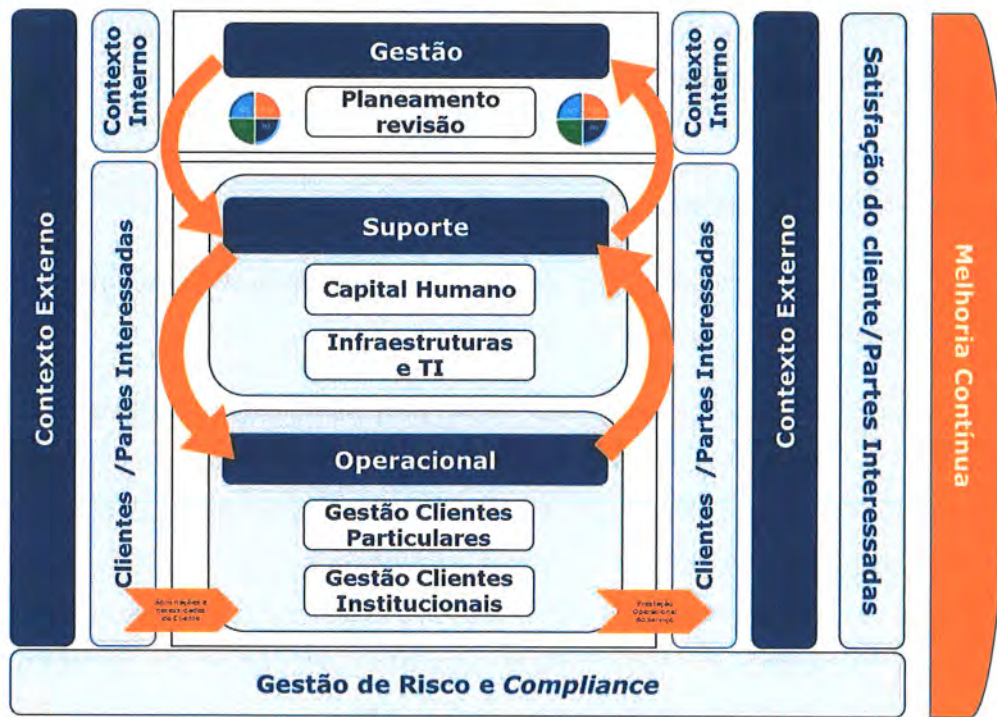
O Sistema tem por base três referenciais normativos: ISO 9001 para a Gestão da Qualidade; Norma da ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente ISP Instituto de Seguros de Portugal) nº 8/2009-R, para a Gestão de Riscos e Controlo Interno e Normas GIPS, para a área de gestão de carteiras de investimento.

A Futuro foi a primeira Entidade Gestora a obter em 2001 a Certificação da Qualidade, sendo o Certificado atribuído pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação. A certificação cobre as atividades de conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

A **organização do Sistema** compreende o âmbito da atividade e do contexto organizacional em que a Futuro opera, com particular caracterização do meio envolvente interno (contexto interno) e do meio envolvente externo (contexto externo).

A **matriz das partes interessadas relevantes (Stakeholders)** internas e externas, determina o impacto destas partes na Futuro, bem como o impacto da Futuro nas partes interessadas, tendo subjacente uma análise crítica em termos de cumprimento dos requisitos para a operacionalização da estratégia e consequentemente do atingir dos resultados do Sistema Integrado de Gestão da Futuro.

O SIG está **estruturado por processos**, é composto por 5 processos que se interligam entre si – os processos de suporte recolhem informação e articulam-se com os operacionais – e concretizam a oferta de Produtos e Serviços da empresa. Os Gestores de Processo garantem a melhoria contínua implementando o ciclo **PDCA**- Planear-Executar-Verificar-Atuar (Plan-Do-Check-Act).



A **cadeia hierárquica de responsabilidades** destaca como órgão máximo o **Conselho de Administração** que por sua vez envolve os Gestores de Processo na promoção e revisão dos seus processos, zelando pelo cumprimento dos controlos associados à boa manutenção do Sistema Integrado de Gestão, com particular destaque no tratamento dos riscos e oportunidades.

No **Manual do Sistema** estabelecem-se as políticas e os objetivos gerais que se articulam com a visão e missão da empresa. Explicita-se também a forma como a **informação está organizada**, bem como a **comunicação interna e externa**.

Descreve-se ainda a **metodologia adotada pela Direção de Risco e Compliance** para medição dos riscos da Entidade Gestora e dos Fundos de Pensões, suportada na **matriz de risco da Futuro**, onde se identificam os riscos organizacionais e os riscos dos fundos de pensões. Refere-se que a Futuro é Compliant com as Normas GIPS que exigem à empresa o cumprimento de determinados princípios e regras, e conferem rigor e transparência na divulgação integral de toda a informação relacionada com a forma como investe e valoriza os seus ativos.

Para além do Manual que constitui a base da informação, o Sistema Integrado de Gestão da Futuro está suportado por outros elementos documentais, tais como a documentação dos processos, onde se destaca a Ficha de "**Descrição da Atividade do Processo**" a qual contém as entradas e saídas a descrição das atividades e as respetivas funções responsáveis e participantes. Existem ainda os Procedimentos de Serviço e os Registos.

Toda a documentação está disponível por acesso *online*, em zona de acesso comum, para facilidade de consulta e impressão por qualquer colaborador da Futuro.

Cumprindo o exigido na regulamentação em vigor, anualmente o **Administrador Executivo** promove a **revisão do Sistema** com os restantes Diretores (Gestores de Processo).

Na revisão analisa-se o **desempenho do sistema**, os resultados e o seu alinhamento com a estratégia e os objetivos definidos para a organização.

São entradas para a revisão anual os resultados das **auditorias internas e externas** e o seguimento das ações corretivas empreendidas. Avaliam-se ainda as políticas, missão e valores da empresa, as alterações do contexto interno e externo, bem como da satisfação dos clientes e outras partes interessadas. A apreciação global de todo o sistema compreende ainda a análise do desempenho e eficácia do sistema no que respeita ao cumprimento dos objetivos da qualidade, dos processos e conformidade da prestação dos serviços da Futuro, das não conformidades e ações corretivas e da forma como é efetuada a monitorização e medição do sistema.

GESTÃO DE RISCO

A política de Gestão de Risco na Futuro consubstancia o estipulado no princípio que dá corpo à gestão de risco, isto é, *“mantemos uma cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da entidade gestora e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecemos os princípios que devem nortear a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos”*.

A Gestão de Risco da Futuro segue as orientações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões -ASF, estando em conformidade com a Norma Regulamentar N°8/2009-R, de 4 de junho, que regulamenta o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno (SGRCI).

Para implementar este sistema recorreremos à utilização de um modelo interno de Gestão de Risco para a Sociedade Gestora e um método de aplicação adaptado dos estudos QIS para os fundos de pensões.

De seguida descrevem-se as principais metodologias que suportam o risco da entidade gestora e o risco dos fundos de pensões.

GESTÃO DE RISCOS DA ENTIDADE GESTORA

O risco da Entidade Gestora é transversal a todas as atividades e está apoiado no Sistema Integrado de Gestão da empresa - baseado em processos - que visam manter os padrões de qualidade do serviço, e assenta a sua análise e avaliação em quatro tipos diferentes de risco:

- ✓ Risco Operacional;
- ✓ Risco Estratégico;
- ✓ Risco de Reputação;
- ✓ Risco de Investimento.

A metodologia que conduz à sistematização de análise (identificação, avaliação e controle dos riscos) está suportada nos seguintes conceitos de risco:

Risco Inerente: risco que a empresa está sujeita, sem considerar a ação dos controlos;

Controles: ações que modificam o risco, podendo ser de três tipos: Diretivos; Preventivos e Detetivo.

Risco Residual: risco remanescente após o efeito do controle aplicado sobre cada atividade.

O modelo assente na **Matriz de Risco da Futuro**, onde os **riscos operacionais** se relevam em matéria de sustentabilidade, são de acordo com o Normativo Legal, categorizados da seguinte forma:

- ✓ Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- ✓ Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- ✓ Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- ✓ Associados, Participantes, Beneficiários, Produtos e práticas comerciais;
- ✓ Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- ✓ Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- ✓ Riscos relacionados com os processos de negócio.

Está ainda estabelecida a **Política de tolerância ao risco**, a qual permite definir o apetite ao risco e também determinar o nível para o qual deverá concentrar esforços para baixar a sua magnitude e o conseqüente impacto nos processos. Esta política é definida pelo AE e pelos Gestores de Processo, cabendo à Gestão de Risco monitorizar se o Risco é tolerável ou não, para assim desencadear a ação necessária.

Tendo em conta os níveis de tolerância a observar, será possível a deteção atempada dos riscos potencialmente adversos ou das oportunidades resultantes de eventos de impacto positivo, o que permitirá desenvolver as necessárias ações de mitigação.

O acompanhamento e monitorização do risco existente nos vários processos da organização é efetuado através de indicadores de risco (*Key Risk Indicators-KRI*) que contribuem como indicador para o Sistema Integrado da empresa.

Risco de Investimento

O risco de investimento na Futuro está relacionado com a probabilidade de obter uma rentabilidade inferior à esperada, e sendo o risco de uma forma geral definido como a probabilidade de ocorrência de perdas inesperadas, é utilizada a metodologia de cálculo do *VaR-Value at Risk* para estimar as perdas potenciais dos Fundos sob sua Futuro.

A aplicação do modelo incide sobre todos os fundos geridos pela empresa que garantam o capital investido.

GESTÃO DE RISCOS DOS FUNDOS DE PENSÕES

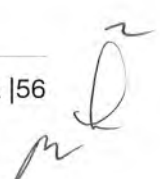
A abordagem de cálculo foi desenvolvida com base nos estudos relativos às *IORPs* realizado pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA).

Com o auxílio da plataforma de informação Bloomberg e do modelo interno desenvolvido, a gestão de risco apura os dados necessários para proceder à avaliação do Risco de cada Fundo de Pensões.

Para os fundos e planos de pensões existentes na empresa, considera-se a seguinte **categoria de risco** (de acordo com a Norma N°8/2009-R):

- ✓ Risco de Mercado
- ✓ Risco de Crédito
- ✓ Risco específico dos fundos de pensões (atuarial);
- ✓ Risco de Liquidez

As metodologias utilizadas para a gestão dos riscos acima descritos são suportadas nos sistemas de informação existentes na empresa: SGC, *Bloomberg*, *Microsoft Excel*.



4.4 Prémios e Reconhecimentos

CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE _ ZERO NÃO CONFORMIDADES

A Futuro, líder na obtenção da Certificação da Qualidade, tornou-se uma empresa certificada em outubro de 2001. A Certificação da Qualidade cobre todas as áreas de atuação da Sociedade Gestora: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Na auditoria de acompanhamento de certificação da norma NP EN ISO 9001:2015, realizada em 2019 pela APCER, não foram, pelo sétimo ano consecutivo, identificadas situações de “Não Conformidade”, facto que atesta a observação de elevados padrões de ética e qualidade.

CERTIFICAÇÃO GIPS

A Certificação GIPS (*Global Investment Performance Standards*) obtida em 2013 reconheceu à Futuro o cumprimento de determinados princípios e regras, na forma como valoriza e avalia a rentabilidade dos ativos que tem sob a sua gestão.

Em 2019, concluiu-se o processo de verificação do cumprimento das normas GIPS para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

Este processo consistiu na revisão das políticas, procedimentos e ferramentas da empresa em todas as etapas de cálculo e apresentação da performance de investimentos.

Neste processo de verificação recorrente da *compliance* com as normas GIPS, a Futuro contou com a intervenção da MERCER.

30º ANIVERSÁRIO PPR 5 ESTRELAS

Em dezembro assinalou-se o 30º aniversário do PPR 5 ESTRELAS, que atingiu o final do ano com um volume de ativos superior a 150 milhões Euros, fazendo jus ao seu posicionamento como o maior PPR do mercado de fundos de pensões (dados ASF).

4.5 Representações Externas e Compromissos Subscritos

REPRESENTAÇÕES EXTERNAS

FUTURO	APFIPP- Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios	Membro da Direção
	CCFP- Comissão Consultiva dos Fundos de Pensões, na APFIPP	Membro da CCFP

4.6 Meios de Comunicação com Stakeholders

A Futuro detém na sua estrutura a matriz das partes interessadas relevantes (*Stakeholders*) e faz a gestão dos relacionamentos com estas partes interessadas, identificando os impactos na atividade de ambas as partes envolvidas, com vista a um sucesso sustentado.

Enquanto entidade certificada cumpre com requisitos normativos, que por sua vez replica nas suas partes interessadas conduzindo a melhorias de desempenho.

De seguida apresentam-se os meios de comunicação mais relevantes, com as principais categorias de *Stakeholders*.

ACIONISTAS	COLABORADORES	CLIENTES INSTITUCIONAIS
website Futuro Código de Conduta Reuniões mensais Relatórios de Gestão Assembleias Gerais Relatórios de Auditorias Relatórios-Risco e Compliance Relatórios-Estrutura Organizacional Comité de Investimentos Relatório e Contas	website Futuro Código de Conduta Manual do Empregado Normas de Acolhimento Procedimentos de Serviço Comunicações internas Manual do Sistema Integrado de Gestão Relatórios de Clima Organizacional Reuniões Relatório e Contas	Brochuras institucionais website Futuro Portal Netfuturo Reuniões Periódicas Eventos Promocionais Rede de Balcões Banco Montepio Comité de Investimentos Relatório e Contas
CLIENTES PARTICULARES	FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS	ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS
website Futuro website do Banco Montepio Folhetos dos Fundos de Pensões Informação Financeira dos Fundos website do Banco BIG Balcões do Banco Montepio Reuniões com clientes Relatório e Contas	website Futuro Código de Conduta Comunicações /Avaliações/Reclamações Contratação Reuniões de Trabalho Propostas Fornecimento de serviço website do fornecedor Relatório e Contas	website Futuro Reuniões Periódicas Apresentações Institucionais/ Produto Contratos / Protocolos Reuniões de Trabalho Ações de Formação/Esclarecimento Intranet da AMM website do Banco BIG website do Banco Montepio website da APFIPP website da MII Capital Relatório e Contas

4.7 Programas de Formação de Colaboradores

A formação profissional dos Colaboradores da Futuro é anualmente planificada de forma a garantir melhoria de competências para o desempenho cabal de funções e para a manutenção dos padrões de qualidade de serviço a que habituámos os nossos Clientes.

Foram realizadas um total de 1009 horas de formação que envolveram 79% dos colaboradores da empresa. A Futuro encerrou o ano com um quadro de pessoal de 31 profissionais

Em **matérias regulatórias e de cumprimento**, cultivou-se uma cultura de “Compliance”, investindo na formação transversal a todos os efetivos, na temática do cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e das implicações regulamentares na atividade da Futuro do orçamento de estado de 2019.

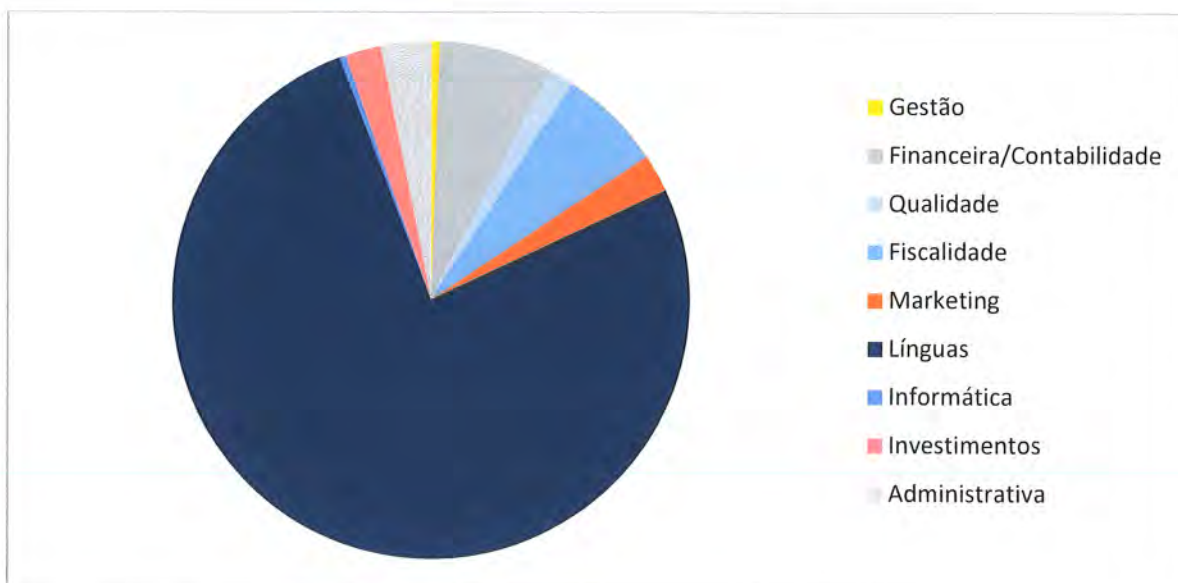
No âmbito dos conhecimentos na área **financeira e administrativa**, a Futuro reforçou as competências dos colaboradores, nomeadamente em matérias de fiscalidade, encerramento de contas, declarações e taxonomia.

A **formação em língua inglesa**, extensível a todos os efetivos da Futuro é outra área que tem merecido investimento de formação nos últimos anos, sendo ministrada em horário laboral nas instalações da Sociedade, o que permite dotar os colaboradores de competências que os valorizam em contexto profissional e pessoal.

Ainda no âmbito da **valorização das competências académicas** existe na empresa, abertura a financiamento de Pós-graduações e Mestrados.

Refira-se que a Formação de Pessoal é uma das áreas mais bem cotadas nos inquéritos de Clima Organizacional realizados bianuais na Futuro, indicativo da valorização que os colaboradores atribuem à formação.

As horas de formação realizadas durante o ano incidiram sobre os seguintes temas (distribuição considerando o número de horas de formação): Línguas: 76,2%, Financeira/Contabilidade 7,1%, Fiscalidade 6,4%; Administrativa 3,2%; Marketing 2,4%; Investimentos 2,2%; Qualidade 1,6%; Gestão 0,5% e Informática 0,4%.



Em termos de apoio e **intercâmbio com a Universidade** a empresa recebe anualmente estagiários, e seguindo esta prática admitiu para estágio, uma pessoa com formação na área de Contabilidade.

A iniciativa tem como objetivo auxiliar os jovens a ingressar no mercado laboral e é praticada desde o ano de 2007.

A nossa contribuição para os objetivos de desenvolvimento sustentável faz-se disponibilizando aos colaboradores a oportunidade de obter a formação de que necessitam.

4.8 Iniciativas Ambientais

Desde há vários anos que a FUTURO tem vindo a implementar diversas práticas e medidas na área da Sustentabilidade, em consonância aliás com as políticas do Grupo Montepio nesta matéria. Prosseguimos internamente uma política de combate ao desperdício (especificamente de papel), tendo enveredado pelo arquivo digital há mais de 20 anos e fomenta-se internamente a recolha de desperdícios para reciclagem, nomeadamente tampas de plástico, *toners* e equipamento obsoleto.

Na empresa foi ainda totalmente abolido o uso de copos de plástico.

A nível laboral, a Futuro tem por prática auxiliar jovens adultos a ingressar no mercado de trabalho, facultando anualmente um estágio remunerado a um ou dois recém-licenciados em áreas de Contabilidade, Gestão, Economia ou Matemática.

Quanto à adoção de **extratos digitais**, podemos afirmar que a grande maioria dos nossos clientes já recebem o extrato digital, referente à subscrição de unidades de participação dos Fundos de Pensões da Futuro.

Para clientes empresa foi criado o **Netfuturo**: trata-se de um portal para acesso *online* por parte de empresas clientes dos fundos e, entre outras, refere-se a funcionalidade de permitir anualmente a indicação das opções de investimento pelos empregados das empresas com adesões coletivas que facultam essa liberdade de escolha.

Em termos de utilização por parte de Clientes Particulares, não ligados a Empresas, já existem alguns participantes com acesso *online* e será gradualmente alargada esta funcionalidade a todos os participantes dos fundos, à medida que a plataforma for evoluindo tecnologicamente.

Foi também criado um **novo site da Futuro** que primou pela simplicidade e interação com os clientes, facilitando a subscrição dos fundos destinados a particulares.

Noutras vertentes, designadamente no que se refere às políticas de investimento prosseguidas para gestão dos Fundos de Pensões que tem em carteira, a Futuro encontra-se numa fase inicial de adoção de medidas concretas tendentes à adoção de princípios ESG (*Environmental and Social Governance*).

Foi também recentemente adotado o princípio de utilização de automóveis híbridos na sua frota automóvel, como medida de combate à poluição.



4.9 A solidariedade Social, Desporto e Cultura

No âmbito da sua política de responsabilidade social, a Futuro distribuiu em 2019 donativos a instituições que atuam na esfera social e educativa, num total de 20.563,85 Euros.

Foram contempladas as seguintes instituições: Apoio à Vida, Aprender em Parceria A PAR, AADD - Associação de Atletas de Dança Desportiva, Associação Hípica Terapêutica de Cascais, Chapitô, Clube de Badminton de Tires, Equipa de Futsal da Associação Portuguesa de Surdos e Cruz Vermelha - apoio a Moçambique na sequência do ciclone IDAI.

O donativo a favor da associação Aprender em Parceria A PAR foi destinado à reedição de um livro de atividade para crianças, o livro Cantar Juntos 1, promovendo a interação entre pais e crianças através da música.

No caso da AADD-Associação de Atletas de Dança Desportiva, pretendeu-se auxiliar na realização do II Bootcamp AADD e da 5ª prova do Circuito Nacional de Dança Desportiva 2019, a decorrer em simultâneo com o Campeonato Nacional Sub-21 das 10 Danças 2019 e que teve lugar em Vendas Novas, no mês de setembro.

O apoio dado ao Chapitô foi associado a uma das Campanhas promocionais que a Futuro realiza ao longo de cada ano. Foi no 2º trimestre que se fez depender o donativo ao Chapitô do volume de vendas angariado, tendo-se disponibilizado uma verba de 4 Euros por cada 5.000 Euros de subscrições e tendo-se incluído uma chamada de atenção para o papel social desempenhado pelo Chapitô, através da inserção de um pequeno texto em peça de divulgação da Campanha ao público em geral.

O Clube de Badminton de Tires dedica-se ao desenvolvimento da modalidade nas camadas jovens, até à categoria Sub-19, tendo contado com diversas participações internacionais, com cinco atletas a chegarem ao pódio.

O contributo dado à Equipa de Futsal da Associação Portuguesa de Surdos destinou-se a assegurar a sua deslocação ao Campeonato de Futsal "6th Deaf Champions League Futsal", para o qual se havia qualificado após conquistar o 6º Campeonato Nacional de Futsal para Surdos. O Campeonato teve lugar entre 1 e 7 de janeiro de 2019 na cidade de Estugarda, Alemanha. A Deaf Champions League (DCL) é uma Liga dos Campeões para surdos e conta com as modalidades de Futebol, Futebol 7 e Futsal para ambos os géneros. A competição internacional é realizada anualmente entre os melhores clubes europeus e é apoiada pela European Deaf Sports Organisation (EDSO) e tem o reconhecimento da UEFA.

Em março de 2019, Moçambique foi um dos países mais afetados pelo ciclone IDAI, particularmente nas províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, resultando na morte de



centenas de pessoas, mais de 1.600 feridos e 1 milhão de pessoas que necessitavam de cuidados urgentes de saúde. No seguimento desta calamidade, a Futuro ofereceu um donativo de 5.000 Euros, que foi canalizado para Moçambique pela Cruz Vermelha. Os colaboradores da Futuro também se mobilizaram na recolha de alimentos, cujo encaminhamento foi igualmente assegurado pela Cruz Vermelha.

Embora não sob a forma de donativo, a Futuro apoiou ainda a realização da 7ª Corrida Montepio (Rossio-Belém) e da Corrida Sempre Mulher no Parque das Nações, ambas realizadas com fins solidários: a verba angariada na Corrida Montepio reverteu para a Comunidade Vida e Paz e a da Corrida Sempre Mulher destinou-se à Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama.

A Futuro decidiu patrocinar, durante o ano de 2019, a Banda The Black Mamba, dando assim o seu contributo numa área cultural, auxiliando ao desenvolvimento de jovens talentos. Esta Banda publicou o seu primeiro *single* em 2012, que foi muito aclamado pelo público. Decorreu entre novembro/2019 e fevereiro/2020 a digressão Good Times Tour, que percorreu o país, incluindo espaços de grande projeção, como é o caso do Casino Estoril. Embora não incluídos nesta digressão especialmente concebida com o patrocínio da Futuro, a Banda atuou ainda nos Coliseus de Lisboa e Porto.

4.10 avaliação de Fornecedores

CADEIA DE FORNECEDORES DA FUTURO

O desenvolvimento da atividade da Futuro pressupõe que se recorra a fornecedores e subcontratados, sendo a sua seleção e avaliação efetuadas com rigor, uma vez que o serviço prestado interfere diretamente na qualidade final dos produtos/serviços disponibilizados junto dos clientes.

A Futuro enquanto entidade certificada obedece ao cumprimento de requisitos consignados na Norma ISO 9001:2015, e exige igualmente aos seus fornecedores respeito e cumprimento destes princípios e daqueles que estão enumerados no código de conduta da empresa.

Os Fornecedores e subcontratados da Futuro estão agrupados em **dez categorias**:

FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS

CATEGORIAS DE FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS

Consultores individuais
Consultores Diversos
Venda/Atendimento a Clientes
Companhias de Seguros
Consultores/Audidores Internos
Consultores de Formação
Consultores de Investimento
Fornecedores de Material Diverso
Assistência Técnica a Hardware
Assistência Técnica a Software/Programação

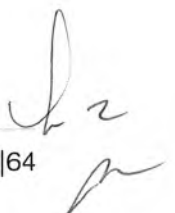
A GESTÃO DE FORNECEDORES COMPREENDE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Seleção;
- Avaliação/ Monitorização do desempenho;
- Anulação.

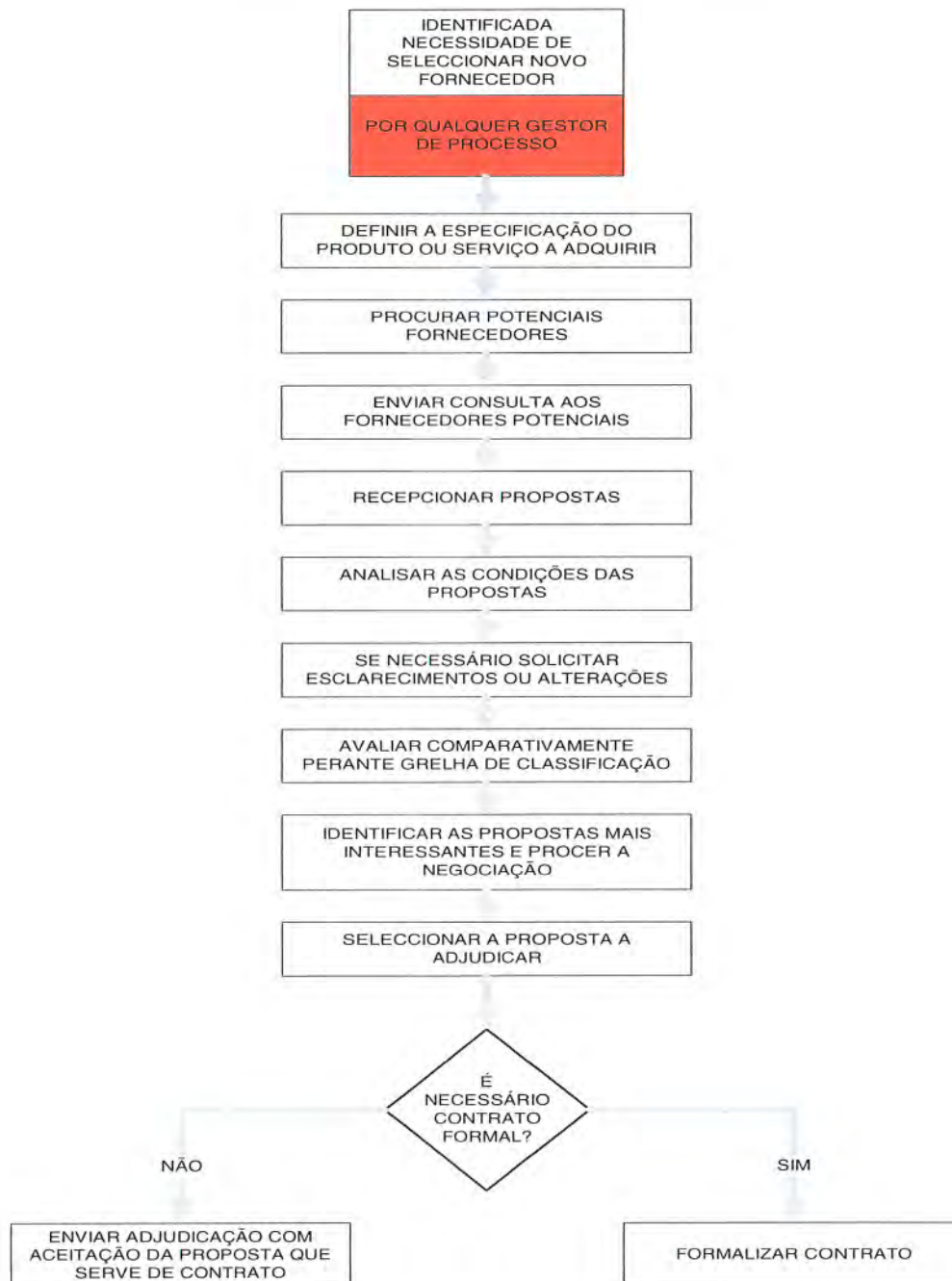
A SELEÇÃO

Quando se pretende selecionar um novo fornecedor, o responsável pela seleção deverá ter em conta fatores como a idoneidade, experiência e imagem no mercado.

Para ser selecionado, é condição necessária que cumpra os critérios definidos como “obrigatórios” para o Fornecedor/Subcontratado em causa e é condição suficiente que cumpra pelo menos metade dos restantes critérios definidos para a Seleção de Novo Fornecedor.



De seguida apresenta-se o fluxograma da seleção de novo fornecedor:



AVALIAÇÃO

Os fornecedores autorizados da Futuro são anualmente sujeitos a avaliação, para o efeito existem definidos para cada tipologia de fornecedor, uma bateria de critérios que avaliam o seu desempenho.

Em síntese, apresenta-se a principal tipologia de critérios de avaliação de Fornecedores:

TIPOLOGIA DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

Cumprimento das condições acordadas/contratadas
Bons conhecimentos técnicos do produto/serviço fornecido
Qualidade do Produto/Serviço contratado, isento de erros ou defeitos
Apresentação de propostas de fornecimento no prazo requerido
Assistência técnica eficaz e eficiente
Validade das recomendações
Dinamismo e Inovação

A avaliação de cada fornecedor resulta da verificação de cumprimento de todas as características definidas.

A avaliação formal de fornecedores e subcontratados tem periodicidade anual, mas ao longo do ano os Gestores de Processo no âmbito da prestação de serviços monitorizam o desempenho dos Fornecedores. Caso exista algum incidente que se revele crítico e que comprometa a qualidade do fornecimento dos produtos/serviços, é o mesmo registado em base de dados, procedendo-se ao respetivo tratamento, sendo estas ocorrências levadas em consideração quando se procede à respetiva avaliação anual.

Os fornecedores são posteriormente informados quanto à metodologia utilizada para a sua avaliação – Dos 29 fornecedores avaliados em 2019, 22 apresentam as condições exigidas pela Futuro em todos os parâmetros. Tendência estável, comparativamente aos últimos 3 anos.

ANULAÇÃO DE FORNECEDORES

A responsabilidade pela anulação de Fornecedores recai sobre o responsável pela avaliação do respetivo Fornecedor, e a anulação deve ser sempre validada pelo Administrador Executivo.

Na situação em que se decide manter um Fornecedor crítico para o negócio, que foi responsável por incumprimentos, deve ser estabelecido e monitorizado um “Plano de Melhoria” das situações que o tornaram potencialmente passível de anulação como fornecedor.

4.11 recolha e Tratamento de Reclamações

Adianta-se como definição para o **conceito de reclamação** a expressão de insatisfação apresentada à empresa, relacionada com os produtos ou/e serviços disponibilizados, ou com o próprio processo de tratamento de reclamações, relativamente à qual é esperada, explícita ou implicitamente, uma resposta ou resolução.

As reclamações são registadas em base de dados, e são sujeitas a uma análise com vista a delinear o tratamento/resolução adequado ao assunto formulado.

O registo na base de dados permite a impressão de uma **“Ficha de Reclamação”**, que é encaminhada para a Área responsável pela anomalia.

A Área a quem compete a correção da anomalia analisa os motivos que estiveram na origem da reclamação e desencadeia as correções necessárias.

Caso o motivo que esteve na origem da reclamação implique a abertura de uma ação corretiva, procede-se também ao seu registo na “Base de dados de ações corretivas e de melhoria” e segue o instituído na **“Metodologia de tratamento de ações”**, que implica entre outras fases, a interpretação de causas na vertente qualidade e na vertente risco.

Periodicamente é feito o tratamento estatístico de reclamações, o qual permite detetar a existência de uma tendência de agravamento ou persistência de um problema específico, atuando sobre ele e definindo ações corretivas, se for caso disso.

O **prazo médio** para resolução de reclamações estabelecido na empresa é menor ou igual a 6 dias.

As reclamações dos Participantes dos Fundos da Futuro, para além de origem direta, podem ainda ser formuladas através dos seguintes órgãos:

- ✓ Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões Abertos”, designado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios-APFIPP em nome das suas Associadas;
- ✓ Provedor do Montepio;
- ✓ Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões –ASF.

Conforme legislação em vigor existe um Livro de Reclamações na Futuro, sendo a reclamação tratada de acordo com os procedimentos instituídos.



Montepio Seguros SGPS, S.A.

